



UNIVERSIDADE
NOVA
DE LISBOA



MESTRADO EM DIREITO E SEGURANÇA

Dissertação de Mestrado

**A avaliação do sentimento de justiça dos sobreviventes:
que perspetivas para a Justiça Penal Internacional?**

Autor: **Maria João Dias Carapêto**

Orientador: Prof. Doutor Francisco Pereira Coutinho

Lisboa, 19 de julho de 2016



UNIVERSIDADE
NOVA
DE LISBOA



MARIA JOÃO DIAS CARAPÊTO

**A AVALIAÇÃO DO SENTIMENTO DE JUSTIÇA DOS SOBREVIVENTES:
QUE PERSPETIVAS PARA A JUSTIÇA PENAL INTERNACIONAL?**

Dissertação com vista à obtenção do grau de
Mestre em Direito e Segurança

Orientador:

Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho

Professor da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Julho/2016

Declaração de Compromisso de Anti Plágio

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as minhas citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui uma grave falta ética e disciplinar.

Lisboa, 19 de Julho de 2016



Imagem da Mitologia Grega, em que o gigante cego Orion, carrega nos ombros o seu servo Cedalion ¹

«If I have seen further it is by standing on the shoulders of giants»

Isaac Newton

¹ Fonte: http://file.scrip.org/Html/2-2100720_42725.htm [consultado em 22/6/2016]

Agradecimentos

Agradecer, no final de um trabalho que tomou conta das prioridades, atenções, desafios e opções que fazem parte da minha vida diária, é pedir desculpa àqueles a quem não dei a atenção, aos que dei menos atenção e os que se habituaram a ficar em segundo plano quanto o chamamento para trabalhar era mais forte. A todos eles, aos Amigos, Colegas de Trabalho e Família, um grande obrigada.

Importa agradecer ao meu orientador, Sr. Professor Doutor Francisco Pereira Coutinho por confiar em mim, no meu juízo, na minha capacidade de trabalho e na minha criatividade dando-me liberdade de trabalho, que geri com as suas preciosas orientações.

Quero agradecer ainda, ao Sr. Professor Doutor. Jorge Bacelar de Gouveia por defender e respeitar os seus alunos, levando o papel de Professor mais longe e à Dra. Narcisa Rosa que, pacientemente, nos recebeu sempre com um sorriso e foi uma voz amiga, perante as dificuldades de quem ingressa no Mestrado pela primeira vez.

Um agradecimento profundo e de coração à Rita Oliveira e à Sofia Pinto por me ouvirem todos os dias sobre o mesmo assunto nas nossas sagradas pausas para café, por acenarem com a cabeça, sempre a sorrir e me dizerem «tu és capaz», mesmo sem perceberem nada do que eu estava a dizer ou a discutir. À Marta Carvalho, porque acreditou desde o primeiro dia.

Além da óbvia dedicatória a ti, Luís, quero agradecer-te por seres o meu porto de abrigo nas dificuldades, a voz do incentivo e pela crença cega de que sou capaz.

Last but not the least, a special acknowledgment to the Distinguished Professor Jeremy Sarkin for its unforgettable classes on Transitional Justice discipline which were a great help to make me think twice on every single detail.

A todos, obrigada

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

| | |
|---------|--|
| AFDL | – Aliança das Forças Democráticas de Libertação do Congo |
| AFRC | – Conselho Revolucionário das Forças Armadas (Serra Leoa) |
| AI | – Amnistia Internacional |
| Art.º | – Artigo |
| CETC | – Câmaras Extraordinárias do Tribunal do Camboja |
| ECOMOG | – Economic Community of West African States Monitoring Group |
| ECOWAS | – Economic Community of West African States |
| ER | – Estatuto de Roma |
| EUA | – Estados Unidos da América |
| FNI | – Front des nationalistes et intégrationnistes (RDC) |
| FRPI | – Force de résistance patriotique en Ituri (RDC) |
| HRW | – Human Rights Watch |
| KV | – Khmer Vermelho (s) |
| LRA | – Lord's Resistance Army (Uganda) |
| MONUC | – United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo |
| MONUSCO | – Mission De L'organisation Des Nations Unis Pour La Stabilization En Rd Congo |
| ONG | – Organização não-governamental |
| ONU | – Organização das Nações Unidas |
| RDC | – República Democrática do Congo |
| RUF | – Revolutionary United Front (Serra Leoa) |
| RPF | – Rwandan Patriotic Front |
| SG | – Secretário-geral da ONU |
| TPI | – Tribunal Penal Internacional |
| TPIJ | – Tribunal Penal Internacional para a Jugoslávia |
| TPIR | – Tribunal Penal Internacional para o Ruanda |
| UE | – União Europeia |
| VIH | – Vírus da Imunodeficiência Humana |
| ZAF | – Forças Armadas do Zaire |

Declaração de conformidade

Declaro por minha honra que o presente trabalho contém **238 162** caracteres, incluindo espaços e notas de rodapé.

Resumo

A presente investigação resulta da necessidade de avaliar a perceção de justiça dos sobreviventes de crimes contra a humanidade em regiões em que uma das soluções para a respetiva responsabilização foi a justiça internacional. A opinião da população sobrevivente permite alcançar conclusões sobre os principais aspetos a ter em conta na decisão de responsabilizar, nomeadamente quanto ao método de execução. A efetividade de qualquer mecanismo, que vá ao encontro das necessidades reais da população, terá um efeito positivo em aspetos como a reconciliação, a restauração da paz, a implementação de direitos sociais, a necessidade de apuramento da verdade e na cura emocional, tanto dos indivíduos como da sociedade.

A análise partiu do recurso a dados empíricos já existentes em regiões onde foram utilizados tribunais internacionais: na Serra Leoa e no Camboja (tribunais híbridos), no Ruanda (*tribunal ad hoc*) e no Congo e no Uganda (pelo Tribunal Penal Internacional). Ao conjunto de dados obtidos foi aplicado um método conceptual que agrupou respostas que responderam (ainda que parcialmente, atendendo à escassez de dados) à necessidade de avaliar o sentimento de justiça, partindo da exposição à violência das vítimas, as suas prioridades individuais, a responsabilização dos agressores e as perceções sobre os tribunais.

Os resultados permitiram delinear conclusões, como os elevados níveis de violência sofrida, a prevalência das prioridades socioeconómicas em detrimento da justiça, a necessidade de responsabilização dos agressores através do processo criminal, o reconhecimento de uma prestação positiva aos tribunais internacionais relativamente à sua efetividade, justiça e equidade.

Em conclusão, existe a necessidade de uma abordagem holística e de complementaridade entre mecanismos que respondam às necessidades de justiça retributiva e restaurativa da população. O recurso à justiça internacional é aceite, mas a legitimidade é um aspeto condicionador de resultados, afetados pela externalização e o desconhecimento. O contexto socioeconómico da região influencia a aceitação dos tribunais, mas a construção de um legado e uma correta gestão de expectativas pode criar condições para que os crimes não se repitam.

O cumprimento de objetivos da justiça de transição, como a verdade, a justiça e as garantias de não-repetição constituem metas a alcançar com vista à

reconciliação, à cura emocional e social, à criação de direitos sociais e à implementação de um processo democrático.

Palavras- Chave: Justiça de transição; Vítimas; Sobreviventes; Responsabilização; *Accountability* Direitos humanos; Justiça Penal Internacional; Tribunais Internacionais; Sentimento de Justiça; Uganda; República Democrática do Congo; Camboja; Ruanda; Serra Leoa

Abstract

The present research is the result of the need of evaluation of perceptions of justice of crimes against humanity survivors, in places where accountability was achieved through international tribunals. The opinion of the survivors is a way to achieve conclusions regarding main aspects about the decision on the need of accountability, especially in what concerns the mechanism that should be used. The effectiveness of any mechanism, taking in account the needs of the population will have positive effects, such as reconciliation, peace, the achievement of social rights, truth, emotional healing (both individual and of the community).

The method of the investigation is the analysis of empirical datasets that were obtained in regions where international trials took place, such as Sierra Leone and Cambodia (hybrid courts), Rwanda (*ad hoc* tribunal), Congo and Uganda (International Criminal Court). The data was selected by applying a conceptual model that gathers the most relevant data (although the data was insufficient) regarding the need of evaluation of the perceptions of justice, such as exposure to violence, individual priorities, the need of accountability and the perceptions about the international tribunals.

The results reveal the high level of exposure to violence, that socioeconomic priorities are more important than justice, the need of accountability of perpetrators through criminal procedures, but also a positive awareness of the work of the tribunals regarding effectiveness, justice values and equity.

The conclusion demonstrates the need of a holistic approach and complementarity between mechanisms that could respond to victim's needs (concerning both retributive and restorative justice). There is a general acceptance of international justice, but the lack of legitimacy can affect the results, that can be conditioned by externalization of the tribunals and insufficient knowledge. The social and economic context is an issue that affects the acceptance of the tribunals, but the construction of a legacy and the correct management of victim's expectations can create guarantees of non-repetition. The accomplishment of transitional justice purposes, such as truth, justice and guarantees of non-repetition have a great role regarding reconciliation, emotional and social healing, but also the creation of social rights and the implementation of democratic processes.

Keywords: Transitional Justice; Victims; Survivors; Accountability; Human Rights; International criminal Justice; International Tribunals; Perceptions of Justice; Uganda; Democratic Republic of Congo; Cambodia; Rwanda; Sierra Leoa

1 INTRODUÇÃO

*E quanto à justiça. A justiça é dar a cada um o que lhe pertence, depois de feito um juízo recto. Justiça é como o estado do direito.*²

1.1 OBJETIVO

Sobreviver é viver após um acontecimento que possa ter resultado na agressão do ser humano, na perda dos seus entes queridos e de todo e qualquer bem que possuísse.

Sobrevivente é aquele que se mantém vivo e que, das mais variadas maneiras, consegue alimentar-se, proteger-se de agressões e tratar de curar as suas feridas.

É difícil traduzir em conceitos os sentimentos que assolam quem sobrevive à guerra e a violações sucessivas da sua condição humana, rasgando a dignidade, a construção da identidade individual e social. Difícil é, também, pedir ao ser humano que testemunhe as suas vivências aterradoras para que outros estudem os fenómenos que o afetaram e os que o rodeiam e que, numa linguagem que ele não conhece, dizem que se chama justiça de transição.

O objetivo desta investigação é o de perceber quais são as perceções de justiça dos sobreviventes de crimes de guerra perante a justiça internacional. As razões desta escolha colocam-se perante o desenvolvimento que tem existido nesta área temática nos últimos anos, em que a comunidade e as organizações internacionais tem utilizado os tribunais internacionais como principal instrumento de justiça para a responsabilização de violações massivas de direitos humanos, como o genocídio, os homicídios em massa ou as violações sistemáticas. Não obstante esta escolha, assiste-se igualmente a um crescimento da utilização de outros recursos de justiça de natureza restaurativa, que podem pôr em causa os resultados atingidos pela opção pela criminalização utilizando os tribunais internacionais (como as comissões de verdade, enquanto soluções extrajudiciais de investigação para apuramento da verdade, e as amnistias, que sob a forma de uma

² Fonte: Santo António de Lisboa - Sermões Dominicais. Septuagésima – Pentecostes, I Vol., III Vol. De Fontes Franciscanas, Braga, Editorial Franciscana, 1998.

lei, afastam a responsabilidade penal dos indivíduos com vista à paz social). A escolha deste tema assenta, também, na necessidade que se impõe de uma visão alargada dos modelos de justiça de transição atuais, que são já, o resultado de uma enorme alteração do paradigma da Justiça e que continua em constante mutação.

Procurámos então analisar os desafios emergentes da justiça penal internacional, utilizando a análise de dados empíricos recolhidos por investigadores de universidades com projetos sobejamente reconhecidos e elevada fiabilidade, aplicando critérios de elevado rigor.

A abordagem que trazemos assenta, desde logo, numa metodologia empírica, que entendemos ser necessária, e que tenta emergir dos contextos teóricos da justiça de transição, tornando as interpretações mais realistas, apesar de todos os constrangimentos que este tipo de trabalho levanta e que discutiremos adiante sob a epígrafe «Desafios da investigação».

1.2 OS DESAFIOS DA INVESTIGAÇÃO

A construção do modelo de investigação que se apresenta importou que fossem definidos os termos exatos de partida, atendendo a que o tema envolve um conjunto alargado de ramos do saber além do Direito, nomeadamente a Sociologia, a Psicologia e a Filosofia, porque só uma análise multidisciplinar permite a convergência das conclusões.

O trabalho levantou, desde o logo, a necessidade de lidar com análises estatísticas, próprias das ciências sociais e que no Direito são pouco utilizadas, obrigando a um esforço adicional do investigador para a compreensão dos métodos necessários, até porque, sem dados empíricos, consideramos irrealistas as decisões tomadas sobre perceções humanas. De acordo com Vinck, Patrick e Pham (2014) *«a utilização de dados empíricos permite tirar conclusões sobre as perceções dos sobreviventes e saber a verdadeira influência dos tribunais e dos tribunais internacionais no terreno, nomeadamente os níveis de perceção e de conhecimento das pessoas e através destas opiniões gerir expectativas (muitas vezes altas, porque as pessoas consideram que o tribunal trará a paz, fará justiça e condenará os culpados)»*.

Ainda que não possamos assegurar a total fiabilidade dos dados empíricos porque não foram por nós recolhidos, asseguramos que estes resultam de trabalhos

de investigação publicados e conduzidos no âmbito de projetos de universidades com reconhecido trabalho na área da justiça de transição e dos direitos humanos.

A organização desta informação quantitativa foi organizada, segundo um modelo construído para o efeito, atendendo a que os modelos existentes têm abordagens direcionadas e que não satisfazem os objetivos desta investigação. Optámos então, partindo dos modelos já existentes, pela construção de premissas teóricas que considerámos fundamentais aos objetivos traçados.

1.3 A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Esta dissertação inicia-se pela discussão teórica e doutrinária em que discutimos os elementos subjacentes à definição de justiça de transição e a sua articulação com a dicotomia justiça retributiva e restaurativa. Estes conceitos ligam-se diretamente, com a necessidade da perceção de justiça das populações, perante uma opção de criminalização que lhes foi imposta, sem esquecer, além do contributo de justiça que a escolha pode trazer, a necessidade de apurar a necessidade de aplicar reparações aos danos sofridos pelas vítimas.

No Capítulo 3 é elencada a metodologia do trabalho. Aí são examinados os conceitos de vítima, de sobrevivente e de perceção de justiça, os quais se consideram fundamentais à construção da investigação. Após este exame, é explanada a elaboração do modelo teórico desenvolvido e aplicado nos estudos prévios, com vista a obter conclusões, partindo de questões de partida e pressupostos teóricos que assentam na seguinte base de trabalho:

- Avaliação dos níveis de exposição à violência dos sobreviventes (segundo o modelo adaptado de Kiza, Rathgeber e Rohne (2006))
- As prioridades individuais dos sobreviventes (tendo em conta os objetivos do conceito de *Peacebuilding*)
- Responsabilização (segundo o modelo de Holger Rohne (2013))
- Opiniões sobre os tribunais internacionais (segundo um metodologia baseada nos objetivos dos Estatutos dos Tribunais e dos principais instrumentos de *soft law* sobre o lugar da criminalização na Justiça de transição)

De seguida é explanada a escolha dos países em cenários de pós-conflito que seleccionámos para a nossa análise e cuja premissa inicial foi o facto de terem tido julgamentos de crimes de violação de direitos humanos por tribunais internacionais: O Ruanda (como exemplo de um tribunal *ad hoc*), o Uganda e a RDC (como exemplos de casos julgados pelo TPI) e a Serra Leoa e o Camboja (como exemplos de casos julgados por tribunais híbridos).

Partindo destas escolhas optámos então por analisar os dados empíricos disponíveis e seleccioná-los, tendo em conta as questões de partida traçadas e aplicando o método detalhado no Capítulo 3.2.

No Capítulo 4 foi realizada uma resenha histórica dos principais motivos sociais e políticos que estiveram na origem dos crimes, mas também a síntese do processo de criação dos diferentes tribunais e o balanço dos julgamentos realizados, que consideramos fundamental, atendendo a que o enquadramento histórico não pode ser afastado das conclusões dos estudos empíricos.

O Capítulo 5 compreende a análise dos resultados dos dados recolhidos, tendo em conta as categorias de exposição à violência, cuja análise dividimos em: vitimização direta, vitimização direta resultante das deslocações forçadas e vitimização indireta; as prioridades individuais das vítimas; a responsabilização dos perpetradores (com vista a analisar as perceções tendo em conta a necessidade de responsabilização), a responsabilidade pela realização pelos julgamentos, a participação de nacionais nos procedimentos, que medidas devem ser tomadas para lidar com os agressores, quem deve ser julgado, as reparações tidas em conta pelas vítimas e os objetivos dos julgamentos; e por fim, a opinião sobre os tribunais, com vista a analisar o seu impacto na população inquirida e as perceções de independência e de equidade. Em cada uma das categorias analisadas é apresentada uma discussão do resultado e uma conclusão sobre a globalidade da questão debatida, devidamente enquadrada no modelo teórico.

A investigação encerra com as notas finais, onde é feita uma análise global dos desafios lançados à justiça internacional quanto às perspectivas futuras, atendendo a que uma justiça baseada apenas na retribuição não vai ao encontro das necessidades da população, ainda que esta reconheça a importância da criminalização. Além desta conclusão, avança-se ainda a necessidade do desenvolvimento de estudos empíricos como instrumento fundamental para o sucesso dos projetos de justiça de transição, atendendo a que os sobreviventes têm

um importante papel a desempenhar no futuro do país. Atendendo a que o trabalho se centra nas perceções destes sobreviventes sobre a justiça internacional, considerámos importante examinar conclusões relativas à necessidade de legitimar estes tribunais nas várias regiões, bem como a da construção de um legado que perpetue o seu trabalho, atendendo a que sob a forma de planos de educação à população civil, mas também no auxílio à construção de novas instituições públicas, como forma de contribuir para o desenvolvimento da justiça nacional. Foram analisadas ainda as necessidades de gestão das expectativas dos sobreviventes perante os mecanismos que irão influenciar a sua vida futura, quer individualmente, quer da sociedade em que se integram, com vista a fortalecer o sentimento de justiça, bem como a crença positiva na prestação das instituições. Por fim, é feita uma análise à necessidade de cumprimento dos objetivos de verdade, justiça e de garantias de não repetição nas sociedades em transição, e o papel da justiça penal internacional como veículo deste cumprimento.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA E DOUTRINÁRIA EM TORNO DA JUSTIÇA E DAS PERCEÇÕES DE JUSTIÇA

2.1 JUSTIÇA RETRIBUTIVA E JUSTIÇA RESTAURATIVA

Fiat justitia, et pereat mundus

«Let justice be done, though the world perish»

Ferdinando I, Imperador do Sacro Império

I. O conceito de justiça, abstrato, ambicioso e polissémico, tem nas conceções teóricas quanto ao seu fim, uma dicotomia complexa que se divide entre justiça retributiva e justiça restaurativa.

A justiça retributiva, entendida como um castigo de igual proporção em dor e sofrimento da vítima, infligido ao agressor, tem a sua génese na *lex talionis* que influenciou a construção dos sistemas penais até à data.

No século XVII, Immanuel Kant em a «Metafísica da Moral» defendia que as medidas aplicadas pelos tribunais só podiam ser legítimas se obedecessem à retribuição e a mais nenhum princípio:

Judicial punishment can never be used merely as a means to promote some other good for the criminal himself or for civil society, but instead it must in all cases be imposed on him only on the ground that he has committed a crime.

(Kant, 1999)

A expressão da justiça retributiva na esfera internacional surge na doutrina como um dever dos estados de investigar e perseguir quando estejam em causa crimes de responsabilidade *erga omnes* (Bassiouni, 1996) derivando tal obrigação de instrumentos jurídicos internacionais como a Convenção para a Prevenção e Punição do Genocídio, as Convenções de Genebra, a Convenção contra a Tortura e outras convenções semelhantes. Por sua vez, Akhavan (2009) considera que é condição fundamental de justiça, a responsabilização por crimes cometidos com vista a evitar a sua repetição e conseguir através dela chegar à paz, encarando a criminalização através dos tribunais internacionais como uma alternativa à intervenção militar, que auxilia a reconciliação, a retribuição pelo sofrimento das vítimas e uma rotura simbólica com o passado.

II. Na doutrina da justiça restaurativa, é afastada a ideia da punição e da vingança perante os atos cometidos pelo perpetrador, e as vítimas dos crimes assumem o papel central sistema penal³. Ao contrário do que acontece na justiça retributiva, os atos do agressor geram obrigações perante a vítima, em vez de culpa. Assim, as medidas de justiça são orientadas para a vítima, com vista à sua cura emocional e reconciliação, e que podem também, envolver a comunidade onde esta se integra, na procura de um equilíbrio social.

Nesta linha, o foco de atenção desta modalidade de justiça é sempre a vítima. O agressor, ao ser responsabilizado, deve reparar o dano que causou e não apenas receber um castigo. Uprimny e Saffon (2006) afirmam que a justiça retributiva é o melhor método para superar as dificuldades e iniquidades do sistema tradicional por procurarem o restabelecimento da vítima e não a vingança sobre o agressor. Esta procura de equilíbrio entre a justiça e a paz em contextos de transição

³ Zehr, Howard e Gohar (2003)

expressa-se através de oportunidades de encontro e discussão entre vítimas, famílias e a comunidade com os agressores, as medidas tomadas para reparação dos danos infligidos e a reintegração de todos na sociedade visa a paz social, o direito à verdade e à reconciliação. Os mesmos autores consideram que a justiça restaurativa não deve ser usada em substituição da justiça de transição, mas como um complemento nos cenários de exceção política e social. E de acordo com Orozco (2002) a intervenção da justiça restaurativa contribuirá para desenvolver estratégias de resolução de conflitos que seriam politicamente impossíveis de resolver, mas apelando a uma abordagem de complementaridade.

2.2 JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

I. Nos cenários de pós-guerra ou de transições políticas de regimes repressores a viragem para uma nova sociedade está ligada a dimensões de ordem social, política, económica e de justiça onde as instituições ou não existem de todo, ou foram destruídas no decorrer dos conflitos ou existem, mas sem capacidade de operar no território. Acresce a este problema, a necessidade de toda uma sociedade lidar emocional e juridicamente com agressões de variada gravidade, nas quais se incluem a prática de crimes de violações em massa de direitos humanos, genocídio, homicídio, deslocações forçadas, tortura, e crimes de guerra.

Fala-se a propósito deste «virar da página» da justiça de transição, conceito que ganhou definição e expressão nos julgamentos de Nuremberga (1945-46) e de Tóquio (1946) com o julgamento dos responsáveis pelos crimes cometidos durante a II Guerra Mundial.

Ruti Teitel (2002) definiu a justiça de transição como a *conceção de justiça associada a períodos de mudança política caracterizada pelas respostas legais para confrontar os erros dos regimes repressivos precedentes*⁴ e que se traduz, atualmente, na utilização de mecanismos que procuram a transição de regime, com vista à reconciliação e estabilidade democrática e que variam entre a justiça restaurativa, como a amnésia histórica, as amnistias, o perdão e a criação de comissões de verdade, e a justiça retributiva, com estratégias que passam pelas

⁴ Tradução nossa do original «The Conception of justice associated with periods of political change characterized by legal responses to confront the wrongdoings of the previous regimes» (Teitel, 2002)

compensações, purgas e julgamentos. As funções da utilização destes mecanismos e estratégias têm como função (Andrieu, 2010) o exercício da justiça e a reparação dos danos causados pela violência, instrumentalizando a transformação social de modo a auxiliar a sociedade a confrontar-se com os abusos do passado, mas sem criar um novo tipo de justiça, adaptando-a a um contexto de transformação que pode ser imediato ou que perdura durante décadas (ICTJ, 2008).

Com objetivos gerais de eficácia de carácter individual e coletivo, a justiça de transição procura restaurar a dignidade das vítimas e a promoção de uma cura emocional, mas também a criação de uma memória coletiva para a construção de um futuro não determinado pelo passado (Hugo Van der Merwe, Victoria Baxter, 2009) e, coletivamente, a mudança do rumo político do país defendendo a democracia e o respeito pelos direitos humanos e a conquista da legitimidade e estabilidade do novo regime sempre com vista à reconciliação. Como estratégia desta reconciliação, procura-se o entendimento entre a população, tendo em conta as divisões sociais existentes e com o objetivo de estabelecer uma cultura e educação da sociedade sobre os acontecimentos do passado para que se previna a prática futura de atos semelhante, comumente designadas de garantias de não-repetição.

II Não obstante a definição de objetivos ambiciosos, a aplicação de mecanismos que os concretizem está dependente de vários fatores, nomeadamente a estabilidade política e financeira do país (Kiza, Rathgeber e Rohne, 2006) e que influenciam as decisões sobre os mecanismos adequados, sobretudo quando se procura julgar os perpetradores com recurso aos tribunais internacionais, situação que suscita problemas de legitimidade, e porque esta perceção, sendo positiva, é fundamental para fortalecer a opção da internacionalização e porque permite moldar as instituições internas segundo padrões internacionais de justiça (Van Boven 2010).

A opção por qualquer modelo de justiça, seja nacional ou internacional, não é isenta de críticas, mas apesar da tendência para a internacionalização, importa perceber qual o modelo que se adequa à realidade social de cada país, avaliando interesses e necessidades de todas as partes envolvidas, sem ajuizar de imediato que os tribunais internacionais são a melhor solução (*Idem*).

Merwe (2009) afirma que a justiça pode ser uma necessidade básica, como um abrigo mas também um elemento essencial para compreender a condição humana, e especialmente na justiça de transição existe a preocupação aprender a lidar com os problemas do passado, nomeadamente a violência coletiva e a repressão, através de várias abordagens que podem revestir um caráter retributivo ou restaurativo.

A procura de uma resposta jurídica para responder às agressões leva a que os mecanismos de justiça penal procurem o enquadramento em determinados tipos de crimes previstos no direito penal nacional ou internacional, mas cuja decisão de acusar está dependente de razões políticas, sociais e económicas. Perante estes constrangimentos, a decisão de responsabilizar os agressores através de um julgamento levanta questões ao nível da legitimidade dos tribunais e que nos levam a avaliar se, de facto, a realização da justiça penal é um caminho a seguir como mecanismo de justiça de transição, ou se, em alternativa, estes devem ser substituídos ou complementados por outros mecanismos que procurem promover a reconciliação e a paz social.

2.3 O SENTIMENTO E A PERCEÇÃO DE JUSTIÇA

I. O sentimento e a perceção de justiça por parte das vítimas e sobreviventes tem sido abordado multidisciplinarmente no ambiente da justiça de transição como forma de conceber, avaliar e acompanhar a implementação de estratégias ao nível da justiça internacional, procurando maximizar os efeitos da responsabilização, mas também integrar os seus efeitos positivos no desenvolvimento das instituições nacionais. A necessidade de justiça das vítimas pode ser vista como um processo de recuperação social e psicológica em que o efeito positivo do julgamento de um perpetrador pode desempenhar um papel fundamental (Merwe, 2009).

Amstutz (2005) afirma que os governos têm dois tipos de estratégia para lidar com as ofensas cometidas: a negação ou o compromisso (que passa pelas várias estratégias de responsabilização com vista à cura e à reconciliação) e a responsabilização ou a evasão do problema, em que a vingança é o extremo dessa responsabilização, que através da lei irá contribuir para a realização da justiça retributiva, naturalmente orientada para o desejo de vingança, mas que também é encarada como a forma de restaurar a equidade moral perante o sofrimento das

vítimas. Perante isto, a vingança e a retaliação serão vistas como fundamentais para a cura emocional das vítimas e a retaliação reforça a coesão da moralidade política, mas ainda assim contribui pouco para a recuperação do bem-estar das vítimas. Para o autor, a Lei de Talião não só perpetua o conflito, como também provoca injustiças e sofrimento e qualquer que seja a estratégia de responsabilização, a evolução tem de passar pelo conhecimento do passado, das atrocidades e dos crimes e das entidades responsáveis pela sua perpetração. Afirma ainda, que as estratégias governamentais podem por vezes evitar a criminalização, até porque a responsabilidade pelos atos criminosos é sobejamente conhecida pela comunidade. Por outro lado, a responsabilidade dificilmente se centra num grupo de indivíduos ou agentes de decisão, pelo que a punição de pequenos grupos pode distorcer a realidade, e fazer com que, socialmente, sejam vistos como os únicos responsáveis pela prática dos crimes. Tudo o que contribui para a divisão da sociedade, impede a sua reconciliação, pelo que todas as sinergias e recursos deverão ser direcionadas em evitar que os crimes se repitam, para a renovação política e consagração das normas constitucionais.

De referir ainda a relevância do sentimento e da perceção de justiça enquanto requisito de aceitação e respeito por um tribunal supranacional, atendendo a que uma instituição encarada como legítima é respeitada e as suas decisões aceites, mesmo que a população discorde delas.⁵

2.4 OS TRIBUNAIS INTERNACIONAIS COMO SOLUÇÃO PARA A PRÁTICA DE CRIMES CONTRA A HUMANIDADE

I. Os tribunais internacionais têm sido o recurso mais utilizado na tarefa de responsabilizar a prática de crimes de guerra, crimes contra a humanidade e Genocídio. Criados por Resolução da ONU (como os tribunais *ad hoc*, os *híbridos*) ou por tratados (como o TPI, o TIJ ou o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem) estes modelos expandiram-se para outras áreas e temos assistido aquilo a que Alford (2000) designa de uma «proliferação de tribunais internacionais», com a criação do Tribunal Internacional do Direito do Mar, tribunais regionais de integração económica, tribunais de comércio e de investimento. A intensa atividade

⁵ (Boven, van, 2010)

do TIJ nos mais variados domínios é também reveladora desta tendência de internacionalização.⁶

II. No que concerne aos tribunais internacionais de carácter judicial penal, a sua aceitação como mecanismo de justiça punitiva para a prática de crimes contra a humanidade tem dividido a doutrina. Autores como Vasiliev (2014) defendem as instituições internacionais porque estas «promovem uma partilha de cultura ou ideologia [sobre objetivos] de prevenção de crimes, a eliminação da impunidade, por darem justiça às vítimas, reintroduzir o primado da lei e a paz sustentável (...) ao mesmo tempo que levantam formidáveis desafios operacionais». Ao passo que outros como Posner e Yoo (2005) consideram que os tribunais internacionais «conduzem julgamentos que refletem os interesses dos estados quando estes lhe submetem uma disputa». Para estes autores, numa altura em que o TPI ainda não tinha concluído nenhum dos seus primeiros casos de investigação, vaticinavam que o «o TPI não se tornaria num tribunal eficaz (...) porque a sua jurisdição atinge o coração dos interesses dos estados. As acusações levantaram inevitavelmente questões acerca da legalidade das decisões [nomeadamente] o uso da força e a legalidade de táticas utilizadas pelo estado ao abrigo do direito internacional (com o *jus in bellum* e o *jus ad bello*)». Damaška (2008) refere ainda que o recurso à justiça internacional é visto pelas organizações de defesa dos direitos humanos como uma vitória, atendendo a que resultam de um direito supranacional, mas as instituições ao serviço da justiça penal internacional estão sempre ao serviço da cooperação dos Estados (individual ou coletiva) e que esta dependência prejudica a construção de um domínio da lei sólido na atuação dos tribunais.

II. Não obstante a discussão contra e a favor dos tribunais internacionais, existe uma crescente tendência para a internacionalização e o desenvolvimento de programas de justiça tem tentado superar as críticas apontadas, como a falta de participação das vítimas, (consagrando-as como intervenientes nos processos como partes civis) e os custos de criação e manutenção dos tribunais (recorrendo a donativos de instituições e organizações internacionais), mas tem continuado refém das decisões políticas, quer nas decisões de investigação e julgamento dos casos,

⁶ (Almeida Ribeiro, Manuel; Pereira Coutinho, 2016)

quer na execução dos mandados de detenção emitidos. Perante a crítica e o trabalho de superação ⁷, o paradigma dos tribunais internacionais penais pode estar a mudar (novamente), pedindo-se uma intervenção destas instituições que vá além da prestação judicial e que contribua com um legado bastante mais abrangente. Sarkin (2012) sugere que um papel ativo em instituições como o TPI, nomeadamente, através da intervenção nos países com instituições públicas degradadas ou inexistentes, pode levar a um reforço da sua legitimidade e aceitação e ao cumprimento do princípio da complementaridade que o Estatuto de Roma consagra.

2.5 O LUGAR DAS REPARAÇÕES

I. O sentimento de justiça em relação aos tribunais resulta, como já referimos, de características como a legitimidade, a opinião sobre a condução dos julgamentos, mas também das reparações que podem ser concedidas às vítimas em resultado das agressões sofridas.

Reparar, de acordo com o Grande Dicionário Houaiss ⁸, significa «efetuar recuperação (...), retratar-se, dar satisfação (...) remediar, emendar (...) compensar a (alguém ou a si mesmo) por dano, prejuízo ou transtorno causado». O dicionário define ainda a reparação como «a ação de restaurar ou consertar algo; satisfação dada por alguém a uma falta, uma ofensa; retratação; (...) indemnização exigível a alguém que é obrigado, por violação do direito de outrem».

II. No contexto da justiça, Van Boven (1993) considera que qualquer violação do direito internacional garante o direito à reparação, sobretudo nos casos de graves violações dos direitos humanos, como o genocídio, a escravatura, as execuções sumárias ou arbitrárias, as penas e castigos degradantes e a tortura, os desaparecimentos forçados, a detenção forçada e prolongada, a deportação e as movimentações forçadas da população e a discriminação sistemática (sobretudo aquela que é baseada na raça e no género). Margarell (2007) defende que o escopo

⁷ A superação passou, por exemplo, pela consagração de normas de justiça restaurativa no Estatuto de Roma, que admitiu a participação das vítimas nos julgamentos, com a qualidade de partes civis e não apenas, meras testemunhas, mas também a previsão da atribuição de reparações resultantes dos danos sofridos, nos termos do artigo 75º nº1 do Estatuto de Roma do TPI.

⁸ (Houaiss, Antônio, Villar, Mauro de Salles; Mello Franco, 2015)

das reparações é oferecer às vítimas a possibilidade de um futuro melhor que possa aliviar o seu sofrimento.

II. O direito à reparação está previsto em vários instrumentos jurídicos internacionais, nomeadamente na Declaração Universal dos Direitos do Homem⁹, no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos¹⁰, na Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e Liberdades Fundamentais¹¹, na Convenção das Liberdades Fundamentais contra a Tortura e na Declaração de Princípios Fundamentais de Justiça para as Vítimas de Crime e Abuso de poder¹². Mais recentemente, por aprovação da Resolução 60/147 de Dezembro de 2005, foram aprovados pela ONU os Princípios e Diretrizes sobre o direito a recurso e reparação para vítimas de violações flagrantes das normas internacionais de direitos humanos e de violações graves do direito internacional humanitário. Este instrumento prevê, em suma, o direito à justiça e à reparação por violações de direitos humanos por parte das vítimas, tendo conta os princípios da restituição, indemnização, reabilitação, satisfação e garantias de não repetição¹³.

II. Hamber (1998) considera que os atos de reparação, materiais ou não, desempenham um importante papel no processo de cura e na recuperação do trauma, contribuindo para a aceitação de um determinado evento traumático e superá-lo, mas também atribuir responsabilidade, porque ao fazê-lo, conseguem apontar e responsabilizar os perpetradores e aliviar a culpa que normalmente sentem. Contudo, a aceitação passiva das reparações pelo sobrevivente é um ato de desrespeito e de traição da memória dos que faleceram, e que só a combinação de verdade, justiça e apoio aos sobreviventes pode talvez ser suficiente para que alguns dos sobreviventes aceitem a reparação simbólica do que perderam. Esta perspectiva doutrinária, em conjunto com a necessidade de resposta às reparações de carácter individual ou coletivo, foi também acolhida por de Greiff (2008), que

⁹ Art.º 8º «Toda a pessoa tem direito a recurso efetivo para as jurisdições nacionais competentes contra os atos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei».

¹⁰ Art.º 9º nº 5 «Todo o indivíduo vítima de prisão ou de detenção ilegal terá direito a compensação».

¹¹ Art.º 5º nº5 «Qualquer pessoa vítima de prisão ou detenção em condições contrárias às disposições deste art.º tem direito a indemnização»

¹² Aprovada pela Resolução 40/34 de 29 Novembro 1985 pela ONU

¹³ Princípio IX alínea 18

defende a necessidade de as reparações estarem dotadas de objetivos concretos (nomeadamente, a definição de quem são as vítimas que beneficiarão das reparações), que devem compreender o maior número possível de vítimas, mas sabendo que não é possível chegar a todas (o autor designa esta característica de integralidade), que deverão ser abrangentes (definindo-se exatamente quais as ofensas que devem ser consideradas nos processos), complexas (no sentido em que os processos podem ser complexos, mas simultaneamente flexíveis quanto às formas de reparação), coerentes (não só na definição de quem são as vítimas, mas também se as medidas reparadoras são as adequadas aos casos apresentados), devem prosseguir a finalidade de reparar e, por fim, devem procurar a munificência, envolvendo simultaneamente as necessidades das vítimas e as contribuições necessárias para a concretização das medidas.

Sarkin (2014) define como principais aspetos a ter em conta nos projetos de reparações a compensação, os prejuízos, a reparação (no sentido de corrigir os erros cometidos no passado), a reabilitação, a restituição e a satisfação com o objetivo primordial de estabelecer garantias de não-repetição das violações de direitos humanos. A compensação passa pelas indemnizações monetárias a atribuir às vítimas. Estas têm uma função de reparação económica de danos corporais, sofrimento emocional, sofrimento e perda de oportunidades. No que respeita à restituição, esta procura reconstituir situações *ex ante* da prática dos crimes, nomeadamente a emissão de documentos ou a devolução de terras confiscadas. A reabilitação pode incidir sobre aspetos legais, sociais ou psicológicos, por exemplo a eliminação de um cadastro de ofensas criminais ou o acompanhamento psicológico das vítimas. E, por fim, a satisfação como resulta da cessação imediata das hostilidades e da violência, do fortalecimento da governação e do estabelecimento de boas políticas contra a corrupção.

III. As reparações têm um importante papel a desempenhar nos processos de justiça de transição, atendendo a que o fim último da justiça são as vítimas. Através dos vários mecanismos de retribuição, as vítimas podem ser compensadas pelo seu sofrimento a par das necessidades de justiça retributiva, e essa compensação não é sinónimo de uma retribuição financeira, porque o impacto de outras formas de reparação, com objetivos estratégicos de justiça e de paz social pode trazer maiores benefícios de desenvolvimento e reconciliação.

2.6 AVALIAR O IMPACTO DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

I. Tornar mensurável o impacto das medidas tomadas no contexto de um processo de transição permite a avaliação da sua eficácia e as necessidades reais de verdade, justiça e reconciliação, tendo em conta as opções políticas e as expectativas individuais e coletivas e, numa perspectiva evolutiva, avaliar as melhores escolhas em processos futuros.

Nos últimos anos o trabalho de investigação no domínio da justiça de transição tem sido pautado pela multidisciplinariedade e pelo especial contributo dos estudos empíricos. Esta modalidade de investigação, assente em critérios científicos de rigor técnico e metodológico, recorre normalmente a entrevistas e inquéritos junto da população, as quais, no caso das sociedades em transição, permitem avaliar o estado atual dos processos e opções de reconciliação, ajudar a definir estratégias futuras e auxiliar as decisões políticas, no sentido da reconstrução das instituições democráticas.

Embora os dados obtidos sejam de uma grande utilidade, o trabalho de planeamento e de recolha e tratamento da informação é difícil e está sujeito a dificuldades e constrangimentos. Hugo Van der Merwe e Victoria Baxter (2009) apontam como problemas para este processo de avaliação a existência de um elevado número de vítimas, a repressão severa, o abuso sistemático dos direitos humanos, o conflito social e político intenso, as divisões sociais e a violência coletiva, os quais tornam difícil o trabalho nos locais em conflito ou pós-conflito (pela ausência ou insuficiência de meios técnicos e humanos ou por dificuldades de comunicação com os entrevistados e/ou inquiridos). Esta opção de trabalho oferece também desafios no tratamento de informação. Thurstone (1928) identifica como exemplos, as diferenças entre os conceitos de «atitude» e de «opinião», em que o primeiro é utilizado para descrever a soma dos sentimentos, ideias, medos, ameaças e convicções acerca de determinado assunto, ao passo que o segundo é uma expressão verbal de atitude. Apesar da importância dos dados empíricos, não existe um processo que permita avaliar os melhores mecanismos para devolver a dignidade às vítimas e promover a cura emocional. Os estudos são feitos com determinadas vítimas, em determinados conjuntos e o que nos resta é aprender com cada grupo, tendo em conta a heterogeneidade da sua composição, até porque os

diferentes comportamentos de vitimização, a exposição à violência e o sofrimento da morte de familiares próximas provocam variações nos resultados das respostas¹⁴.

II. No que respeita ao processo de avaliação dos mecanismos de justiça de transição é possível encontrar na doutrina posições de defendem a importância dos estudos empíricos como caminho para importantes conclusões sobre o seu funcionamento¹⁵, mas outros há, como Vasiliev (2014), que, numa perspectiva normativista, defende que o impacto de um tribunal deve ser medido tendo em conta objetivos racionais. Estes variam de acordo com os interessados, nomeadamente os objetivos da criação do tribunal internacional, os propósitos de punição e razões das sentenças (como a retribuição, a reabilitação ou a reprovação) e as funções e metas do processo penal internacional. Perante esta dualidade de processos, e assumindo que um processo completo de análise deve compreender ambas as abordagens, optámos pelo modelo empírico por se tratar daquele que vai ao encontro do fenómeno que se pretende explorar nesta investigação e que, dificilmente seria obtido através de uma dimensão exclusivamente normativista.

3 METODOLOGIA DE TRABALHO – A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PERCEÇÕES DE JUSTIÇA

I. O objeto de estudo definido consiste na aplicação de um modelo teórico que procura analisar as perceções e o sentimento de justiça dos sobreviventes e vítimas de conflitos dos quais resultaram graves violações de direitos humanos (como o genocídio, crimes de guerra, crimes contra a humanidade, tortura, deslocações em massa ou desaparecimentos) e cujos perpetradores foram sujeitos a um julgamento realizado por um tribunal internacional. O contributo que trazemos, e que consideramos inovador pela metodologia utilizada, combina variáveis que permitem conclusões mais alargadas, partindo da utilização de dados empíricos recolhidos junto da população.

¹⁴ (Hugo Van der Merwe, Victoria Baxter, 2009)

¹⁵ (Hugo Van der Merwe, Victoria Baxter, 2009; Merwe, 2009)

II. Elencamos de seguida a metodologia de obtenção e análise dos dados empíricos utilizados e que serão a base de trabalho da nossa discussão. Cientes da arriscada abordagem trazida, procuraremos explicar em detalhe as opções tomadas com vista a obter resultados fiáveis (tendo em conta as dificuldades já explanadas) e interpretações desprovidas de pré-construções dogmáticas que podem abalar a fiabilidade das conclusões.

Em primeiro lugar, foi definido o modelo teórico essencial à prossecução dos objetivos do trabalho. De seguida foram selecionadas as questões de partida, enquadradas nas tipologias de exposição à violência, as prioridades individuais dos inquiridos e mecanismos de justiça e responsabilização. No que diz respeito aos tribunais, foram selecionadas as categorias que considerámos relevantes: o tipo (o *ad hoc*, o híbrido e o TPI); as regiões do planeta que tenham tido julgamentos de crimes que envolvam violações de direitos humanos por tribunais internacionais das categorias escolhidas (o Ruanda, enquanto exemplo de um tribunal *ad hoc*; A Serra Leoa e o Camboja enquanto exemplos de tribunais híbridos; o Uganda e a RDC enquanto exemplos de casos julgados pelo TPI). Por fim, foram selecionados os estudos com dados empíricos onde foi possível a aplicação do modelo construído (com a necessária menção às adaptações realizadas).

A explanação do modelo teórico inicia-se com o exame teórico dos conceitos de sobrevivente, vítima e de perceção de justiça.

3.1 EXPLANAÇÃO DE CONCEITOS

3.1.1 Sobreviventes e vítimas: a delimitação dos conceitos utilizados na investigação

I. O primeiro conceito a definir foi o de sobrevivente, atendendo a que este conjunto de pessoas é cada vez mais consultado pelas entidades intervenientes nos processos de justiça de transição como método de compreensão de atitudes e avaliação das estratégias selecionadas.

Numa definição ampla do contexto da justiça de transição, os sobreviventes são as vítimas diretas e indiretas do conflito, os familiares das vítimas que sobreviveram e das que morreram e os perpetradores dos crimes. Podem ser vitimas isoladas ou conjunto de pessoas que sofreram agressões, mas

também indivíduos ou pequenos grupos de dissidentes políticos, cada um com um papel a desempenhar no processo de reconstrução da sociedade.

II. No que respeita ao conceito de vítima, seguimos aquela que é a tendência atual da literatura internacional, focando uma abordagem centrada nas vítimas (Robins, 2013) que preconiza as necessidades destas como prioritárias, e desde que as referidas necessidades derivem dos efeitos traumáticos resultantes da prática de ofensas sobre as pessoas (Roht-Arriaza, 1995). Fattah (1991) considera que a palavra vitimização tem uma conotação negativa, porque é uma consequência ou efeito adverso, provocado por uma força externa ou por indivíduos, grupos ou organizações. Esta dimensão negativa, implica um dano, perda, sofrimento, inconveniente, dor ou desequilíbrio na posição de poder, ou seja, aquele que é forte e poderoso, vitimiza aquele que é fraco e indefeso.

III. O conceito de vítima está presente em diversos instrumentos jurídicos internacionais com definições que são transversais e que se complementam. A definição que orienta este trabalho é a que está na Declaração dos Princípios Essenciais de Justiça para Vítimas de Crime e Abuso de Poder da ONU e que nos art.º 1.º, 2.º e 3.º prevê como vítimas: as pessoas que individualmente ou coletivamente sofreram ofensas (físicas e mentais, sofrimento emocional, perda económica ou redução dos seus direitos fundamentais) através de atos ou omissões em violação das leis penais em vigor nos Estados Membros, incluindo as leis que proíbem e criminalizam o abuso de poder. Nos termos do nº 2, uma pessoa pode ser considerada vítima mesmo que o perpetrador não esteja identificado, detido, acusado ou condenado, independentemente da relação familiar que possa existir entre o perpetrador e a vítima. O termo inclui ainda os membros da família diretos ou dependentes da vítima que tenham sofrido agressões quando assistiam outras vítimas ou para prevenir vitimizações. O art.º 3.º aplica estes preceitos sem distinção de raça, cor, sexo, idade, língua, religião, nacionalidade, opinião política ou outra, crenças ou práticas culturais, propriedade, nascimento ou estatuto familiar, origem étnica e social e deficiência.

Apesar da definição jurídica proposta para o conceito de vítima no quadro da «vitimologia criminal», Kritz (2009) alerta que as vítimas de um conflito não são um grupo homogéneo, o que o torna difícil de definir e caracterizar, atendendo aos

diferentes níveis de exposição à violência – acresce que, como já referimos, o conceito de sobrevivente integra vários tipos de vítimas. A nossa análise compreende assim o resultado de inquéritos realizados aos sobreviventes dos conflitos em sentido amplo, identificando sempre que possível as particularidades do seu testemunho.

IV. Após a delimitação dos conceitos de sobrevivente e de vítima, importa agora definir em que medida deve ser avaliada a perceção de justiça através das definições metodológicas sugeridas pela doutrina de investigação da justiça de transição.

Para avaliar este fator, Merwe (2009) propõe uma abordagem inclusiva que deve ter em conta as seguintes premissas:

- O sentido de reivindicação que é proporcionado pelo castigo
- O processo de vitimização
- O restabelecimento do sentimento de controlo
- O restabelecimento do sentimento de poder em relação ao agressor
- O sentimento de importância individual na sociedade (atendendo a que o processo de vitimização pode muitas vezes afastá-lo).
- As expectativas quanto aos mecanismos de justiça de transição.

Por sua vez, o relatório *Hard Cases: Bringing Human Rights Violators to Justice Abroad - A Guide to Universal Jurisdiction* (1999) afirma que as questões de avaliação do sentimento de justiça não assentam na normatividade da justiça internacional, mas sim na perceção de como os vários métodos são aplicados, pois só assim é possível determinar o sucesso das jurisdições universais. A avaliação das perceções permite demonstrar que a justiça e a equidade não são os únicos objetivos da justiça penal internacional, permitindo também exercer um contributo importante na decisão de trazer ou não a julgamento os perpetradores.

Este conjunto de objetivos serviu de base ao modelo construído, permitindo a realização de uma análise em vários níveis. Backer (2009) defende que pode auxiliar no processo de deteção de relações causais, como as que procuramos demonstrar neste trabalho.

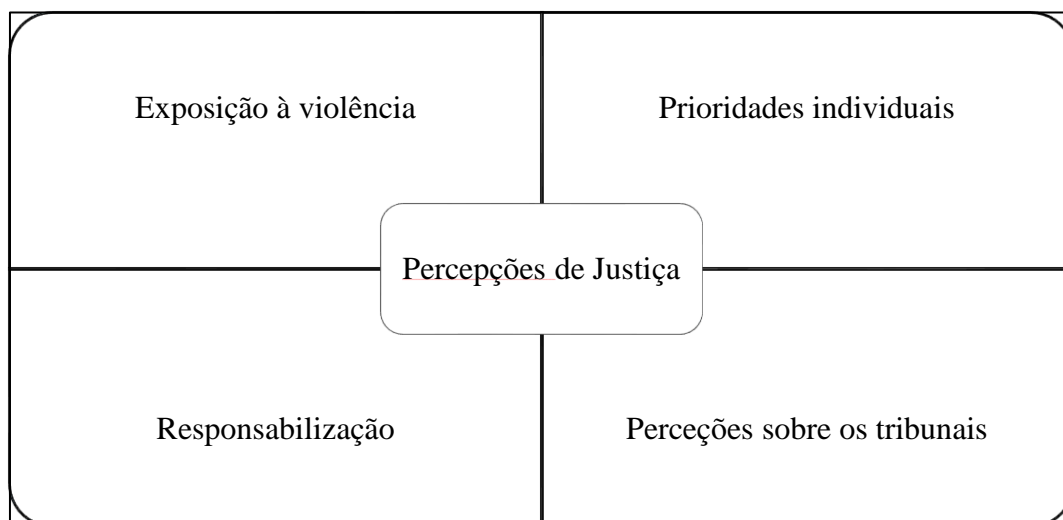
3.2 MODELO TEÓRICO DE CONCEPTUALIZAÇÃO DAS PERCEÇÕES DE JUSTIÇA

3.2.1 A construção do modelo teórico

I. A construção do modelo teórico que propomos assenta na revisão bibliográfica em que se procurou examinar a dicotomia justiça retributiva/justiça restaurativa, a justiça de transição, o sentimento e a percepção de justiça, as reparações e os desafios de avaliar o impacto das medidas de justiça de transição. Partindo da delimitação dos conceitos teóricos, como o de sobrevivente e de vítima, foi possível definir um modelo que permita analisar as percepções de justiça.

O desenvolvimento deste modelo compreendeu quatro categorias consideradas essenciais para avaliar as percepções de justiça resultantes da aplicação de julgamentos por tribunais internacionais em regiões sujeitas a processos de transição, partindo dos quadrantes de exposição à violência, das prioridades individuais, da responsabilização e das percepções sobre os tribunais.

Figura 1 - Modelo Teórico de Análise das Percepções de Justiça dos Sobreviventes



3.2.2 Categoria de exposição à violência

I. No que respeita à vitimização, Mollica (2008) afirma que *a violência cria nas pessoas um novo tipo de espaço histórico (...) tudo o que era mundano e*

previsível, subitamente desaba para um lugar radicalmente novo e diferente. Estas mudanças são históricas porque refletem as convulsões nas relações sociais e políticas e que têm consequências, não só para os indivíduos, como, também para mundo. Robins (2013) defende que na justiça de transição são criados mecanismos institucionais, mas que raramente é introduzida no processo da sua avaliação, a dimensão social e psicológica, não obstante a sua clara influência no sucesso de qualquer medida.

II. Desta ideia resulta então a influência que os acontecimentos violentos têm no rumo da história, quer individual, regional ou global e a maneira como influenciam as decisões dos sobreviventes quanto à nova sociedade que se pretende erguer. Este fundamento é, então, a razão pela qual se escolheu a exposição à violência dos sobreviventes como variável de análise no contexto dos julgamentos, atendendo a que a violência sofrida (direta ou indiretamente) pode afetar o juízo crítico dos indivíduos quanto à sua percepção sobre os tribunais internacionais.

III. Na análise realizada, sufragámos o modelo teórico desenvolvido por Kiza, Rathgeber e Rohne (2006) que desenvolveram um modelo de análise de vitimização assente em três pilares: as causas objetivas da fonte de vitimização (divididas em três tipos), a percepção individual do sofrimento durante o conflito (de carácter emocional, físico e económico) e a relação entre a vítima e o agressor (tendo em conta a proximidade social entre ambas as partes, a filiação organizacional do agressor, o tipo de filiação e a idade do agressor). No que respeita às causas objetivas da vitimização, estas são divididas em vitimização de: tipo I, que corresponde à violência direta que incidiu sobre o sobrevivente; tipo II, em que é compreendida a violência sofrida motivada pela deslocação (forçada e não forçada); tipo III, que corresponde à violência indireta, integrando a vitimização do sobrevivente por sofrimento causado aos seus entes queridos. Atendendo à insuficiência dos dados disponíveis nos relatórios selecionados, só foi possível a aplicação do pilar das causas objetivas da vitimização.

| Metodologia dos 3 pilares da vitimização | | |
|--|---|--|
| Causas Objetivas | Percepção individual do sofrimento durante o conflito | Relação vítima-agressor |
| Vitimização do Tipo I Perda de Rendimento Perda de Propriedade Ofensas Corporais Tentativa de Homicídio Tortura Agressão sexual | Emocional Física Económica | Proximidade Social Conhecimento do agressor Desconhecimento do agressor |
| Vitimização do Tipo II Deslocação Deslocação Forçada | | Filiação organizacional do agressor Estatal Não Estatal Tipo de Filiação organizacional Civil Militar |
| Vitimização do Tipo III Perda de membros da família | | Idade dos agressores Adultos Adolescentes |

Tabela 1 - Modelo dos três pilares da vitimização de Kiza, Rathgeber e Rohne (2006)

3.2.3 Categoria das prioridades individuais

I. A categoria das prioridades individuais compreende a influência das orientações para a resposta às prioridades individuais que têm resultado da influência do *soft law* no contexto da construção da paz. O conceito de *Peacebuilding* que deriva dos instrumentos internacionais, nomeadamente da ONU, abrange os *exercícios e tarefas de caráter multidimensional, que vão desde o desarmamento à reconstrução das instituições políticas, económicas, judiciais e civis* ¹⁶. Esta abrangência de trabalho na construção da paz implica, por exemplo, a monitorização de acordos de paz no terreno, auxílio à criação de práticas económicas sustentáveis ou o realojamento de refugiados ¹⁷.

Consideramos que estas tarefas detêm especial relevância nos cenários de transição, atendendo a que a população que é alvo das medidas é normalmente uma população marginalizada e onde imperam as prioridades psicossociais e económicas.

¹⁶ Fonte: <http://www.un.org/en/peacebuilding/pbso/pbun.shtml> [consultado em 20/4/2016] (tradução nossa)

¹⁷ Fonte: <http://kroc.nd.edu/research/strategic-peacebuilding> [consultado em 17/7/2016]

II. Esta abordagem de avaliação das necessidades individuais afasta-se do habitual normativismo da justiça de transição e pretende utilizar os dados empíricos como fonte de compreensão e de decisão para medidas que beneficiem a população e permitam o seu desenvolvimento. Algumas necessidades pode situar-se para além da concessão ou restabelecimento dos habituais direitos sociais ou das habituais medidas para ultrapassar as violações de direitos humanos (Robins, 2013) que muitas vezes não integram os programas e mecanismos implementados nas regiões assoladas pelo conflito.

Além destas prioridades, importa apurar qual o lugar que ocupa a justiça nas perceções individuais, num contexto socioeconómico frágil e de grande instabilidade, as quais podem pôr em causa a legitimidade da criação dos tribunais internacionais, bem como o impacto dos julgamentos nestas sociedades. Assim, o modelo que agora se apresenta, compreende a resposta a questões relacionadas com as prioridades individuais, incluindo a prioridade da justiça para a população.

3.2.4 Categoria da responsabilização

I. O sucesso de qualquer medida de justiça de transição, nomeadamente a responsabilização através de julgamentos, está dependente de vários fatores, entre eles a expetativas da população quanto à punição pela vitimização sofrida e a sua opinião sobre as melhores medidas a tomar. Nesta linha de pensamento, Rohne (2008) desenvolveu um modelo assente em três níveis, com o objetivo de compreender o fenómeno da punição, a partir do isolamento das atitudes das vítimas e sobreviventes perante o castigo, e que foi por nós adaptado para planeamento das questões de partida sobre a responsabilização.

II. O modelo de três níveis de Holger Rohne, baseado nos Princípios Fundamentais Para os Programas de Utilização de Justiça Restaurativa em Matérias Penais da ONU ¹⁸ (adiante designados de «os Princípios»), procura analisar a viabilidade das medidas de justiça restaurativa e facilitar a análise numa perspetiva individual e comparativa, preconizando três níveis de análise, não hierarquizados e

¹⁸ Fonte: <http://www.un.org/en/ecosoc/docs/2002/resolution%202002-12.pdf> [consultado em 22/2/2016]

que se integram entre si ¹⁹: o nível de procedimento (*procedure level*), o nível de resultados (*outcome level*) e o nível de proposta (*purpose level*). Estes três níveis são integrados entre si (Rohne, 2013).

No nível de **procedimento** são integrados os elementos que constituem as características de resposta da justiça restaurativa, compreendendo vários tipos de procedimento, variando nos seus objetivos e abordagens. Estes elementos não estão limitados a um procedimento ou programa em particular, pelo que o primeiro aspeto de análise deste nível deve ser o conhecimento dos vários tipos de procedimentos de justiça restaurativa existentes. Para a construção deste primeiro nível são necessárias etapas, como o conhecimento e apoio dos tipos de procedimento, os quais permitem analisar a aceitação e a legitimidade das medidas por parte da sociedade. Por outro lado, importa analisar a origem dos procedimentos, porque muitas vezes derivam de formas tradicionais e costumeiras de justiça ou ainda práticas informais, que ainda hoje são praticadas nas diferentes sociedades porque estão integradas no sistema de justiça nacional (por exemplo, a mediação penal). De seguida, é necessária a seleção e definição do papel do dinamizador do processo, escolhido através de uma aceitação consensual (sobretudo em situações de grande violência). Por fim, promover a interação entre as partes, de acordo com os princípios podem ser a vítima, o agressor, a comunidade ou outros indivíduos afetados pelo crime e que estão envolvidos no processo.

No nível de **resultados**, e nos termos do previsto no art.º 1.º n.º 3 dos Princípios requer-se que os mecanismos de justiça restaurativa atinjam determinados resultados, que podem incluir programas com reparações, restituições ou serviços comunitários, que procurem responder às necessidades individuais e coletivas e, ao mesmo tempo, criem a responsabilização das partes e a reintegração das vítimas e dos agressores. Neste sentido, o autor avança como sugestões de resultados a atingir quanto:

- Às sanções orientadas para o agressor numa perspectiva de punição restaurativa, as quais resultam de um processo que envolva a participação das vítimas, e que não devem ser apenas as medidas de prisão, mas também diferentes tipos de sanções comunitárias.

¹⁹ (Rohne, 2013)

- Às reparações, orientadas para as vítimas, as quais constituem um dos maiores objetivos da justiça restaurativa, podem dividir-se em reparações materiais ou imateriais, sendo ambas carregadas de simbolismo atendendo a que as perdas são, normalmente, irreversíveis. O art.º 1.º, n.º 3, dos Princípios prevê que os resultados procurem responder às necessidades individuais e coletivas, bem como à responsabilidade das partes envolvidas. As expectativas de reparação das vítimas podem ser, por exemplo, compensações monetárias, mas também a aceitação da culpa por parte do agressor que requerem um consenso entre as partes, tendo em conta as diferenças culturais e sociais.

O nível de resultados compreende a identificação das responsabilidades e que podem ir além do agressor individual, nomeadamente nas situações de vitimização coletiva. A questão que deve colocar-se quanto à responsabilização é, se esta é de responsabilidade individual ou coletiva, mas que também pode abranger uma terceira parte, como por exemplo a falha ou ausência de intervenção de alguns países. A análise deverá ter em conta as perceções relativas à responsabilidade das partes envolvidas no conflito.

O último nível, o da **proposta**, visa avaliar os principais objetivos numa determinada resposta de justiça restaurativa, através da análise do escopo e dos beneficiários do processo em causa. Alguns dos objetivos são definidos pelos Princípios e caracterizados de um ponto de vista relacional, nomeadamente a reparação, a superação do passado, a coexistência e a reconciliação. A reconciliação pode compreender diferentes abordagens e a coexistência entre vítimas e agressores não implica a empatia entre as partes, mas pode permitir a recuperação através da partilha de emoções e de experiência de modo a viabilizar alguma interação no futuro. Os Princípios definem ainda, como beneficiários dos programas de justiça restaurativa, todas as partes afetadas negativamente: a vítima, o agressor e a comunidade com a ressalva de que cada caso exige uma avaliação individual, procurando apurar quem deve realmente beneficiar das medidas, sob pena de se atribuírem medidas ineficazes ou deixar algumas das partes sem qualquer medida.

Os dados recolhidos não permitiram aplicar o modelo *supra* na íntegra, sendo estas uma das fragilidades do nosso modelo, atendendo a que no último nível

não existem respostas para todas as questões necessárias para responder à totalidade das hipóteses modelo.²⁰

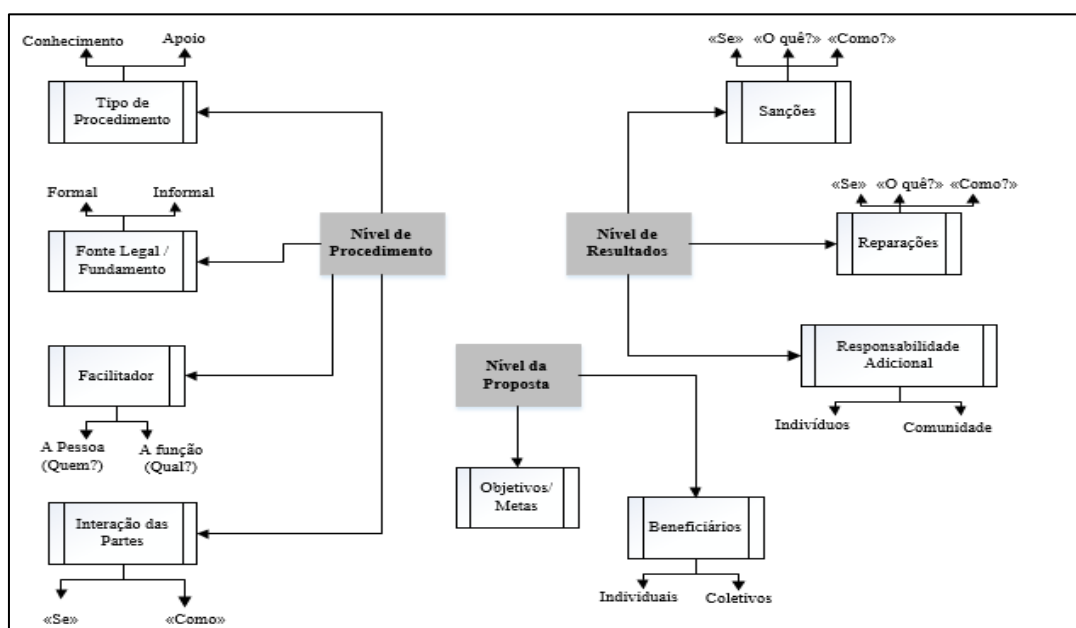


Figura 2- Modelo de três níveis de Holger Rohne sobre a conceptualização da justiça restaurativa (apud (Rohne, 2013))

3.2.5 Categoria das perceções sobre os tribunais

I. As perceções sobre os tribunais ajudam a compreender em que medida a população lhes reconhece a legitimidade, atendendo a que esta é uma característica fundamental para aceitar e compreender a justiça e também compreender os seus efeitos a longo prazo como garantia de estabilidade, mas também permite avaliar a prestação do tribunal quanto ao comprimento dos objetivos a que se propôs²¹. Em bom rigor, o impacto de um tribunal só pode ser avaliado após a conclusão dos seus trabalhos, mas a monitorização da sua prestação constitui um elemento de grande importância para avaliar as perceções da população quanto ao seu funcionamento, promover os aspetos positivos e mitigar as características negativas²².

²⁰ De acordo com o relatório « Victims of war: an empirical study on war-victimization and victim's attitudes towards addressing atrocities» (Kiza, Rathgeber e Rohne, 2006), as questões visam saber quem beneficiará dos julgamentos.

²¹ (Performance and Perception: the impact of the Extraordinary Chambers in the Courts of Cambodia, 2016)

²² Idem

A aplicação do modelo que desenvolvemos pretende cumprir os objetivos já descritos com vista a avaliar o impacto dos tribunais internacionais junto da população comum de cada região e perceber se o seu contributo é positivo, tendo como base de análise os principais valores previstos nos Estatutos dos vários tribunais e dos instrumentos internacionais.

| Valor | Objetivo do Valor | Fundamentos nos Estatutos e instrumentos internacionais |
|---|--|---|
| Identificação dos objetivos dos tribunais na generalidade | Se a população conhece os objetivos de Justiça, Paz, Verdade e o Primado da Lei | <ul style="list-style-type: none"> ➤ Estatuto do TPIR ²³ ➤ Estatuto do TESL ²⁴ ➤ Estatuto das CETC ²⁵ ➤ Estatuto de Roma do TPI ²⁶ ➤ Declaração Universal dos Direitos do Homem ²⁷ ➤ United Nations Approach to Transitional Justice ²⁸ ➤ Set of principles for the protection and promotion of human rights through action to combat impunity ²⁹ |
| Conhecimento do tribunal | Se a população conhece o tribunal, as suas atividades e a sua localização | |
| Impacto do Tribunal | Se teve impacto; se o impacto foi positivo ou negativo | |
| Contributo do tribunal | Quanto ao contributo do tribunal para a Paz, Justiça, Primado da Lei, restabelecimento da confiança, chamar à atenção para o conflito, justiça para os abusos de Direitos humanos do passado, para o respeito pelos Direitos humanos | |
| Independência | Se o tribunal é independente do governo, se os juízes são independentes nas decisões; se o tribunal está sujeito à corrupção | |
| Equidade | Justiça na condução do julgamento e condução das atividades; defesa das vítimas; equidade no tratamento de todos os grupos étnicos. | |

Tabela 2 - Tabela Resumo do método aplicado à categoria de perceções sobre os tribunais

3.3 AS FRAGILIDADES DO MODELO E A PROPOSTA DE SUPERAÇÃO

I. O modelo teórico descrito foi desenvolvido a partir da literatura especializada na avaliação de mecanismos de justiça de transição e foi depois aplicado a dados empíricos já existentes. Este método de trabalho apresenta fragilidades e a sua superação passará sobretudo pela aplicação do modelo desenvolvido na íntegra, no desenho e recolha de respostas junto dos inquiridos, independentemente de se tratar de uma abordagem quantitativa ou qualitativa.

²³ (Statute of the International Tribunal for Rwanda, 1994)

²⁴ (Statute for the Special Court for Sierra Leone, 2000)

²⁵ (The Law on the Establishment of the Extraordinary Chambers, 2004)

²⁶ (Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, 1998)

²⁷ (Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948)

²⁸ (United Nations Guidance Note of the Secretary General - United Nations Approach to Transitional Justice, 2010)

²⁹ (Set of principles for the protection and promotion of human rights through action to combat impunity, 2005)

No que concerne à primeira categoria do modelo, a aplicação do modelo de Kiza, Rathgeber e Rohne (2006) não foi realizada na íntegra, deixando de parte a obtenção de dados relativos à percepção individual de sofrimento e à relação vítima-agressor. A ausência de tal informação não permite que sejam efetuadas as respetivas correlações.

A fragilidade do modelo, no que respeita às prioridades individuais, resulta da necessidade de avaliar as percepções em relação a reformas sociais, económicas e judiciais que tenham sido realizadas pelos diferentes governos. A aplicação adaptada do modelo de Rohne (2013) não permitiu que fosse concretizado um dos objetivos que visa avaliar a percepção dos sobreviventes sobre quem beneficiará dos julgamentos. Por fim, a análise das percepções individuais ficou incompleta porque não foi possível avaliar as percepções individuais relativas à necessidade de reformas judiciais e respetivas alterações após a realização da justiça internacional.

3.4 A ESCOLHA DAS REGIÕES E A COMPARAÇÃO DE REALIDADES

A escolha de comparar dados de realidades diferentes pode levantar ceticismo sobre a investigação, mas Backer (2009) considera que este tipo de análise pode trazer um contributo positivo porque, através da comparação dos diferentes contextos e soluções elaboradas no âmbito dos mecanismos de justiça de transição, é possível avaliar os resultados e os benefícios das medidas e soluções de cada país para e traçar alguns padrões de decisão. O autor defende que não existem casos incomparáveis, apesar das diferentes economias, regimes políticos, história e cultura. Bastará para tal manter alguns dos atributos constantes para isolar as diferenças, critério que adotámos e passamos a expor para justificar a nossa escolha. São então atributos constantes da nossa análise os seguintes factos:

- Todos os países tiveram como mecanismo de justiça, um tribunal internacional (independentemente da sua natureza).
- Em todos os países, os crimes julgados pelos tribunais internacionais resultam de graves violações de Direitos humanos.
- Em todos os casos existe um grande número da população envolvida, quer de vítimas, quer de perpetradores.

- Em todos os casos, existiram acusações de Crimes contra a Humanidade, Genocídio e crimes de Guerra
- Os crimes ocorreram no próprio país em resultado de uma guerra civil, conflito étnico ou como violência decorrente de um regime ditatorial.

A grelha-resumo da base comparativa está disponível no Anexo I do Capítulo Anexos deste trabalho.

3.4.1 As fontes escolhidas: os dados empíricos dos relatórios dos projetos de investigação

I. A recolha de dados que permitiria uma análise com resultados abrangentes envolveria a construção e a aplicação de um projeto de raiz, desenhado à medida das necessidades e conclusões que se pretendem obter, para além de requerer uma monitorização constante. Um trabalho desta natureza tomaria a forma de um barómetro dedicado exclusivamente à nossa investigação, facto que é de verdadeira impossibilidade prática com os recursos disponíveis. Assim, optámos por recorrer a dados obtidos previamente por outros investigadores atendendo à impossibilidade prática de realizar uma investigação desta complexidade com os constrangimentos económicos e de tempo que levantaria. A opção tomada, apesar dos constrangimentos, dificuldades e fragilidades, ainda assim manifestou-se sólida nas suas conclusões.

Em bom rigor, a utilização de dados estatísticos recolhidos previamente por outros investigadores é designada de análise secundária e pode incluir qualquer tipo de análise de dados que procura responder a uma determinada questão, que não a questão para os quais os dados foram inicialmente recolhidos (Vartanian, 2010). Estes dados podem ser utilizados para diferentes abordagens, criando novas respostas a novas perguntas partindo dos conjuntos de dados originais. A nossa investigação não é uma análise secundária *stricto sensu* porque a metodologia escolhida se baseia no comentário e comparação de resultados obtidos por outros investigadores, mas sem proceder a toda a uma nova análise. Não obstante tratar-se de um comentário, os princípios de rigor e ética da investigação não foram descurados e procurou minorar-se os problemas resultantes das traduções e a tentativa de nos posicionarmos no juízo do investigador que recolheu os dados.

Não tendo a autoria direta na elaboração dos métodos de obtenção e análise dos dados recolhidos foram selecionados, de entre os estudos disponíveis para o critério estabelecido, aqueles que reuniam dados que respondiam ao maior número de questões de partida, os que tivessem dados mais recentes e os que tivessem relatórios com resultados de vários anos de acompanhamento das variáveis com vista a acompanhar a evolução das percepções da população, e que elencamos de seguida.

3.4.2 O Tribunal Penal Internacional para o Ruanda

I. O conjunto de dados relativos ao Ruanda foi selecionado da obra «My Neighbour, My Enemy – Justice and Community in the Aftermath of Mass Atrocity»³⁰, cujos editores são investigadores da Universidade da Califórnia, Berkeley. O estudo com o título «Connecting Justice to Human Experience: Attitudes Toward Accountability and Reconciliation in Rwanda» foi dirigido por Timothy Logman, Phuong Pham e Harvey M. Weinstein e é o resultado de um projeto de investigação que decorreu em 2002. Consistiu na recolha de dados de inquéritos conduzidos em território ruandês a 2091 pessoas que visou obter dados empíricos sobre a forma como *a população do Ruanda compreendia os conceitos de justiça e reconciliação e se as iniciativas judiciais a decorrer no país poderiam contribuir para o processo de reconciliação e unidade nacional*³¹.

Ainda que responda parcialmente às questões de partida colocadas, foi possível recolher deste trabalho um conjunto de respostas que vão ao encontro do escopo desta dissertação.

3.4.3 O Tribunal Penal Internacional – O Caso da República Democrática do Congo

I. O conjunto de dados relativo à RDC foi recolhido de dois relatórios de um projeto de investigação levado a cabo pelo Human Rights Center da Universidade da Califórnia, Berkeley, pelo Payson Center da Universidade de Tulane e pelo International Center for Transitional Justice em 2008 e 2010. O relatório de Agosto

³⁰ (Stover e Weinstein, 2004)

³¹ Tradução nossa. (Logman, Timothy; Pham, Phuong; Weinstein, 2004).

de 2008, «Living with Fear: a Population- Based Survey on Attitudes about Peace, Justice and Social Reconstruction in Eastern Democratic Republic of Congo» e o relatório de 2014 «Searching for Lasting Peace Population-Based Survey on Perceptions and Attitudes about Peace, Security and Justice in Eastern Democratic Republic of the Congo», selecionaram como amostra para os seus inquéritos a população das províncias mais afetadas pelo conflito: as províncias orientais de Kivu do Norte (Congo Oriental) e Kivu do Sul (RDC Oriental) e o distrito de Ituri³², num total de 7786 inquiridos.

Os principais objetivos dos estudos foram avaliar a exposição à violência da população do Congo Oriental por causa da guerra e das violações dos Direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário desde 1993, compreender as prioridades e necessidades dos civis afetados pelo conflito, registar atitudes sobre a paz e a reconstrução social, incluindo realojamento, proteção, unidade e reintegração de antigos combatentes, documentar atitudes e opiniões mecanismos de justiça de transição.

3.4.4 O Tribunal Penal Internacional – O Caso do Uganda

I. Para a obtenção de resultados relativos ao Uganda escolhemos três relatórios de projetos conduzidos pelo International Center for Transitional Justice (ICTJ) e pelo Human Rights Center da Universidade de Berkley em 2005, 2007 e 2010.

O relatório de 2005 com a designação de «Forgotten Voices - A Population Based Survey on Attitudes About Peace and justice in Northern Uganda» ouviu 2585 pessoas e teve como objetivo a avaliação da exposição à violência das populações como resultado da guerra e do abuso das violações de

³² O Distrito de Ituri que sofreu as tensões pela luta da terra entre membros da etnia Hema e da etnia Lendu passou por um intenso conflito durante a II Guerra do Congo. No início de 1999 foi ocupado por forças populares do Uganda e que levou a mais confrontos entre grupos armados de Hema e Lendu. Mesmo após a adesão do país ao Estatuto de Roma, a zona continuou a sofrer de violência e que levou à colocação de uma força de Paz da ONU, da MONUC em 2003. As ações de pacificação levaram a que fosse criado um projeto com o apoio da EU para a recuperação do sistema judicial (REJUSCO - Restoration of the Judicial System in Eastern Congo). As regiões de Kivu do Norte e do Sul foram o palco de uma intensa crispação por causa da propriedade da terra, conflitos étnicos e a proximidade com o Ruanda, Burundi e Uganda ajudam a adensar o conflito. As zonas foram bastante afetadas durante o genocídio do Ruanda por receberem quer os genocidas hútus, quer muitos refugiados tutsis, além de se tratarem de zonas de conflito permanente.

direitos humano no norte do Uganda deste 1987, as percepções sobre os mecanismos de justiça de transição (incluindo julgamentos, justiça tradicional, comissões de verdade e compensações) e elucidar as opiniões sobre a relação entre paz e justiça no território.

No estudo de 2007 «When the war ends - Based Survey on Attitudes about Peace, Justice and Social Reconstruction in Northern Uganda» foram ouvidas 2875 pessoas e além dos objetivos de avaliação a evolução de alguns fenómenos anteriores, o estudo procurou obter percepções para compreender as necessidades e preocupações imediatas dos residentes de cidades, aldeias e nos campos e novos locais para os deslocados. Procurou também registar atitudes e planos para a reconstrução social, incluindo as intenções de regresso, o acesso aos serviços e às opiniões sobre a reintegração de antigos combatentes e, por fim, recolher atitudes e opiniões sobre mecanismos específicos de justiça de transição, especialmente relativos às negociações de paz entre representantes do governo do Uganda e o LRA em Juba, no Sudão.

O relatório de 2010, «Transitioning to Peace - A Population Based Survey on Attitudes about Peace, Justice and Social Reconstruction in Northern Uganda» ouviu 2498 indivíduos com o propósito de identificar e medir alterações na exposição à violência e o sentimento de segurança na população, identificar e medir as alterações na prioridades das pessoas, registar atitudes sobre a paz e o plano para a reconstrução e recuperação (incluindo o acesso aos serviços, planos de realojamento e a resolução de litígios resultantes da transição) e continuando a metodologia dos relatórios anteriores, registar atitudes e opiniões sobre mecanismos específicos de justiça de transição e, mais especificamente, o acesso à justiça.

3.4.5 Os Tribunais híbridos - O Tribunal Especial para a Serra Leoa

I. Os dados relativos à Serra Leoa têm duas fontes distintas, atendendo a que não foi possível obter nenhum relatório que compreendesse a maioria das respostas das nossas questões de partida. No que respeita aos dados relativos à exposição à violência foram obtidos do estudo «Assessing Trauma in Sierra Leone», um estudo sobre saúde mental levado a cabo pela ONG Médicos Sem Fronteiras em 1999 na capital Freetown com o objetivo de avaliar as condições psicológicas e emocionais da população sujeita a elevados níveis de violência, até porque até então a saúde

mental era uma área frequentemente negligenciada em cenários de extrema violência (Jong, de Kaz; Mulham, Maureen; Kam, 1999). A metodologia de questionário teve uma amostra de 248 inquiridos que responderam a questões relacionadas com a demografia e violência sofrida, bem como violência presenciada. no sentido de compreender através desta informação os riscos de desenvolvimento e de reconciliação da própria sociedade.

Os dados relativos às restantes questões foram obtidos de dados empíricos do relatório «Impact and Legacy Survey for Special Court for Sierra Leone» conduzido pela ONG No Peace Without Justice, com o apoio do Sierra Leone Institute for International Law, do Manifesto 99: ours by right, pela Liberty NGos Network inc. e da Coalition for Justice and Accountability. A obtenção dos dados empíricos sobre as perceções de justiça e do Tribunal Especial para a Serra Leoa foi feita através do modelo de inquérito, no território da Serra Leoa e da Libéria (46% dos inquiridos eram da Libéria e 53% da Serra Leoa) num total de 1502 pessoas inquiridas.

3.4.6 Os tribunais híbridos – As Câmaras Extraordinárias do Tribunal do Camboja

I. Na obtenção dos resultados relativos ao Camboja foram utilizados dois relatórios relativos a inquéritos conduzidos pelo Human Rights Center da Universidade da Califórnia, Berkeley e pela Iniciativa para as Populações Vulneráveis da mesma Universidade.

Os dados do relatório de 2009, designado «So We Will Never Forget: a Population Based Survey on Attitudes about Social Reconstruction and the Extraordinary Chambers in the Court of Cambodia» resultaram de um inquérito a 1000 pessoas. Na altura em que o inquérito decorreu tinham sido presos e acusados cinco dos líderes dos KV: em 2007 Kaing Guek Eav (apelidado de «Duch» e era o responsável pela prisão de Tuo Sleng), Ieng Sary (Ministro dos Negócios Estrangeiros da Democracia da Kampuchea), Nuon Chea (conhecido como «o irmão nº2», segundo na liderança dos KV atrás de Pol Pot), Khieu Samphan (Presidente da Democracia da Kampuchea) e Ieng Thirith (Ministro dos Assuntos Sociais da República da Kampuchea). O julgamento de Kaing Guek Eav previa-se que começasse no Primeiro Trimestre de 2009. Como objetivos deste estudo

empírico, os investigadores procuraram medir a opinião pública sobre as CETC, avaliar o desejo de justiça e as expectativas de reparação dos crimes cometidos pelos KV. Foi ainda traçado como objetivo a determinação do nível de acesso ao sistema de justiça cambojano e às CETC com o objetivo de fazer recomendações que envolvessem a população, o tribunal, o governo, a sociedade civil e a comunidade internacional.

No que respeita ao relatório de 2011 com o nome «After The First Trial», foi conduzido após a condenação de Kaing Guek Eav (o «Duch») em 2010 e quando já se encontravam em investigação os casos 002 e 003. O número de pessoas inquiridas foi igual ao anterior relatório (1000 inquiridos) e os seus objetivos mantiveram-se, mas agora no sentido de analisar a dinâmica das perceções em relação ao estudo anterior.

4 O CONTEXTO HISTÓRICO SUBJACENTE A CRIAÇÃO DOS TRIBUNAIS

I. A compreensão do processo de criação dos tribunais, bem como da perceção das vítimas, não pode ser afastada da análise histórica (sobretudo, social e política) e das circunstâncias que constituem o pano de fundo da prática dos crimes nas regiões que escolhemos estudar, pelo que apresentaremos uma resenha dos principais acontecimentos históricos dos conflitos, da criação dos tribunais e os principais aspetos que caracterizam estas instituições.

4.1 OS TRIBUNAIS HÍBRIDOS

4.1.1 O Camboja e as CETC

4.1.1.1 Resenha histórica dos acontecimentos

During these past two years, the worker-peasant people and the Revolutionary Army of Democratic Kampuchea, under the just and clear-sighted leadership of their Revolutionary Organization, have overcome innumerable obstacles and hardships, and they have

achieved much.(...). By firmly upholding their independence, sovereignty and self-reliance, these forces have built a strong, broad-based, revolutionary mass movement. Though the road of independence and sovereignty may be full of hardships, they are firmly convinced that it is the road of honor and dignity.

*In two years, they have proved that by mobilizing all their physical, moral and intellectual forces and by utilizing all the natural resources they can successfully defend and build an independent, united' peaceful, neutral, nonaligned, sovereign and territorially integral Democratic Kampuchea.*³³

I. Transformado num protetorado francês em 1863, o Camboja foi durante este período um território negligenciado, em detrimento de outras colónias francesa como o Vietname e a Tailândia³⁴. Após a proclamação unilateral de independência, o Camboja passou a designar-se Kampuchea Khmer e, em 1953, na senda da Conferência de Genebra sobre a Indochina, o Camboja é declarado como absolutamente independente com a designação de Reino do Camboja e com a liderança do Norodom Sihanouk (que governará até 1970).

O regime autocrático de Sihanouk pautou-se por uma grande crispação política entre as forças da Esquerda e da Direita que culminou na queda da monarquia em março de 1970, após um golpe de estado conduzido pelo General Lon Nol, e na proclamação da República Khmer³⁵.

Nos inícios de 1973, cerca de 85% do território do Camboja estava entregue ao KV e após a capitulação do Vietname do Sul (que era apoiado pelas tropas de Lon Nol), em 19 de abril de 1975, o Partido Comunista de Kampuchea ocupou a capital Phnom Penh, tomou o poder e promulgou uma nova Constituição³⁶. A nova Lei Fundamental consagrava uma nova sociedade assente na abolição

³³ Excerto do discurso de Pol Pot *Democratic Kampuchea Is Moving Forward* por ocasião do 17º Aniversário do Partido Comunista da Kampuchea em 29 de Setembro de 1977. Fonte: https://archive.org/stream/LongLiveThe17thAnniversaryOfTheCommunistPartyOfKampucheaSpeech/CPK_djvu.txt [consultado em 14/1/2016]

³⁴ Que representavam um importante foco estratégico por razões económicas (Keller, 2005)
³⁵ (Keller, 2005)

³⁶ Texto integral da Democracia da Kampuchea de Maio de 1975 disponível em http://www.dccam.org/Archives/Documents/DK_Policy/DK_Policy_DK_Constitution.htm [consultado em 20/12/2015]

das classes, na apropriação pelo Estado de todos os meios coletivos de produção, previa um sistema de justiça cujos juízes eram nomeados pela Assembleia Representativa e punia severamente todos aqueles que atentassem contra o Estado. A nova sociedade rompia com as antigas tradições, hábitos e costumes e oficialmente, todas as classes foram abolidas e os cidadãos foram divididos em «velhas pessoas e novas pessoas»³⁷. Enquanto os KV estiveram no poder multiplicaram-se as políticas contra os direitos das pessoas, a repressão e os massacres em escala. O país tornou-se o palco do assassinato de mais de dois milhões de pessoas e muitas outras foram sujeitas a deslocamentos sucessivos das aldeias onde habitavam. O regime radical de pendor Maoista e Marxista-Leninista pretendia transformar o Camboja numa sociedade rural (onde foi abolido o dinheiro, os mercados livres, a propriedade privada, os estilos de roupa estrangeiros, as práticas religiosas e a cultura Khmer tradicional). As escolas públicas, mesquitas, igrejas, universidades, lojas e edifícios governamentais foram transformados em prisões, estábulos e centros de recrutamento. Não existia transporte público nem privado e não existia entretenimento que não fosse revolucionário e todas as atividades culturais eram bastante restritas.

Na sociedade estava instalado um clima de medo, insegurança e violência e todos eram privados dos seus direitos mais elementares, incluindo a possibilidade de reunirem publicamente, sob pena de prisão ou execução. As relações familiares eram sancionadas e não podiam existir demonstrações de afeto, humor ou piedade. Os cambojanos só podiam acreditar, obedecer e respeitar Angkar Padevat, que era a sua mãe e pai. As prisões e execuções multiplicavam-se por todo o território e a prisão Sleng em Phnom Penh representava o medo e o terror por ter sido palco da morte de doze mil pessoas consequência da severa tortura ou execuções a que foram sujeitos.

Após a tomada do poder o KV prendeu e executou milhares de soldados, oficiais e civis do regime Republicano, centenas de milhares de intelectuais, habitantes e minorias (chineses, vietnamitas e cham). O líder demonstrava uma verdadeira obsessão pela traição, pelo que muitos dos seus soldados e membros do partido foram acusados, presos, interrogados e executados. A par deste cenário de

³⁷ As «velhas pessoas» residiam nas áreas controladas pelos KV antes de 1975 e as «novas pessoas eram habitantes das cidades, onde se incluíam os camponeses que havia sido deslocados e os que eram politicamente suspeitos (Staub, 1989)

violência, a população do Camboja foi sujeita a um intenso programa de trabalho previsto no plano quadrienal de 1976, onde a prioridade era produção massiva de arroz que se traduzia em 12 meses de trabalho, durante 12 horas por dia sem descanso ou alimentação adequada. Muitos destes trabalhadores morreram de exaustão e de falta de assistência médica ³⁸.

Em 1977, as relações entre o Camboja e o Vietname aguçaram-se e do novo conflito resultou a morte de milhares de pessoas enviadas para combater. Em Dezembro de 1978, as tropas vietnamitas invadiram o Camboja e tomaram Phnom Penh, em 7 de Janeiro de 1979, derrubando o regime de Pol Pot. Foi instalado um governo pró-vietnamita e o país passou a designar-se Estado do Camboja e era liderado por Heng Samrin. Os líderes do KV fugiram para Oeste e restabeleceram forças em território tailandês, auxiliados pela Tailândia e pela China, que se aliou sempre aos movimentos de poder comunista.

Em 1982, o KV formou uma coligação com o rei Sihanouk (que se encontrava exilado na China após a Guerra Civil) e o líder Son Sann criou um governo de coligação tripartido. No ano de 1989, por impulso da França e da Indonésia e com o acompanhamento da ONU, foi realizada a Conferência de Paz de Paris, marcada pelos esforços e impasses de trazer ao país a paz e a estabilidade. O sucesso da Conferência traduziu-se na elaboração de acordos ³⁹ que levaram à retirada das tropas vietnamitas, ao regresso dos refugiados, ao reconhecimento da soberania, integridade e inviolabilidade do Camboja.

O KV continuou a existir até 1999, altura em que os seus membros desertaram, foram presos ou morreram. O período da Democracia da Kampuchea foi uma das maiores tragédias do século XX: morreram cerca de dois milhões de cidadãos vitimados pelas doenças, pela falta de assistência médica, à fome, executadas ou de exaustão pelo trabalho. Ficaram viúvas e órfãs dezenas de milhares de pessoas e os que sobreviveram ao regime ficaram profundamente traumatizados pelas experiências vividas ou com transtornos do foro mental ⁴⁰. Outros centenas de milhares fugiram do país e tornaram-se refugiados.

³⁸ Fonte: <http://historyjyhb.weebly.com/the-four-year-plan.html> [consultado em 12/12/2015]

³⁹ Texto dos acordos disponível em http://www.lcil.cam.ac.uk/sites/default/files/LCIL/documents/transitions/Cambodia_2_Final_Act_Paris_Conference.pdf [consultado em 12/1/2016]

⁴⁰ (Hansen, 2014)

Em três anos crê-se que 25% ⁴¹ da população do Camboja tenha morrido às mãos da política radical do KV.

4.1.1.2 A criação do Tribunal – As Câmaras Extraordinárias do Tribunal do Camboja

4.1.1.2.1 O processo de criação do tribunal

I. As CETC iniciaram os seus trabalhos em 2006, após dez anos de negociações entre o Governo Real do Camboja e a ONU. O pedido de intervenção foi dirigido ao Secretário-geral, em 21 de Junho de 1997, pelo Primeiro e Segundo Ministros que procuravam julgar os principais líderes dos KV, mas o sistema nacional vigente era insuficiente e não estava preparado para julgar crimes de enorme gravidade. Através da Resolução nº 52/35, a Assembleia Geral pediu ao Secretário-geral que examinasse o pedido de assistência com vista à criação do tribunal «como meio de trazer a reconciliação nacional e o fortalecimento da democracia e responder às questões da responsabilização individual».

Em 2001, a Assembleia Nacional do Camboja votou a lei de criação do tribunal para julgar os crimes cometidos pelo KV. As Câmaras Extraordinárias do Camboja para os Crimes Cometidos durante o Período Democrático da Kampuchea passaram a ter competência para julgar os crimes ocorridos entre 1975 e 1979 ⁴². O acordo foi ultimado em 2003, pelas Resoluções nº 57/228A e 57/228B. Nesta última é constatado o encerramento das negociações e aprovado o esboço de acordo entre a ONU e o Governo Nacional do Camboja.

4.1.1.2.2 Estrutura e funcionamento do tribunal

I. As CETC são um tribunal híbrido, criado pela Resolução 57/220b da ONU, a pedido do governo do Camboja, mantendo-se independente daquela organização internacional. A função jurisdicional é exercida, em simultâneo, por juízes

⁴¹ Fonte: <http://worldwithoutgenocide.org/genocides-and-conflicts/cambodian-genocide> [consultado em 10/12/ 2015]

⁴² Nos termos da Regra 13 das Regras Internas de Procedimento das CETC Fonte: [http://www.eccc.gov.kh/sites/default/files/legal-documents/ECCC%20Internal%20Rules%20\(Rov.8\)%20English.pdf](http://www.eccc.gov.kh/sites/default/files/legal-documents/ECCC%20Internal%20Rules%20(Rov.8)%20English.pdf) [consultado em 21/3/2016]

nacionais e internacionais (em que a maioria é nacional). Na sua estrutura, o tribunal tem três câmaras, uma de pré-julgamento (com cinco juízes), a câmara de julgamento (com cinco juízes) e o Supremo Tribunal (com sete juízes) ⁴³. No que respeita à fase inicial da investigação, existem dois procuradores e dois juízes de instrução (nos dois cargos, um dos elementos é sempre nacional e o outro internacional). A nomeação é feita pelo Supremo Conselho da Magistratura do Camboja, sendo que os elementos internacionais são escolhidos de uma lista fornecida pela ONU. A estrutura bicéfala abrange também as áreas administrativas e financeiras do tribunal.

Na jurisdição das CETC ⁴⁴ estão compreendidos os crimes de homicídio, tortura e perseguição religiosa. As vítimas podem participar como partes civis ou queixosos nos procedimentos do tribunal. Para este efeito, existe uma Unidade de Vítimas ⁴⁵ que lhes presta serviços quando pretendam participar, funcionando como um intermediário entre estas e o tribunal, recolhendo documentação e encaminhando-a para as respetivas áreas. O tribunal tem ainda um departamento de relações públicas ⁴⁶ que fornece informação ao público, aos órgãos de comunicação social, bem como procede à gravação de todas as audiências de julgamento, divulgando-as através dos seus meios de comunicação.

4.1.1.2.3 Os julgamentos

I. As CETC concluíram, até ao momento, o caso 001. Decorrem os julgamentos relativos ao caso 002 ⁴⁷ e estão em investigação de carácter confidencial os casos 003 e 004. A primeira condenação do tribunal é de 26 de Julho de 2010 e foi aplicada a Kaing Guek Eav, também conhecido por «Duch», o qual, durante o regime, foi diretor do centro de detenção de Phnom Penh (Tuol Sleng). Aos 67 anos, o «Duch» foi condenado a trinta anos de prisão, dos quais já cumpriu onze,

⁴³ Nos termos da Regra 104 (*idem*)

⁴⁴ Nos termos do nº 3 e nº 5 da Lei das CETC

⁴⁵ Nos termos do ponto 1.1 do artigo 1º da *Practice Direction* 02/2007/Rev.1 – *Victims Participation* fonte: http://www.eccc.gov.kh/sites/default/files/legal-documents/PD_Victims_Participation_rev1_En.pdf [consultado 20/3/2016]

⁴⁶ Nos termos da Regra 4 nº9 das Regras Internas de Procedimento das CETC. Fonte: [http://www.eccc.gov.kh/sites/default/files/legal-documents/ECCC%20Internal%20Rules%20\(Rav.8\)%20English.pdf](http://www.eccc.gov.kh/sites/default/files/legal-documents/ECCC%20Internal%20Rules%20(Rav.8)%20English.pdf) [consultado em 21/3/2016]

⁴⁷ Que se iniciou em Junho de 2011 mas que entretanto se dividiu em audiências separadas

pela prática de crimes contra a humanidade e crimes de guerra, nos quais o centro de detenção teve um papel importante como instrumento de ataques sistemáticos à população.

Apesar de só existir uma condenação até à data, o tribunal já atingiu alguns marcos importantes: foi o primeiro julgamento que decorreu após a confissão do arguido dado a matriz de *civil law* do tribunal ⁴⁸ e porque trouxe um envolvimento alargado da população no processo de justiça. Com efeito, foi proporcionado o debate em torno das audiências, o papel das vítimas, enquanto partes civis permitiu, o verdadeiro conhecimento sobre o que se passou e pelo elevado número de pessoas que assistiram às audiências de julgamento.

4.1.2 O Tribunal Especial para a Serra Leoa

4.1.2.1 Resenha histórica dos acontecimentos

Sierra Leone's rulers destroyed their own state in order to exert influence via personalized patronage. But lacking both legitimacy and military strength, they were unable to control disgruntled diamond miners diggers. While rebellion was triggered by perceived injustice, diamond money turned warfare into a predatory business. The recent peace accord leaves the root causes of state collapse unattended (Reno, 2003).

To the economist, this is war motivated by greed. For the young fighter, it is injustice (Idem).

I. Ao longo do século XIX, a Serra Leoa foi local de revoltas da população indígena contra os seus colonizadores. O século XX foi um período sem conflitos na história do país e a independência foi adquirida pacificamente. Em 1951 a Constituição consagrou a descolonização e a criação de instituições nacionais de

⁴⁸ Que não envolve a negociação de penas, como acontece nos casos de tribunais fundados na *common law*.

governança que levaram à nomeação de Sir Milton Margai como Primeiro-ministro em 1960 e, um ano depois, o país tornou-se independente.

Após um período marcado por alguma conflitualidade, no seguimento das eleições de 1967, e uma tentativa de golpe de Estado em março de 1971, Stevens (irmão de Sir Milton, entretanto falecido) foi nomeado Presidente da República com um mandato por cinco anos. Em 1982 passa a existir um partido único no país. Em 1985, Steven afasta-se da vida política e nomeia como seu sucessor Joseph Momoh, cujo governo se caracterizou pela corrupção. Tendo em vista o derrube do Presidente, a Frente Revolucionária Unida (RUF), com o apoio da Frente Patriótica Nacional da Libéria (liderada por Charles Taylor) inicia uma Guerra Civil que se traduziu em 11 anos de conflito e cerca de 50.000 vítimas mortais⁴⁹ num país com graves problemas estruturais⁵⁰. A ascensão da RUF acontece num momento da história em que a sociedade Serra Lionesa estava fragilizada pelo conflito interno, pela marginalização dos jovens, que perante a falta de perspectivas de futuro se tornaram alvos fáceis do recrutamento pelas forças rebeldes⁵¹.

Momoh foi entretanto assassinado e sucedeu-lhe na governança, uma junta militar liderada pelo Capitão Strasser, que procurou combater a RUF, mas sem sucesso. O período que seguiu ficou marcado pelas práticas violentas e brutais da RUF que, indiscriminadamente violentava os cidadãos, «amputando mãos e pernas, violação, todas as formas de tortura, destruição de escolas e um violento recrutamento de crianças nas escolas»⁵². As práticas da RUF foram relatadas por várias organizações internacionais como a Missão das Nações Unidas para a Serra Leoa que estimou que 10.000 crianças⁵³ foram envolvidas no conflito ou a UNICEF que reportou o desaparecimento de 8466 crianças entre 1991 e 2002⁵⁴. A par das vítimas civis e do nível de destruição causado pela guerra, a Serra Leoa foi alvo do aproveitamento económico por causa das suas grandes reservas de diamantes (que Jang (2012) aponta como uma das principais causas do conflito).

⁴⁹ (Gberie, 2005, 2012)

⁵⁰ (Jang, 2012)

⁵¹ *Idem*

⁵² Tradução nossa. Texto original: *hacking off of hands and limbs, rape, all forms of torture, and the destruction of schools and the violent recruitment of schoolchildren*. (Gberie, 2005)

⁵³ Dados disponíveis em <https://childrenandarmedconflict.un.org/press-release/14Sep99/> [consultado em 14/1/2016]

⁵⁴ Dados disponíveis em http://www.unicef.org/wcaro/Child_DDR_Sierra_Leone_Report_2002_Williamson_Cripe_.pdf [consultado em 13/1/2016]

Não obstante a falta de prova direta desta causa, pode ser considerado indício deste aproveitamento económico, o lucro da RUF estimado em entre 150 a 250 milhões de dólares anuais entre 1999 e 2002, dinheiro esse que serviria para transacionar armas e munições com Charles Taylor ⁵⁵.

Em Maio de 1997, foi criado um novo governo no país, no seguimento de um golpe de estado perpetrado pelo Conselho Revolucionário das Forças Armadas (AFRC) que se juntou RUF. Foi criado um novo governo na Serra Leoa. O novo líder, Johnny Koroma declarou o fim da guerra, mas continuaram a suceder-se os homicídios, violações e amputações levando à intervenção do ECOMOG (Economic Community of West African States Monitoring Group) ⁵⁶ que retomou Freetown e continuou as ações de pacificação no restante território ⁵⁷. Em 1999, são iniciadas negociações com vista ao restabelecimento da paz através do entendimento entre a RUF e o governo, que contou com a participação dos governos da Guiné, Libéria, Burkina Faso, Nigéria, Togo, EUA, Reino Unido e organizações internacionais e regionais como o ECOWAS, o OAU, a ONU e a Commonwealth (Rashid, 2000). O acordo foi alcançado na cidade de Lomé, no Togo, movido pela «necessidade imperativa do desejo do povo da Serra Leoa chegar a um entendimento definitivo sobre a guerra fratricida no seu país e a genuína unidade nacional e reconciliação». ⁵⁸

O acordo do Lomé teve uma participação dominante dos EUA que procuravam o entendimento entre as partes (Kargbo, 2006), previu o cessar-fogo imediato e a respetiva monitorização do fim das hostilidades pelo UNOMSIL e pelo ECOMOG no território, bem como uma partilha de poder com a RUF. Não obstante as esperanças depositadas neste acordo de Paz, a verdade é que este foi apelidado de «Pacto com o Diabo» por Kayode Fayemi ⁵⁹ conceder amnistias e

⁵⁵ (Smillie, Ian; Gberie, Lansana; Hazleton, 2000)

⁵⁶ O *Economic Community of West African States Monitoring Group* é uma força armada criada pelo *Economic Community of West African States* e que visa a intervenção em conflitos através de missões de pacificação, missões humanitárias, missões de monitorização, ações preventivas ou de policiamento (Berman e Sams, 2000)

⁵⁷ A intervenção do ECOMOG levantou problemas de violação de Direitos humanos na intervenção na Serra Leoa e que foi alvo de um relatório por parte da HRW. Relatório disponível em <https://www.hrw.org/reports/1999/sierra/SIERLE99-04.htm> [consultado em 14/1/2013]

⁵⁸ Preâmbulo do acordo de Lomé (tradução nossa). Texto integral disponível em http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/SL_990707_LomePeaceAgreement.pdf [consultado em 15 de Janeiro de 2015]

⁵⁹ Nigeriano, antigo Diretor do Centro de Documentação e Desenvolvimento, instituição ligada à Paz e à segurança no continente africano. Fonte:

muitas concessões à RUF. O acordo acabou por cair por terra no ano 2000, quando o líder rebelde Foday Sankoh tentou atacar e tomar Freetown. Apesar de tudo, na opinião de Mustapha, Marda e Bangura (2010), algum do consenso alcançado contribuiu para o desenvolvimento e para a manutenção de estratégias de paz na Serra Leoa que ainda hoje mantém. O acordo de Lomé previu a criação de novas instituições políticas de desenvolvimento e gestão de recursos, a criação de uma comissão de consolidação para a Paz e a concessão de amnistias para combatentes e colaboradores, a revisão da constituição e a criação de uma comissão de acompanhamento para a realização de novas eleições no país. Ficou também prevista, a criação de uma Comissão de Verdade e Conciliação (Mustapha, Marda; Bangura, 2010), mas contrariamente ao esperado, o acordo de paz falhou pouco tempo depois da sua ratificação com uma nova vaga de violações de Direitos humanos e o aumento das hostilidades entre a RUF e as forças de pacificação da ONU.

4.1.2.2 A criação do Tribunal Especial para a Serra Leoa

4.1.2.2.1 O processo de criação do tribunal

I. A criação do Tribunal iniciou-se através de correspondência dirigida ao Secretário-Geral da ONU Kofi Annan, em 2000, na qual Ibrahim Kamara, representante permanente na Serra Leoa, pediu que fosse criado um tribunal que julgasse os crimes cometidos na Serra Leoa de modo a trazer justiça credível para os crimes cometidos pelos membros da RUF, através de um tribunal forte, que trouxesse a paz e ajudasse a mantê-la. Com a Resolução n.º 1315 do Conselho de Segurança de 14 de Agosto de 2000, é pedido ao Secretário-geral que negocie um acordo com o governo da Serra Leoa para que seja criado um tribunal independente e que cumprisse os objetivos de imparcialidade, independência e credibilidade na condução das investigações e acusações. Neste tribunal seriam considerados os Crimes contra a Humanidade, crimes de guerra e outras violações do Direito Internacional Humanitário, bem como violações à lei nacional da Serra Leoa por

<http://www.vanguardngr.com/2015/10/ministerial-nominee-kayode-fayemi-johns-cv/>
[consultado em 14/1/2016]

crimes cometidos no seu território. Em 16 de Janeiro de 2002 foi assinado o Acordo para a Instalação de um Tribunal Especial na Serra Leoa.

4.1.2.2.2 Estrutura e funcionamento do tribunal

I. O estatuto do tribunal atribui-lhe competência para acusar as pessoas que tiveram as maiores responsabilidades na prática de violações séria do Direito Internacional Humanitário ⁶⁰ e da lei da Serra Leoa ⁶¹ e violações à Convenção de Genebra de 1949 ⁶² e que tenham sido cometidos desde 30 de Novembro de 1996. O art.º 2º prevê o julgamento de Crimes contra a Humanidade através de atos sistemáticos contra a população civil, compreendendo o homicídio, o extermínio, a escravização, a deportação, o aprisionamento, a tortura, a violação, a violência sexual, prostituição forçada, gravidez forçada e qualquer outra forma de violência sexual, bem como qualquer perseguição por razões políticas, raciais étnicas ou religiosas e outros atos inumanos. O tribunal foi composto pelas câmaras de julgamento (uma ou mais) e uma Câmara de recurso, um Procurador e um Cartório. No que respeita à composição, as câmaras de julgamento tinham três juízes em que um era indicado pelo Governo da Serra Leoa e os outros dois pelo SG da ONU. A câmara de recurso tinha cinco juízes, em que dois eram indicados pelo Governo da Serra Leoa e os outros três pelo SG da ONU. O estatuto não previu qualquer participação das partes civis, nem qualquer direito a compensações por danos sofridos.

⁶⁰ O art.º 4º prevê os seguintes crimes como violações do direito humanitário: ataques intencionalmente dirigidos contra a população civil ou contra indivíduos civis que não tomem parte das hostilidades. Ataques direcionados contra a pessoal, instalações materiais, unidades ou veículos de ajuda humanitária, de missões de pacificação nos termos da Carta das Nações Unidas; recrutamento de crianças com idade inferior a 15 anos para que integrem as forças ou grupos armados e utilizá-los ativamente no conflito.

⁶¹ O art.º 5º prevê as ofensas relacionadas com o abuso de crianças ao abrigo do Ato de Prevenção Contra a Crueldade para as Crianças de 1926, nomeadamente, o abuso de raparigas com idade inferior a treze anos de idade, o abuso de raparigas com idades entre os treze e os catorze anos, o rapto de raparigas para propósitos imorais. Ofensas relacionadas com a destruição a propriedade, nome amante incendiar casas, edifícios públicos ou outros edifícios.

⁶² O art.º 2º prevê os seguintes crimes, no termos da Convenção: violência para a vida, saúde e bem-estar físico e mental das pessoas, em especial o homicídio, mas também os tratamentos cruéis, como a tortura, a mutilação e qualquer forma de castigo corporal. Castigos coletivos, tomada de reféns, atos de terrorismo, ofensas à dignidade pessoal (em particular as humilhações e o tratamento degradante, violação, prostituição forçada e qualquer forma de agressão indecente) e as pilhagens.

4.1.2.2.3 Os julgamentos

I. As principais conquistas do tribunal (Special Court for Sierra Leone, 2013) foram ao nível da legalidade e constitucionalidade quanto à natureza do tribunal, tendo em conta a natureza e o escopo dos poderes do Conselho de Segurança para autorizar um tribunal internacional, assim como as consequências de tribunais baseados em tratados. O tribunal foi chamado a pronunciar-se sobre a questão da imunidade dos chefes de Estado com o caso de Charles Taylor ⁶³, antigo presidente da Libéria, e para quem emitiu um mandado de detenção em 7 de Março de 2003, quando ainda era presidente, rejeitando a moção apresentada em 2004 com o fundamento de que a imunidade deriva da soberana igualitária dos estados e que não tem qualquer relevância para os tribunais internacionais que não são órgãos de estado, mas sim órgãos mandatados pela comunidade internacional. O tribunal foi ainda, o primeiro a pronunciar-se sobre a criminalização do recrutamento e utilização de crianças soldado, sobre o casamento forçado e escravidão sexual por crimes que fazem parte das ofensas consideradas como Crime contra a Humanidade ⁶⁴.

II. Dos julgamentos conduzidos pelo tribunal resultaram treze acusações, mas dois dos acusados morreram antes do julgamento. Em 2009, foram condenados três antigos combatentes da RUF a penas que variaram entre os 25 e os 60 anos de prisão por acusações de terrorismo, punições coletivas, extermínio, assassinatos, violações, exploração sexual, mutilações e violência física, pilhagens e recrutamento de crianças-soldado. Foram ainda condenados, pela primeira vez na história do tribunal, pela prática de casamentos forçados ⁶⁵ e ataques às forças de pacificação (pelo homicídio de Capacetes Azuis da ONU) ⁶⁶. A última grande decisão do tribunal foi tomada em 26 de Setembro de 2013 com a condenação a 50 anos de prisão do antigo presidente da Libéria, Charles Taylor que, depois de

⁶³ Fonte: <http://www.rscsl.org/Documents/Decisions/Taylor/1285/SCSL-03-01-T-1285.pdf> [consultado em 22/4/2016]

⁶⁴ *Prosecutor v. Brima, Kamara and Kanu* Fonte: http://www.tjsl.edu/slomansonb/10.3_ChildSold.pdf [consultado em 25/4/2016]

⁶⁵ *Idem*

⁶⁶ *Prosecutor v. Issa Hassanesay, Morris Kallon And Augustine Gbao.* Fonte: <http://www.rscsl.org/Documents/Decisions/RUF/1234/SCSL-04-15-T-1234-searchable.pdf> [consultado em 22/4/2016]

julgado em Haia, foi transferido para Inglaterra para cumprir a pena de prisão que lhe foi imposta.

III. Em 2013, foi constituído o Tribunal Especial Residual para a Serra Leoa, resultante de um acordo entre a ONU e o Governo, dotado de estatuto próprio e com poderes para continuar a jurisdição, funções, direitos e obrigações do seu antecessor onde se inclui a proteção de testemunhas, a supervisão das penas de prisão e a gestão de todo o arquivo do anterior tribunal.

4.1.3 O Tribunal Penal Internacional para o Ruanda

4.1.3.1 *Resenha histórica dos acontecimentos*

Every Hútu male must know that all Tutsi are dishonest in their business dealings. They are only seeking their ethnic supremacy. “Time will tell.” Shall be considered a traitor, any Hútu male:

- *who enters into a business partnership with Tutsis;*
- *who invests his money or State money in a Tutsi company;*
- *who lends to, or borrows from, a Tutsi;*
- *who grants business favors to Tutsis (granting of important licenses, bank loans, building plots, public tenders...) is a traitor.*

(4.º dos 10 Mandamentos dos Hútus) ⁶⁷

I. A partir da I Guerra Mundial, o Ruanda foi uma colónia alemã, sendo posteriormente colocada sob administração belga. No seguimento dos movimentos de descolonização dos anos 50, o país sofreu convulsões e aumentaram as tensões entre as hútus e tutsis ⁶⁸. Em 1959, no seguimento de uma revolução, os Hútu

⁶⁷ Os 10 Mandamentos para o Hútu foram publicados em Dezembro de 1990 no jornal *Kangura* como incitamento à separação e ações de violência contra os Tutsis. Texto completo disponível em <http://www.rwandafile.com/Kangura/k06a.html> [consultado em 12/1/2016]

⁶⁸ Existe um mito na história do Ruanda que explica as diferenças entre Hútus, Tutsis e Twa e de onde deriva a ideia de superioridade da etnia Tutsi sem nunca referir a sua origem (Sinema,

tomam o poder, e em 1962, declaram o Ruanda uma República independente chefiado pelo presidente, Kayabanga. Este foi um período de massacres (com um elevado número de mortos de etnia tutsi) que aumentou a clivagem existente entre ambos os grupos e que levou à guerra civil entre Hútus e a Frente Patriótica do Ruanda (RPF). Em abril de 1994, o presidente Kayabanga morre na sequência da queda do avião que o transportava e nos dias seguintes, iniciaram-se os homicídios sucessivos de Tutsis e Hútus moderados que duraram cerca de cem dias, compreendidos entre abril e julho de 1994. Durante este período, os observadores relataram um massacre de 110 pessoas, incluindo crianças numa igreja polaca em Gikondo, (Melvern, 2006), o assassinato de 800.000 pessoas pelos seus vizinhos (Patrick, 2014) nos seus bairros, aldeias que falavam a mesma língua, partilhavam os mesmos costumes e credos (Hatzfeld, 2003) . Os grupos de radicais Hútu assassinaram adultos e crianças em escolas e igrejas e obrigavam outros Hútu a matar Tutsis (se se recusassem a fazê-lo, eram igualmente mortos).

Além das motivações étnicas, os testemunhos recolhidos por Hatzfeld (2003) demonstram que, entre os assassinos, estavam simples agricultores que viram nos massacres maneiras fáceis de pilhar bens alimentares, gado e bens materiais de uma maneira mais simples e menos fatigante do que as suas tarefas agrícolas diárias, como demonstra o seguinte testemunho:

*ALPHONSE: It was a grubby job but a job without
'worries about drought or spoiled crops, we can certainly
say that. On his plot the farmer is never sure what the
harvest will bring. One season he'll see his sacks swollen,*

2015) que começa com Kigwa, filho de Nkuba o deus trovão e que de acordo com a tradição ruandesa foi o primeiro deus na terra. O deus Kigwa tinha três filhos: Gahútu, Gatutsi e Gatwa e uma noite deu a cada um recipiente com leite que teriam de vigiar. Na manhã seguinte, o deus trovão foi verificar o que os filhos haviam feito ao leite que lhes tinha sido confiado. Gatwa havia bebido o leite, Gahútu tinha-o entornado e Gatutsi manteve o seu leite em segurança. Depois deste teste, Kigwa deu o poder do domínio a Gatutsi, ao contrário dos seus irmãos avarentos e descuidados e estabeleceu a dinastia Tutsi (Sinema, 2015). Esta construção mitológica sugere que a separação entre as três etnias e o domínio dos Tutsis é de origem divina (Sinema, 2015), mas a História e a Antropologia relatam-nos mais origens para esta separação. As origens do Ruanda, no que respeitam às instituições derivam de uma sociedade agrária e pastoril que ao longo dos anos se tornou profundamente hierarquizada e da qual se desenvolveram elites poderosas. Este desenvolvimento social teve repercussões na constituição do Estado, e os mais fortes passaram a dominar os mais fracos por causa da sua superioridade em termos de força e sofisticação. Os Tutsis são referidos com indivíduos ricos e detentores de cabeças de gado e os Hútu são normalmente designados como subordinados ou seguidores. (*Leave None to Tell the Story: Genocide in Rwanda*, 1999)

so his wife can carry them to market, v and another season he'll see them flapping thin. He'll think about slinking away from the eyes of the taxmen. He'll show an anxious and sometimes miserable face. But in the Tutsis' abandoned houses, we knew we'd find quantities of new goods. We started with the sheet metal, and the rest followed. That time greatly improved our lives since we profited from everything we'd never had before. The daily Primus, the cow meat, the bikes, the radios, the sheet metal, the windows, every-thing. People said it was a lucky season, and that there would not be another.*⁶⁹

Além das mortes, as mulheres foram alvos de campanhas sistemáticas de violações e agressões, estimando-se que tenham sido violadas entre 250.000 a 500.000 mulheres durante o conflito (Green, 2011). Além dos danos físicos e psicológicos infligidos pelas violações, terão nascido cerca de 20.000 crianças após este período⁷⁰. Grande parte das mulheres vítimas foi infetada com VIH (um dos grandes problemas de saúde pública que afeta o Ruanda na atualidade).⁷¹

O conflito terminou em 1994 com a intervenção da RPF que derrotou os militares e forças civis sem grande esforço (apenas Kigali representou um desafio maior). A par das vítimas causadas pelos Hútus também a RPF deixou um rasto de destruição e morte de militares e civis durante o processo de retaliação (muitas vezes referenciado como um verdadeiro Genocídio)⁷².

⁶⁹ Testemunho do agressor Alphonse, Hútu, sobre os assassínios de 1994 (Hatzfeld, 2003)

⁷⁰ Fonte: <http://www.foundationrwanda.org/thegenocide.aspx> [consultado em 12/1/2016]

⁷¹ Fonte: http://www.unaids.org/sites/default/files/country/documents/RWA_narrative_report_2014.pdf [consultado em 12/1/2016]

⁷² Fonte: <http://www.crimesofwar.org/commentary/ictr-accused-of-one-sided-justice/> [consultado em 12/1/2016]

4.1.3.2 A criação do Tribunal

4.1.3.2.1 O processo de criação do tribunal

I. Em julho de 1994 e após muita pressão internacional, o Conselho de Segurança decidiu abrir uma investigação para os crimes cometidos no Ruanda. Em 8 de Novembro de 1995 é criado o TPIR, em Arusha, na Tanzânia, através da Resolução n.º 955 do Conselho de Segurança.

A criação do tribunal foi alvo de intensas críticas por parte do governo ruandês (apesar de ter sido ele próprio quem solicitou a intervenção da ONU), porque este não previa a aplicação da pena de morte (ao contrário do previsto na lei penal ruandesa), porque estava em desacordo com o âmbito temporal previsto nos estatutos, atendendo a que tinham sido cometidos muitos crimes antes de 1 de Janeiro e a data de fim não deviam ir além de Julho de 1994 (a partir desta data e até Dezembro, o conflito pautou-se pela intensa violência de Tutsis contra Hútus), porque o governo pretendia limitar a lista de crimes ao Genocídio, para que as ofensas cometidas por tutsis não fossem julgadas. Por fim, foi contestada a localização das instalações do Tribunal na Tanzânia por estar demasiado longe do local onde os crimes ocorreram (Yacob, 1998).

4.1.3.2.2 Estrutura e funcionamento do tribunal

I. O TPIR foi criado com o objetivo de julgar as pessoas responsáveis pelo genocídio e outras violações graves do direito internacional humanitário, cometidos no território do Ruanda e outras violações cometidas nos Estados fronteiriços entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 1994.

Nos termos dos art. 2.º, 3.º e 4.º, do ETPIR, o tribunal tinha competência para julgar crimes de Genocídio, crimes de guerra e violações ao art. 3.º. da Convenção de Genebra e Protocolos Adicionais. No que respeita à sua organização, o tribunal compreendia três Câmaras de Julgamento e uma Câmara de recurso, o Procurador e o Cartório. As Câmaras eram compostas por dezasseis juízes independente, dois dos quais podiam ser nacionais do mesmo Estado no máximo de quatro. Sete dos juízes permanentes faziam parte da Câmara de recurso que em cada caso, será composto por cinco dos seus membros. Uma das críticas apontadas

à estrutura do tribunal foi a chefia da Câmara de Recurso, estar sob alçada do mesmo Procurador do TPIJ, o que levantou dúvidas quanto à sua organização e funcionamento. Por outro lado, a detenção dos alegados perpetradores foi um processo bastante complexo, atendendo a que cerca de 90.000 pessoas foram indicadas como estando envolvidas no Genocídio e estavam detidas não só no Ruanda, mas também noutros estados limítrofes.

Por fim, o estatuto do tribunal previu ainda, no art. 21º a proteção de vítimas e testemunhas, através de medidas de proteção da sua identidade durante todo o julgamento.

4.1.3.2.3 Os julgamentos

I. De acordo com os dados do UNMICT ⁷³, o TPIR acusou 85 pessoas ⁷⁴, condenou 32 a penas de prisão (a cumprir nos seus países de origem), 11 aguardam a transferência para cumprir a pena e 16 já cumpriram as suas sentenças.

Os julgamentos realizados pelo TPIR levaram à criação de um vasto precedente de decisões ⁷⁵ em matéria de violação de Direitos humanos, em que as violações foram consideradas uma forma de tortura ⁷⁶ e de Crimes contra a Humanidade ⁷⁷, foi condenado o papel da comunicação social como incitação ao Genocídio ⁷⁸ e foi definido o conteúdo dos atos que podem ser intenções de Genocídio nos vários casos, como as intenções e ações de destruição da propriedade, a filosofia de violência contra outra etnia (neste caso tutsi), ou o entusiasmo na perpetração de homicídios.

⁷³ Fonte: <http://unictr.unmict.org/en/cases/key-figures-cases> [consultado em 1/5/2016]

⁷⁴ 3 pessoas morreram antes ou durante o cumprimento da pena; 14 foram absolvidos e libertados; 2 morreram antes dos julgamentos; 5 foram transferidos para outras jurisdições (Ruanda 3, França 2). Fonte: idem

⁷⁵ Fonte: <https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/ictr0110webwcover.pdf> [consultado em 1/5/2016]

⁷⁶ Caso Akayesu, Setembro de 1998 «Like torture, rape is used for such purposes as intimidation, degradation, humiliation, discrimination, punishment, control or destruction of a person. Like torture, rape is a violation of personal dignity, and rape in fact constitutes torture when inflicted by or at the instigation of or with the consent of acquiescence of a public official or other person acting in an official capacity» Fonte: <https://www.icrc.org/casebook/doc/case-study/ictr-akayesu-case-study.htm>[consultado em 22/4/2016]

⁷⁷ *Prosecutor v. Nahimana, Barayagwiza and Ngeze* (Também conhecido por «Media Case»). Fonte: <http://www.haguejusticeportal.net/index.php?id=8674> [consultado em 22/4/2016]

⁷⁸ *Idem*

II. O TPIR, à semelhança do que aconteceu com o TPIJ, foi substituído pelo Mecanismo Residual para os Tribunais Penais, que não é mais do que um tribunal estabelecido pelo Conselho de Segurança em 2010 para desempenhar as funções que restaram destes dois tribunais, após a conclusão dos respetivos mandatos ⁷⁹.

4.1.4 O Tribunal Penal Internacional

4.1.4.1 A criação do TPI

I. A criação do TPI surge no seguimento da necessidade de uma instituição penal internacional de carácter permanente, após a criação dos tribunais *ad hoc* para a Jugoslávia e o Ruanda, que foram criticados pela ineficiência na promoção da justiça internacional (Barria, Lilian A.; Roper, 2005). O TPI foi criado pelo Estatuto de Roma de 1998 e entrou em vigor em 1 de Julho de 2002, tendo atualmente 124 Estados-parte ⁸⁰. O Tribunal enfrenta como crítica o facto de os casos que julga serem exclusivamente de origem em conflitos em África e que este facto promove a ideia de que as violações de Direitos humanos só acontecem neste continente ⁸¹. Esta crítica tem fundamento, atendendo aos casos julgados, mas também porque as nações que são acusadas de práticas de Crimes contra a Humanidade, nos mais variados contextos, não são signatárias do Estatuto de Roma (como a China, os Estados-Unidos, a Índia, a Indonésia, o Iraque ou a Malásia).

II. No que respeita às ambições do TPI, os Estatutos procuraram consagrar algumas das previsões fundamentais do conceito de justiça internacional, como a proteção das vítimas ⁸², o desenvolvimento do conceito de Genocídio ⁸³, a previsão de reparações ⁸⁴, em que o tribunal ficou encarregue de estabelecer os princípios e escopo das indemnizações a atribuir às vítimas ou a consagração de princípios

⁷⁹ Fonte: <http://www.unmict.org/> [consultado em 1/5/2016]

⁸⁰ Fonte: https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=XVIII-10&chapter=18&lang=en [consultado em 17/7/2016]

⁸¹ Fonte: http://www.africanholocaust.net/news_ah/icc_and_africa.html [consultado em 22/4/2016]

⁸² Art.º 68º do ER

⁸³ Art.º 6º do ER

⁸⁴ Ausente nas soluções dos tribunais *ad hoc*, em que as vítimas não puderam participar como partes civis

fundamentais do direito penal e processual penal (como o princípio *Nullum crimen sine lege*⁸⁵ ou o princípio *Nulla poena sine lege*⁸⁶).

Além dos casos do Uganda e da RDC, o TPI investiga atualmente situações no Darfur, na República Centro-Africana, no Quênia, na Líbia, na Costa do Marfim, no Mali e na Geórgia e está em exames preliminares de casos no Afeganistão, no Burundi, na Colômbia, na Guiné, de casos cometidos pelas tropas do Reino Unido no Iraque, na Nigéria, na Palestina e na Ucrânia.

4.1.5 O Caso da República Democrática do Congo (RDC)

4.1.5.1 Resenha histórica dos acontecimentos

Teach Me Peace

Mother, teach me peace.
Everyone is making war, and we hardly ever see peace.
At school, I learn these things...

I've had enough mother,
I've had enough of war stories.
It's horrible, all the destroyed territories,
The men and women who have perished.

It's despicable, all those machines
Made for the purpose of killing people.
The whole land is mined and ready to explode...

Mother, teach me peace.
I know all about war and nothing about peace.
All I know is how to hate war.⁸⁷

I. Os tumultos que assolaram o Congo Belga começaram logo após a independência, em 1961, e o país passou a designar-se de República do Congo - Leopoldville. Os conflitos entre as várias facções congoleesas, a par da contínua intervenção belga levaram a que o país atravessasse um período de guerra e instabilidade a que se chamou Crise do Congo (entre 1961 e 1965) e que culminou com a tomada de poder de Mobuto Sese Seko que manteve um governo autocrático de trinta anos, marcado pela corrupção.

⁸⁵ Art.º 22º do ER

⁸⁶ Art.º 23º do ER

⁸⁷ Poema de Nathan, menino congolês de 12 anos. Fonte:
<http://www.firstworldwar.warpoetry.co.uk/congo.html> [consultado em 15/1/2016]

Em 1995, forças rebeldes começam a desenvolver-se no Este do Congo lideradas por Laurent Kabila, um antigo opositor do Presidente e líder da Aliança das Forças Democráticas de Libertação do Congo (AFDL), que se insurgiu contra o regime do Presidente Mobutu e contra a ZAF (Forças Armadas do Zaire) em 1996, levando a cabo o recrutamento de milhares de crianças-soldado e que provocou centenas de milhares de refugiados ⁸⁸ (*What Kabila is Hiding: Civilian Killings and Impunity in Congo*, 1997). Entre 1996 e 1997, o movimento de libertação teve o apoio militar do Ruanda (que continuava a perseguir os autores do Genocídio) e do Uganda, coligação essa, que levou a que renascesse no país a esperança de um novo futuro que culminou com a tomada de Kinshasa e o abandono do país por Mobutu.

A nova liderança de Kabila não durou muito tempo, atendendo a que exigiu às forças do Ruanda e do Uganda que abandonassem o país com receio do aproveitamento dos recursos naturais do país, nomeadamente o petróleo e diamantes (Samset, 2002) e porque o grau de insatisfação quanto à sua governação era simultaneamente interno e externo (Heiss, 2000). A esperança depositada no governo do Presidente Kabila foi em vão, uma vez que a sua governação se tratou de uma extensão da ditadura, desorganização e corrupção (Shah, 2010).

II. A segunda «Grande Guerra de África» (Williams, 2013) começou em 1998 no seguimento de uma série de acontecimentos tumultuosos que levaram à saída da missão diplomática e das forças militares ruandesas do país. Este foi um conflito à escala internacional, atendendo a que existiram muitas forças estrangeiras envolvidas. Do lado oposto ao presidente Kabila estavam o Ruanda e Uganda, mas envolveram-se militarmente no conflito Angola, o Zimbabwe, a Namíbia, o Sudão e o Chade (Heiss, 2000). O apoio militar estrangeiro traduziu-se em vantagens económicas: o Ruanda e o Uganda já exploravam as minas de ouro, diamantes e metais raros no Este do Congo, Angola criou uma parceria para a extração de petróleo no Baixo Congo e estava envolvida no comércio massivo de diamantes em Kasai e o Zimbabwe tinha ganho controlo sobre as extrações de cobre e cobalto em Katanga (Heiss, 2000).

Laurent Kabila foi assassinado em 2001 e sucedeu-lhe o seu filho Joseph Kabila, uma escolha pacífica na comunidade internacional e que se julgava que

⁸⁸ (*What Kabila is Hiding: Civilian Killings and Impunity in Congo*, 1997)

podia trazer a paz ao país (Turner, 2007). Os dois anos que se seguiram aparentaram isso mesmo, na medida em que no primeiro ano foi conseguido o cessar-fogo e no ano seguinte, criou-se um governo de transição que levaria o país a eleições. Com o apoio da África do Sul, os acordos do Lusaca em 2002, do qual resultou o cessar-fogo foi definida a saída das tropas Hútus do Ruanda, bem como o seu desarmamento e repatriamento. Em 2003, no seguimento dos acordos de Sun City, é estabelecido um governo de transição com a supervisão do Comité Internacional de Suporte à Transição que veio permitir o restabelecimento do controlo do país, bem como dos seus recursos naturais. Não obstante esta tentativa de estabilidade, o conflito armado continuou no Este do Congo, especialmente no distrito de Ituri, onde perdurava um conflito entre dois grupos étnicos desde a Primeira Guerra do Congo. Este conflito só terminou em meados de 2003 com a intervenção das forças de pacificação da União Europeia e da MONUC ⁸⁹ que esteve presente no local até 2010.

O conflito que durou desde 1996 ficou marcado por uma intensa violência em todo o território congolês, numa guerra que envolveu seis países. Sucederam-se as deslocações da população, a violência extrema, violações generalizadas e o colapso de todos os serviços públicos ⁹⁰. Um dos fenómenos mais conhecidos desta guerra foram crianças-soldado (*kadogo*) que foram recrutadas e treinadas para combater em ambos os lados do conflito. A International Rescue Committee estima que morreram neste conflito cerca de 5.4 milhões de pessoas ⁹¹ entre Agosto de 1998 e Abril de 2007 com violações de Direitos humanos por todas as partes envolvidas no conflito.

⁸⁹ A intervenção da MONUC foi estabelecida em 30 de Novembro de 1999 pelo Conselho de Segurança da ONU, no seguimento dos acordos de Lusaka. A primeira missão, fundamentada na Resolução 1279 visava apenas a observação do cessar-fogo e da desmobilização das forças militares presentes no local. Posteriormente, foram emitidas novas resoluções que conferiram à MONUC a tarefa de levar a cabo o cessar o fogo, bem como a realização de múltiplas tarefas no local. Fonte: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/monuc/> [consultado em 15/1/2016]

⁹⁰ (HRW *Condemns Recruitment of Child Soldiers in Congo* | Human Rights Watch, 1998)

⁹¹ Fonte: <http://www.rescue.org/news/irc-study-shows-congos-neglected-crisis-leaves-54-million-dead-peace-deal-n-kivu-increased-aid--4331> [consultado em 8/2/2016]

4.1.5.2 A denúncia do caso ao TPI

I. A RDC ratificou o Estatuto de Roma em 11 de Abril de 2002, tornando-se Estado Parte e logo de seguida, o Procurador recebeu comunicações de ONG e organizações internacionais sobre a alegada prática de crimes, que levaram a que o Procurador anunciasse, em setembro de 2013, a seleção de crimes cometidos no distrito de Ituri que seriam alvo de investigação. Em Março de 2004, o Governo da RDC referiu a situação ao Procurador, mas desta vez alargou o espaço de perpetração dos crimes para todo o território que levou a nova decisão de abertura de investigação em Junho do mesmo ano., Mesmo após a notícia, desde a primeira metade de 2009, foram mortas centenas de pessoas, 370.000 foram desalojadas, fugiram para o mato e outros locais de refúgio, centenas de mulheres foram violadas e casas e outras infraestruturas foram completamente destruídas.

4.1.5.3 Os julgamentos e os casos ⁹²

I. Dos casos julgados pelo TPI resultaram as condenações de Thomas Lubanga Dyilo ⁹³, Germain Katanga, alegado comandante da FRPI ⁹⁴, Bosco Ntaganda ⁹⁵ e Callixte Mbarushimana, alegado secretário da FPLC ⁹⁶. Foi emitido um mandado de detenção para Sylvestre Mudacumura, alegado Comandante Supremo FDLR em 2012 e Mathieu Ngudjolo Chui, alegado líder da FNI, acusado da prática de três Crimes contra a Humanidade e sete crimes de guerra, foi absolvido e libertado em 21 de Dezembro de 2012.

⁹² Fonte: https://www.icc-cpi.int/en_menus/icc/situations%20and%20cases/situations/situation%20icc%200104/related%20cases/icc%200104%200206/Pages/icc%200104%200206.aspx [consultado em 6/3/2016]

⁹³ Considerado culpado pelo TPI em 14 de Março de 2012 pela prática de recrutamento de crianças-soldado com idade inferior a 15 anos e condenado a catorze anos de prisão e a sentença foi confirmada em sede de recurso. Cumpre a pena de prisão na RDC desde 19 de Dezembro de 2015.

⁹⁴ Que se rendeu ao TPI em 2007 e foi transferido para Haia (considerado culpado de um crime contra a humanidade (homicídio) e quatro crimes de guerra (homicídio, ataques à população civil, destruição da propriedade e pilhagem). Foi condenado em 23 de Maio de 2014 a doze anos de prisão e teve a sentença reduzida em recurso, pelo que terminou o cumprimento da pena em 18 de Janeiro de 2016 já na DRC apesar de ter cumprido a restante pena em Haia.

⁹⁵ Alegado comandante da FPLC, rendeu-se ao tribunal em 22 de Março de 2012, está atualmente sob custódia do TPI a aguardar sentença e a acusação foi deduzida em 9 de Junho de 2014. Está acusado de 13 crimes contra a humanidade e cinco crimes de guerra.

⁹⁶ Foi detido em 2010 pelas autoridades francesas e transferido para Haia em 2011. Apesar da acusação da prática de cinco crimes contra a humanidade e oito crimes de guerra as acusações foram retiradas e foi libertado em 23 de Dezembro de 2011.

4.1.6 O caso do Uganda

‘What type of man is Mr. Joseph Kony? The presenter asked’

Otti’s gravely voice sounded as though it was coming from far away.

‘Joseph Kony is a prophet’

‘Sent by God?’ ‘Asked the presenter

‘He’s really a prophet, I’m telling you. He is and you will even come to agree that he’s a prophet.’

(Vicent Otti, comandante-chefe de Joseph Kony numa entrevista a uma rádio canadiana) (Green, 2012)

4.1.6.1 *Resenha histórica dos acontecimentos*

I. A Grã-Bretanha deu a independência ao Uganda em 1962, mantendo-se o país na Commonwealth, o que levou a um período de grande instabilidade provocada por divergências entre as opiniões federalistas, e as que defendiam um conjunto de reinos tribais que culminou com a suspensão da Constituição do Uganda em Fevereiro de 1966. Durante a crise constitucional, o então Primeiro-Ministro Milton Obote, chamou a si todos os poderes governamentais e em 1967 aprova uma nova Constituição, onde o Uganda é proclamado uma República, e onde a figura do Presidente ganha poderes reforçados. Atendendo ao carácter marcadamente antitradicionalista do novo Presidente (Mutibwa, 1992) todos os reinos tribais deixam de existir, na esperança de criar um país forte e mais unido (Mutibwa, 1992). Este novo governo caiu em 1971, no seguimento de um golpe de Estado militar, o Presidente Obote é afastado do poder pelo comandante Idi Amin Dada, apoiado pelos britânicos, israelitas e americanos (Mutibwa, 1992) que se autoproclama Presidente, dissolve o Parlamento e ao alterar a Constituição confere ao Presidente poderes absolutos de governação.

Logo após a subida ao poder, Idi Amin começou uma perseguição em massa a habitantes de Acholi e Lango (regiões de onde eram originários muitos apoiantes de Obote), da qual resultaram cerca de 5000 mortos e tantos outros

desaparecidos. Estima-se que durante os oito anos de vigência do regime de Amin tenham sido assassinadas 100.000 pessoas das etnias Acholi e Lango⁹⁷ de forma muito violenta como relata o projeto Combat Genocide⁹⁸:

Then orders were given to gather all the other member of the two tribes into various army barracks, where they were murdered- either by bombing the barracks, or by stabling them one by one.

The body were either disposed of in nearby rivers, or buried with the remnants of the barracks by bulldozers.

Com o recurso às suas forças policiais e militarizadas de elevado número (estima-se que o exército de mercenários eram composto por 25.000 soldados) Amin perseguiu as classes mais altas da sociedade e espalhou o terror no Uganda, demonstrando claramente a intolerância a qualquer oposição. Durante todo o período em que esteve no poder, o país ficou marcado por uma grave crise económica e social e por sucessivas violações de Direitos humanos (como a perseguição e expulsão de judeus após a recusa de financiamento por parte de Israel e a expulsão do país de 40.000 cidadãos de passaporte britânico oriundos da Ásia, expropriando-os e contribuindo ainda mais para arruinar a já frágil economia do país). O apoio da Líbia ajudará a intentar uma ação militar na Tanzânia, sem sucesso e que resultará na tomada de Kampala em outubro de 1978. Amin consegue escapar para o exílio com o apoio da Líbia. Sucede-lhe Obote em 1980, no seguimento de uma sequência de governos provisórios.

II. A oposição a Obote organizou-se num curto espaço de tempo com a criação do Exército de Resistência Nacional (RNA) liderado por Yoweri Museveni iniciando-se um novo e intenso conflito no centro e no Oeste do país. Com vista a evitar o crescimento desta nova força, em 1983 o governo ordenou a expulsão em massa de habitantes da zona do Triângulo de Luweero, situada a norte de Kampala e da qual resultaram 750.000 vítimas, muitas violações de Direitos humanos e que

⁹⁷ Fonte: http://combatgenocide.org/?page_id=91 [consultado em 10/2/2016]

⁹⁸ *Idem*

foram colocados em campos de acolhimento, sujeitos à falta de segurança e que originaram agressões, violações e pilhagens (Mutibwa, 1992).

Deste cenário resultou uma intensa guerra civil, com a facção opositora ao governo bastante organizada (idem) e cujo líder, Museveni conseguiu reunir as forças do Toro, Ankole, Buganda e Bonyoro com alguma facilidade, atendendo a que o presidente Obote havia abolido estes reinos. Várias fontes têm estimado o número de mortos desta altura, causados pelo confronto entre o LRA e o UNLA e que poderão variar entre os 100.000 e os 500.000 (ibidem).

Em 1985, o presidente Oboé é afastado do poder por um grupo de etnia Acholi, liderados pelo General Tito Okello, após várias rondas de negociações com Museveni e o RNA, mas sem sucesso. Em 1986, o RNA toma a capital Kampala e Museveni iniciou a o renascimento do país, através de medidas que contribuíram para um clima de prosperidade económica, estabilidade e algum crescimento após décadas de guerra civil que muito feriram todo o Uganda.

Apesar desta tentativa de recuperação, a oposição do LRA e a partir de 1987, o insurgente Joseph Kony, imbuído de um espírito messiânico, ataca alvos civis, destrói aldeias e apropria-se dos mantimentos. Em 1991 o presidente Museveni lança uma ação militar com vista a combater o LRA (a Operação Norte), mas sem sucesso. Com o apoio do Sudão, o LRA conseguiu proteger-se das ofensivas ao longo da fronteira sudanesa e violência praticada foi-se tornando cada vez mais visível e intensa. A mínima suspeita de simpatia pelo governo levava a que os civis fossem mutilados (as imagens da mutilação de orelhas, lábios e nariz e os aterradores relatos chocaram o Ocidente através das fotografias dos sobreviventes divulgadas pelas ONG e pela Comunicação Social ⁹⁹), as aldeias foram destruídas, as mulheres e violadas foram realizados raptos em massa de crianças com vista ao seu treino militar. Estas crianças eram, posteriormente mortas pelos ataques da tropa governamental, porque eram vistas como inimigos. Com vista a retirar as hipóteses de abastecimento de bens e os raptos de pessoas, o exército governamental deslocou a população para campos de acolhimento e em 2002 lançou uma nova ofensiva de combate aos rebeldes, a operação «Punho de

⁹⁹ Fonte: <http://edition.cnn.com/2011/10/23/world/africa/uganda-war-survivor/> [consultado em 13/2/2016]

Ferro»¹⁰⁰ e mais uma vez sem sucesso e a retaliação da LRA chegou sob a forma de ataques a campos de refugiados dos quais resultaram centenas de mortos¹⁰¹. A intensidade das agressões do LRA manteve-se e as conversações com o governo, para o cessar-fogo, só começaram em 2006, mediados pelo Sudão. Apesar de as tréguas terem sido assinadas em 26 de Agosto desse ano, entre Dezembro de 2008 e Março de 2009, o governo atacou os aquartelamentos do LRA em Garamba e que levou a violentas retaliações dos rebeldes.

As ações violentas do LRA continuam até aos dias de hoje e as s agressões praticadas pelo grupo foram além do Uganda, resultando em massivas violações de Direitos humanos na RDC, Sudão e República Centro Africana e as estatísticas são expressivas da violência dos conflitos¹⁰² com a responsabilidade por mais de 100.000 mortos, mais de 3.400 raptos, 438.504 pessoas foram obrigadas a abandonar as suas aldeias.

4.1.6.2 A referência do caso ao TPI

I. O Uganda assinou o Estatuto de Roma do TPI em 17 de Março de 1999 e ratificou-o em 14 de Junho de 2002, tornando-se assim um Estado Parte do TPI. A situação sobre a prática dos crimes cometidos pelo LRA foi denunciada ao Procurador em 16 de Março de 2003 por carta do Presidente Museveni ao Procurador Luis Ocampo que iniciou a investigação oficial em 29 de Julho de 2004.

4.1.6.3 Os casos

I. Foram emitidos mandados de captura em Outubro de 2005 para Joseph Kony, Vincent Otti, Raska Lukwiya, Okot Odhiambo e Dominic Ongwen. Okot Odhiambo morreu em 2013, Raska Lukwiya, morreu em 2006 e Dominic Ongwen foi acusado em Dezembro de 2015 pelo Procurador de 70 crimes, onde se incluem ataques contra a população civil, homicídio, tentativa de homicídio, tortura, tratamentos cruéis, escravidão, ofensas à dignidade pessoal, pilhagem, destruição

¹⁰⁰ Fonte: <http://www.theguardian.com/katine/2007/oct/20/about.uganda> [consultado em 13/2/2016]

¹⁰¹ Fonte: <http://www.ligi.ubc.ca/?p2=/modules/liu/news/view.jsp&id=323> [consultado em 13/2/2016]

¹⁰² Fonte: <http://www.un.org/press/en/2013/sc11018.doc.htm> [consultado em 13/2/2016]; <http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2012/03/186732.htm> [consultado em 13/2/2016]

da propriedade e perseguição. Incluem ainda, violência sexual e crimes de género cometidos entre 2002 e 2005 como o casamento forçado, violação, tortura, escravidão sexual e utilização de crianças com idade inferior a 15 anos nas hostilidades.

Joseph Kony e Vicent Otti ainda não foram detidos, apesar de decorridos onze anos da emissão dos mandados.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 A EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA – METODOLOGIA DOS TRÊS PILARES DE VITIMIZAÇÃO DE KIZA, RATHGEBER E ROHNE (2006) ADAPTADA

I. A avaliação dos níveis de exposição à violência procura compreender o quanto a vitimização pode ajudar a influenciar o sentido de orientação das políticas legislativas do país em matéria de intervenção humanitária e construção da paz, auxiliar a definição de prioridades e enquadrar estas formas de vitimização na definição das estratégias de reparação em consequência da violação de direitos humanos. A presente análise foi realizada a partir da adaptação da metodologia dos três pilares da vitimização desenvolvida por Kiza, Rathgeber e Rohne (2006) para medir as formas de vitimização. Atendendo à problemática das fontes de dados, entendemos analisar apenas o pilar que corresponde às causas objetivas da vitimização, com o objetivo de tirar algumas conclusões sobre o tipo de sofrimento (económico e/ou físico) com vista a limitar o escopo das análises comparativas.

5.1.1 A vitimização direta ¹⁰³

| | | Uganda | | | RDC | | Serra Leoa | Camboja | | Ruanda |
|-----------------------|--------------------------|--------|------|------|------|------|------------|---------|------|--------|
| Exposição à violência | | 2010 | 2007 | 2005 | 2014 | 2008 | 1999 | 2011 | 2009 | 2002 |
| Vitimização do Tipo I | Bens roubados / pilhagem | 86% | | | 49% | 76% | 62% | | 71% | |
| | Casa destruída | 77% | 86% | | | 66% | 73% | | | 71% |

¹⁰³ Fonte: (Jong; Mulham; Kam, 1999; Pham, *et al* 2005; 2010; Pham, Phuong; Vinck *et al.*, 2007; Pham *et al.*, 2009; Vinck, *et al*, 2008; Vinck, 2014)

| | | | | | | | | | |
|---------------------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|--|-----|-----|
| Adoeceu gravemente | | | | | | | | | 33% |
| Sofreu danos corporais | | | | | 39% | | | | 18% |
| Foi espancado | 49% | 24% | 24% | 29% | 46% | | | 8% | |
| Foi raptado / preso | 45% | 21% | 40% | 9% | 34% | 33% | | 8% | |
| Foi torturado | | | | | 36% | 16% | | 27% | |
| Sofreu ameaça de morte | 68% | | 49% | 21% | 46% | | | 21% | |
| Sofreu violência sexual | 2% | | 7% | | 16% | | | 1% | 12% |
| Forçado a cometer violência | 7% | 3% | | 2% | | | | 2% | |
| Foi mutilado | | | 23% | | | 7% | | | |
| Foi sujeito a trabalhos forçados | 41% | 33% | 29% | 25% | 53% | | | 63% | |
| Passou fome / teve falta de alimentos | | | | | 87% | 99% | | 82% | |

Tabela 3 - Exposição à violência - Resultados das causas objetivas de vitimização –
Vitimização de Tipo I

I. A categoria de vitimização do Tipo I reflete as agressões sofridas diretamente pelos sobreviventes. Os resultados dos relatórios de todos os estudos revelam a perda de bens materiais (bens e casa destruída) e a falta de alimentos como as formas de vitimização com a maior prevalência. A segunda categoria de resultados mais expressivos é relativa à violência corporal com resultados em todos os países analisados, e que revelam que os inquiridos foram sujeitos a formas de violência como o rapto (muito expressivo no Congo em 2008, em que 34% dos inquiridos afirmaram terem sido raptados e, também no Uganda, em que os raptos e espancamentos afetaram um elevado número de inquiridos). De notar também os números relativos aos trabalhos forçados, explicados no Camboja por causa dos planos nacionais de produção de arroz do governo dos KV. No Uganda muitos dos raptados pelo LRA eram forçados a trabalhar (este número não inclui os dados relativos ao trabalho forçado de crianças, porque todos os inquiridos foram realizados junto de cidadãos maiores de 18 anos) e estes trabalhos consistiam em prostituição forçada de mulheres, exploração do trabalho agrícola e doméstico.

5.1.2 A vitimização direta – A deslocação de pessoas ¹⁰⁴

| | Uganda | | | RDC | | Serra Leoa | Camboja | | Ruanda |
|--|--------|------|------|------|------|------------|---------|------|--------|
| Exposição à violência | 2010 | 2007 | 2005 | 2014 | 2008 | 1999 | 2011 | 2009 | 2002 |
| Foi deslocado | 88% | 86% | | 67% | 81% | | | | |
| Foi deslocado por causa da guerra | | | | | 84% | | | | |
| Foi deslocado por razões sociais / étnicas | | | | | 11% | | | | |
| Foi sujeito a evacuação forçada | | | | | 18% | | | 69% | 75% |

Tabela 4 - Exposição à violência - Resultados das causas objetivas de vitimização –
Vitimização de Tipo II

I. Considera-se como vitimização direta, a deslocação forçada de pessoas e que se trata de um fenómeno cada vez mais frequente nos conflitos modernos. Segundo Kiza, Rathgeber e Rohne (2006) é muitas vezes utilizada como estratégia de alteração das características demográficas de uma determinada zona populacional. Nos casos analisados por nós, com exceção da Serra Leoa (onde não foi estudado o fenómeno da vitimização por deslocação/evacuação forçada), verifica-se que mais de metade dos inquiridos em cada local de estudo foi sujeito a este tipo de vitimização. No caso do Camboja, as evacuações das aldeias estiveram muitas vezes associadas ao transporte de pessoas para trabalhos forçados nos campos de cultivo de arroz com longas jornadas de trabalho. O Uganda e a RDC foram cenários particularmente afetados pela deslocação de pessoas desde o início dos conflitos e muitos dos deslocados passaram a viver em campos de deslocados (na RDC, em 2008 a percentagem de inquiridos que tinham vivido em campos de deslocados era de 48%, e 3.3% havia sido deslocado mais do que uma vez). No Uganda, relativamente aos dados de 2014, 27% dos inquiridos tinha sido deslocado nos últimos doze meses por causa do conflito, sugerindo que a deslocação é um fenómeno contínuo. Por fim, os dados relativos ao Camboja revelam que 69% dos

¹⁰⁴ (Pham; Vinck, 2010; Pham, Phuong; Vinck et al., 2007; 2004; Vinck, Patrick; 2008; Vinck, 2014)

inquiridos foram sujeitos deslocamentos forçados por evacuação das aldeias onde viviam e todos eles viveram durante o regime dos KV.

5.1.3 A vitimização Indireta¹⁰⁵

| | | Uganda | | | RDC | | Serra Leoa | Camboja | | Ruanda |
|-------------------------|---|--------|------|------|------|------|------------|---------|------|--------|
| Exposição à violência | | 2010 | 2007 | 2005 | 2014 | 2008 | 1999 | 2011 | 2009 | 2002 |
| Vitimização do Tipo III | Testemunhou violência física / homicídios | 67% | | 48% | 43% | | 90% | | 30% | |
| | Teve membro da família assassinado | 57% | 76% | 45% | 32% | 42% | 50% | | | 73% |
| | Teve filhos raptados | | | 31% | | | | | | |
| | Membro da família morreu de doença grave | | | | | | | | | 45% |

Tabela 5 - Exposição à violência - Resultados das causas objetivas de vitimização – Vitimização de Tipo III

I. As vítimas podem também experienciar a vitimização indiretamente através do sofrimento causado à sua família. Ainda que as vítimas diretas tenham sofrido agressões físicas ou patrimoniais, muitas vezes o sofrimento causado à família através da morte ou rapto dos seus membros causa traumas e feridas insuperáveis. De modo geral, a vitimização indireta é comum em todos os países que analisámos e com taxas muito elevadas (a RDC, mesmo com valores abaixo dos 50% regista taxas muito altas de vitimização indireta por homicídio de membros da família). De salientar, as questões que surgem como respostas isoladas como o Uganda relativamente ao rapto de membros da família (normalmente crianças para servirem como soldados) com uma taxa de 31% dos inquiridos e no Ruanda, a morte por doença de um membro da família, reflexo da disseminação de doenças por falta de assistência médica ou serviços sociais após o Genocídio.

Importa por fim, explicar a diferença de taxas entre familiares assassinados no Uganda entre 2005 e 2007. A taxa, sempre muito alta nos três relatórios,

¹⁰⁵ Fonte: (Jong, de Kaz; Mulham, Maureen; Kam, 1999; Pham, Phuong; Vinck, 2010; Pham, Phuong; Vinck *et al.*, 2007; Pham, Phuong; Vinck, Patrick; Wierda, Marieke; Stover, Eric; Giovanni, 2005; Stover e Weinstein, 2004; Vinck, Patrick; Pham, N. Phuong; Baldo, Suliman; Shigekane, 2008; Vinck, 2014)

registrou um valor especialmente elevado em 2007 (76%) porque neste inquérito foram ouvidas mais pessoas de etnia Acholi (63%) do que em 2005 (48%), etnia que foi especialmente perseguida pelo LRA durante o conflito por rejeitar a «espiritualidade» de Joseph Kony.

5.2 CONCLUSÕES DA ANÁLISE DA VITIMIZAÇÃO RESULTANTE DA EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA

I. A análise das causas objetivas da vitimização permite retirar algumas conclusões (ainda que incompletas) que, idealmente, no processo de investigação deveriam ser complementadas e relacionadas com outros dados importantes, nomeadamente as variáveis adicionais que fazem parte do modelo concebido por Kiza, Rathgeber e Rohne, (2006).

II. Atendendo ao conhecimento prévio (quer sociológico, quer histórico) dos cenários de guerra escolhidos, os resultados sobre a violência objetiva revelam conclusões já antecipadas, nomeadamente o elevado número de inquiridos que sofreu experiências traumáticas quer direta, quer indiretamente, com especial relevância para a perda as perdas de caráter económico, danos corporais e violência emocional no período em que duraram os conflitos. À exceção do caso da Serra Leoa, cujos dados foram obtidos de duas fontes distintas, é possível concluir-se que a população inquirida, que tem opinião sobre as medidas de justiça, é uma população que foi sujeita a elevados níveis de violência e que integra um conjunto de pessoas que faz parte das prioridades de cura e reconciliação, pois o impacto emocional e psicológico resultantes das agressões, pode influenciar o processo de cura individual, mas também o efeito a distância da reconciliação da população, atendendo a que a vulnerabilidade dos indivíduos e a dificuldade em restabelecer-se emocional e fisicamente pode influenciar negativamente o desenvolvimento das comunidades locais e as suas perceções quanto aos diferentes mecanismos de justiça de transição.

5.3 ANÁLISE DAS PRIORIDADES INDIVIDUAIS ¹⁰⁶

A opção de analisar as prioridades individuais dos inquiridos, passa por um lado, pela necessidade de analisar o contexto socioeconómico das comunidades inquiridas, mas também perceber qual o lugar que a justiça ocupa no elenco das prioridades dos sobreviventes.

| | Uganda | | | RDC | | Serra Leoa | Camboja | | Ruanda |
|--|--------|------|------|------|------|---------------|---------|------|--------|
| Prioridades Individuais dos inquiridos | 2010 | 2007 | 2005 | 2014 | 2008 | 2012 | 2011 | 2009 | 2002 |
| Comida | 28% | 43% | 33% | | 26% | | 9% | 17% | |
| Educação | 15% | 31% | 5% | | 26% | | 7% | 7% | |
| Saúde | 13% | 45% | 6% | | 23% | | 35% | 20% | |
| Paz | 6% | 44% | 31% | | 51% | | 6% | 8% | |
| Segurança | 5% | 28% | 8% | | 34% | | 6% | 8% | |
| Justiça | | 3% | 0% | | 2% | | 3% | 3% | |
| Emprego | | | | | 15% | | 98% | 83% | |
| Infraestruturas | | | | | | | 13% | 10% | |
| Dinheiro | | | | | 27% | | | | |
| O que é mais importante? | | | | | | | | | |
| Foco nos problemas atuais da população | | | | | | | 83% | 76% | |
| A acusação dos crimes cometidos durante o regime | | | | | | | 16% | 22% | |
| Onde gastaria o seu dinheiro? | | | | | | | | | |
| No Tribunal | | | | | | | 63% | 47% | |
| Noutra coisa qualquer | | | | | | | 38% | 53% | |

Tabela 6 - Prioridades individuais dos sobreviventes

I. As prioridades individuais dos inquiridos quanto ao futuro refletem as suas necessidades no caminho para reconstrução da sociedade, justiça e paz. As prioridades variam consoante o país esteja estável em matéria de conflito e segurança, dando-se como exemplo, a RDC em 2008, em que 34% dos inquiridos considerava que a segurança era uma prioridade, e em 2007 no Uganda, a mesma prioridade era de 28%. A paz progressiva fez com que estes valores reduzissem para taxas abaixo dos 10%. A Paz era também uma prioridade nestes países, em

¹⁰⁶ Fonte: (Pham, Phuong; Vinck, 2010; Pham, Phuong; Vinck *et al.*, 2007; Pham, Phuong; Vinck, Patrick; Wierda, Marieke; Stover, Eric; Giovanni, 2005; Pham *et al.*, 2011, 2009; Vinck, Patrick; Pham, N. Phuong; Baldo, Suliman; Shigekane, 2008)

momentos em que o conflito ainda estava latente e as prioridades relativas à educação, emprego e necessidade de infraestruturas revelam a necessidade de crescimento social e de recuperação das suas vidas, relativamente ao papel que ocupam na sociedade, mas também no aspeto económico. Ainda nestas duas regiões, prioridades básicas como a comida e saúde têm taxas muito altas.

II. A justiça não é considerada uma verdadeira prioridade entre os inquiridos do Uganda, da RDC e do Camboja atendendo a que 3% ou menos a considera como importante e que, perante a análise da implementação de mecanismos de justiça de transição, este é um indicador relevante. Analisando em particular o caso do Camboja, os julgamentos dos líderes do KV começaram trinta anos depois do fim do regime. No relatório de 2009, os inquiridos consideraram que a prioridade do governo deveria ser a população, em detrimento da acusação dos crimes cometidos pelo regime (com valores que são comuns, quer para os inquiridos que viveram durante o regime do KV, quer para os que não viveram) e quando questionados sobre onde gastariam o seu dinheiro, em 2011, 63% respondeu que o gastaria no tribunal (39% viveram durante o regime e 33% não viveu nesta altura).

III. Em todas as regiões analisadas, o restabelecimento socioeconómico da população é considerado prioritário e a justiça ocupa um lugar secundário em relação à criação de condições que permitam o seu desenvolvimento: como a subsistência, a paz, a criação de infraestruturas, a segurança e o emprego. A preocupação na criação de quaisquer mecanismos de justiça de transição, sobretudo no que respeita ao julgamento dos perpetradores, deve ter em conta a posterior transição institucional, mas só faz sentido que exista quando estejam criadas as condições mínimas (sociais e económicas) que permita que a sociedade consiga o acesso aos seus direitos individuais e sociais, e as necessárias garantias de estabilidade, para que a população possa de facto, compreender a justiça como uma prioridade e valorizá-la.

5.4 RESPONSABILIZAÇÃO – MODELO DOS TRÊS NÍVEIS DE ROHNE (ADAPTADO)

5.4.1 I nível – Procedimento

5.4.1.1 Responsabilização dos agressores ¹⁰⁷

O objetivo do primeiro nível da metodologia de Rohne procura compreender os vários elementos procedimentais essenciais à responsabilização, nomeadamente a necessidade e as formas objetivas de a concretizar.

| | Uganda | | | RDC | | Serra Leoa | Camboja | | Ruanda |
|--|--------|------|------|------|------|---------------|---------|------|--------|
| | 2010 | 2007 | 2005 | 2014 | 2008 | 2012 | 2011 | 2009 | 2002 |
| A responsabilização dos agressores é importante? (% sim) | 84% | 67% | 77% | 89% | 85% | | | 91% | |

Tabela 7 - Nível I da Metodologia de Rohne (2013) - Responsabilização dos agressores

I. Neste conjunto de dados é espelhada à opinião dos inquiridos dos vários países quanto à importância de julgar os agressores.

No que respeita à ausência de dados, importa referir que, quanto à Serra Leoa, a questão quanto à importância de julgar agressores, não foi colocada aos inquiridos e, a nosso ver, não tinha lugar nesta análise porque que o tribunal foi criado em 2002 e o inquérito foi realizado dez anos depois, com vista a avaliar ao impacto do tribunal no território e a grande parte dos julgamentos já tinha sido realizada. No Ruanda os motivos são os mesmos, e o objetivo do inquérito foi avaliar as perceções da população quanto à justiça praticada pelo TPIR e pelos mecanismos tradicionais (*gacaca*).

¹⁰⁷ Fonte: (Pham, Phuong; Vinck, 2010; Pham, Phuong; Vinck *et al.*, 2007; Pham, Phuong; Vinck, Patrick; Wierda, Marieke; Stover, Eric; Giovanni, 2005; Pham *et al.*, 2011, 2009; Vinck, Patrick; Pham, N. Phuong; Baldo, Suliman; Shigekane, 2008; Vinck, 2014)

Em relação aos dados disponíveis, uma larga maioria dos inquiridos considera que a responsabilização dos agressores é importante. A taxa relativa ao Camboja (91%) foi apurada antes do início do julgamento do primeiro arguido (*Duch*) e existia uma grande ansiedade quanto ao contributo das CETC para o alívio do sofrimento da população que esperou 30 anos pelo julgamento. Esta taxa é semelhante quer os inquiridos tenham vivido ou não, durante o regime dos KV.

Os dados relativos ao Uganda revelam sempre uma grande taxa de necessidade de responsabilização nos três anos em que foram realizados os inquéritos. Pham e Vinck, (2010) sugerem que os valores mais baixos em 2007 são relativos ao facto de o processo de paz se encontrar a decorrer e o facto de os inquiridos sugerirem a responsabilização dos agressores nesta altura podia pô-los em perigo. Em 2010, o contexto de realização do inquérito é o do desmantelamento dos campos de deslocados e o regresso a uma realidade de destruição e sem o preenchimento das necessidades básicas da população. Ainda assim, 85% da população considerava que existia Paz no território e que o seu grande receio era, quer a existência do LRA (45%), quer o seu regresso às aldeias (45%) e 12% consideram que responsabilizar os membros do LRA é um meio para chegar à Paz.

Na RDC, em 2008 a taxa de inquiridos que consideraram a responsabilização importante é elevada (85%) e 82% considera que é um meio para atingir a paz. Em 2010 a taxa de importância da responsabilização chegou aos 89%, pelo que se conclui que este aspeto é de grande importância para a população da RDC, facto que se comprova com a estabilidade de respostas em seis anos de intervalo entre os relatórios.

5.4.2 Quem deve julgar?¹⁰⁸

| | Uganda | RDC | | Serra Leoa | | Camboja | | | Ruanda |
|--|--------|------|------|------------|------|---------|------|------|--------|
| Quem deve julgar os responsáveis? | 2010 | 2007 | 2005 | 2014 | 2008 | 2012 | 2011 | 2009 | 2002 |
| Sem julgamento | 15% | 31% | | 8% | | | | | |
| Em tribunais nacionais, no território nacional | 35% | 25% | | 48% | 51% | 72% | | | 80% |

| | | | | | | | | | |
|--|-----|-----|-----|-----|-----|-----|--|--|-----|
| Tribunal internacional no território nacional | 22% | | 42% | 40% | | | | | |
| Um tribunal internacional no estrangeiro | 28% | | 35% | 7% | | | | | 38% |
| Tribunal internacional (sem especificar localização) | | 44% | | | | 52% | | | |
| Especificamente o TPI | 29% | 29% | 23% | 28% | 26% | 48% | | | |
| O TPIR | | | | | | | | | 40% |
| Os tribunais militares | | | | | 20% | | | | 56% |
| A Comissão de Amnistia | 25% | 20% | 16% | | | | | | |
| Mecanismos tradicionais / costumeiros | 8% | 3% | | | 15% | | | | |
| A comunidade internacional | | | | | 22% | | | | |

Tabela 8 - Nível I da Metodologia de Rohne (2013)- A Responsabilidade pelo julgamento dos agressores

I. A ausência de dados relativos ao Camboja deve-se ao facto de a questão não ter sido prevista nos inquéritos, pois os objetivos estavam relacionados com as perceções sobre a CETC.

De um modo geral, os inquiridos das várias regiões reconhecem que os julgamentos deveriam ser realizados em tribunais nacionais. No Uganda, os dados relativos a 2007 refletem o período de negociações de paz com o LRA, em que a população receava represálias quanto à opinião de julgar os responsáveis pelos crimes. No que respeita à RDC, em 2014, quando os julgamentos no TPI já se encontravam a decorrer, 40% dos inquiridos considerava que o tribunal deveria ser internacional, mas localizado no país. Na Serra Leoa, apesar de os julgamentos já terem sido realizados, 48% dos inquiridos considerou que o TPI era uma boa solução para a julgar os perpetradores. Os dados demonstram a importância de um tribunal em território nacional, mas revelam também a percepção da necessidade de intervenção de organizações internacionais no processo. Estas perceções podem ser importantes no processo de compreensão da legitimidade do tribunal no que concerne à realização dos julgamentos.

5.4.3 Participação de nacionais nos julgamentos ¹⁰⁹

| | Uganda | | | RDC | | Serra Leoa | Camboja | | Ruanda |
|--|--------|------|------|------|------|---------------|---------|------|--------|
| Participação de nacionais na composição do tribunal | 2010 | 2007 | 2005 | 2014 | 2008 | 2012 | 2011 | 2009 | 2002 |
| Deve envolver nacionais | | | 91% | | | | | | |
| Os juízes devem ser nacionais | | | 31% | | | | | | |
| As testemunhas devem ser nacionais | | | 25% | | | | | | |
| Os peritos devem ser nacionais | | | 20% | | | | | | |
| Os advogados devem ser nacionais | | | 13% | | | | | | |
| Participaria pessoalmente nas atividades do tribunal | | 34% | | | 67% | | | | |

Tabela 9 - Nível I da Metodologia de Rohne (2013)- Envolvimento de nacionais na responsabilização

I. A metodologia de Rohne faz uma abordagem ligeiramente distinta da que fizemos, e nas questões que devem ser feitas, propõe que deva ser questionado às vítimas se devem participar dos julgamentos e que papel devem assumir. Por duas razões de ordem, a primeira pela ausência de dados a este respeito e a segunda, por considerarmos que a participação deve ir além das vítimas, recolhemos os dados relativos, quer às expectativas da existência de nacionais nos tribunais (nos mais diversos papéis), quer no próprio envolvimento dos inquiridos nos julgamentos.

Notas prévias quanto à ausência de dados: em relação ao Camboja, o Estatuto das CETC prevê a participação da população nos julgamentos através do Departamento de Vítimas ¹¹⁰ com a colaboração das ONG no preenchimento dos formulários de acesso. Apesar de não existirem dados resultantes dos formulários, Pham *et al.* (2011) referem que a participação da população no caso 001 (quer como testemunhas, quer como público ou parte civil) foi muito alta e foi superada no caso 002, com 8202 pedidos de participação recebidos, em que 3988 eram

¹⁰⁹ Fonte: (Pham, Phuong; Vinck *et al.*, 2007; Pham, Phuong; Vinck, Patrick; Wierda, Marieke; Stover, Eric; Giovanni, 2005; Vinck, Patrick; Pham, N. Phuong; Baldo, Suliman; Shigekane, 2008)

¹¹⁰ Fonte: <http://www.eccc.gov.kh/en/victims-support> [consultado em 1/5/2016]

participações como partes civis (foram aceites pelo co-juiz de instrução 2123 pedidos e muitos dos restantes recorreram da decisão de inadmissibilidade).

Quanto ao Ruanda e à Serra Leoa o dado a analisar não existe nos relatórios escolhidos.

No que respeita aos dados do Uganda, o relatório elaborado em 2005 é o que responde ao maior número de questões colocadas quanto à participação de nacionais no tribunal. Na altura em que os inquéritos foram realizados, o presidente Museveni tinha apresentado o caso ao TPI há dois anos, a paz parecia ainda ser longínqua e a justiça era importante, mas não uma prioridade (o relatório de 2005 arredonda a taxa de inquiridos que responderam que a justiça era uma prioridade em 0%). Ainda assim, a população inquirida considera com uma larga taxa de resposta (91%) que o tribunal deve envolver nacionais. A taxa mais baixa relativa à escolha de advogados (13%) e peritos nacionais (20%) pode ser explicada com a destruição das instituições e que causam por um lado, a ausência de profissionais com as qualificações necessárias ou que, por outro, não representem os interesses da população. Por fim, a taxa de inquiridos que participaria pessoalmente nas atividades do tribunal ficou nos 34% e que pode refletir os receios da população no momento em que decorreriam as negociações de paz com o LRA.

Na RDC a taxa de inquiridos que participaria nas atividades do tribunal é alta (67%) numa altura em que Thomas Lubanga já estava acusado, mas ainda assim, só 12% da população sabia como é feito o acesso ao TPI.

5.4.4 Conclusões da análise do I nível

I. Na generalidade, em todos os países analisados, a responsabilização dos perpetradores é considerada importante. Apesar de a justiça não ser considerada uma prioridade para a população, quanto inquirida a este respeito, a taxa de respostas positivas é bastante elevada, sugerindo que, independentemente do mecanismo a utilizar, este é um aspeto a ter em conta na construção dos programas de justiça de transição. Esta análise poderia permitir resultados mais concretos com questões orientadas para a necessidade de julgamentos ou comissões de verdade de modo a compreender exatamente o lugar de cada um destes mecanismos nas perceções de responsabilização, mas os estudos selecionados revelam esta lacuna na recolha de dados junto da população inquirida.

II. A opção sobre quem deve ter a responsabilidade de julgar os perpetradores é, sem dúvida, umas das questões mais fraturantes em todo o tema dos mecanismos de justiça retributiva. Com efeito, a opção por julgamentos realizados por tribunais internacionais tem como objetivo a universalidade da justiça em todas as suas aceções, mas as perceções da população a este respeito, levantam sérias dúvidas quanto à legitimidade da comunidade internacional para interferir em assuntos que consideram tratar-se da sua jurisdição. De acordo com os dados analisados, os inquiridos expressam que os perpetradores deveriam ser julgados em território nacional. A localização dos tribunais tem sido amplamente debatida e os dados empíricos que agora apresentam são representativos da necessidade de que os julgamentos decorram no local onde foram cometidos os crimes. A deslocalização dos tribunais pode ser ter consequências negativas, nomeadamente porque a população não reconhece a sua jurisdição e os arguidos estão demasiado longe para que as sessões de julgamento sejam acompanhadas. Ainda que possa existir divulgação por parte dos *media*, o acompanhamento por parte da população não terá os resultados esperados, atendendo as características sociais das populações. Esta posição tem sido defendida na doutrina internacional, onde destacamos o importante contributo de David Crane (2006) que, a propósito da sua experiência enquanto Procurador para o TESL, refere «que é imperativo para as vítimas de crimes internacionais que a justiça seja feita perante os seus olhos. No fim de contas, o tribunal é para e acerca das vítimas, das suas famílias, bem como das suas cidades e distritos».

III. No que respeita ao tipo de tribunal aplicável, as opiniões dividem-se entre aqueles que preferem os tribunais nacionais e os que optam pelos tribunais internacionais. A análise destas opções não pode ser descontextualizada da situação social e política de cada país em concreto, atendendo a que a internacionalização do tribunal pode demonstrar opiniões quanto à fragilidade ou desconfiança do sistema judicial nacional e a necessidade de envolver a comunidade internacional como forma de chamar à atenção para o conflito. Salienta-se quanto a estas últimas conclusões, o facto de existir, em grande parte dos países analisados, a referência específica ao TPI para levar a cabo os julgamentos. Já a opção por instituições

nacionais demonstra preocupação com a legitimidade e a não ingerência em matérias que competem exclusivamente ao país.

A participação de nacionais no julgamento é uma questão que não se encontra devidamente aprofundada, atendendo à escassez de dados disponíveis nos relatórios. Consideramos que este é um assunto da maior importância e salientamos a necessidade de obter as percepções da população a este respeito. A envolvimento de nacionais nos processos de responsabilização pode ser feita de varias formas, nomeadamente pela integração de funcionários forenses mas também com a participação das vítimas enquanto partes civis ou testemunhas. Nos inquéritos analisados, a importância da nacionalidade dos juizes e advogados é mais reduzida no cenário do Uganda, cremos que por descrença nas instituições nacionais atendendo ao grau de destruição destas, mas a quase totalidade da população concorda com a participação de nacionais nos julgamentos. Consideramos importante a análise da participação de nacionais enquanto testemunhas e partes civis, atendendo a que este é já um princípio consagrado no Estatuto de Roma¹¹¹ e nos Estatutos das CETC¹¹², que revela a crescente importância e preocupação com as vítimas, bem como a legitimidade que pode ser conferida aos processos através da sua participação.

5.5 II NÍVEL – RESULTADOS

I. No seguimento da análise do nível anterior, é de comum aceitação que é importante a responsabilização dos agressores. Nesta fase da análise, importa perceber quem deve ser responsabilizado e como, dados que assumem especial importância nos fenómenos de violência coletiva como os que nos encontramos a analisar. Por outro lado, é importante perceber, perante os cenários de vitimização e assumida a necessidade de responsabilização, que medidas de reparação são consideradas pela população inquirida atendendo aos danos e prejuízos que sofreram.

¹¹¹ Art.º 54º, 57º n.º3 c), 64º n.º2 e 68º

¹¹² Regra 12, 24,25,26,27,28,29 e 30 das regras internas de procedimento das CETC

5.5.1 Quem deve ser julgado? ¹¹³

| | TPI | | | TPI | | TESL | CETC | | TPIR |
|--|--------|------|------|------|------|--------------------|---------|------|--------|
| | Uganda | | | RDC | | Serra Leoa | Camboja | | Ruanda |
| Quem Julgar? | 2010 | 2007 | 2005 | 2014 | 2008 | 2012 | 2011 | 2009 | 2002 |
| Líderes e oficiais | | | | | | | | 51% | |
| Líderes da milícia | | | | | 56% | | | | |
| O governo | 64% | 40% | | | | | | | |
| Os líderes do LRA | 19% | 50% | 37% | | | | | | |
| Todo o LRA | 5% | 48% | | | | | | | |
| A UPDF | | 18% | 76% | | | | | | |
| O governo do Ruanda | | | | | 36% | | | | |
| O governo do Uganda | | | | | 23% | | | | |
| Milícia | | | | | 44% | | | | |
| Governo em Kinshasa | | | | | 17% | | | | |
| O exército nacional | | | | | 13% | | | | |
| A comunidade | | | | | 4% | | | | |
| A polícia | | | | | 3% | | | | |
| A MONUC, a comunidade internacional | | | | | 2% | | | | |
| Pol Pot (Camboja, morto) | | | | | | | | 24% | |
| O Regime | | | | | | | | 20% | |
| Líderes já detidos | | | | | | | | 11% | |
| Oficiais locais | | | | | | | | 6% | |
| Os que deram a ordem de tortura/homicídio | | | | | | | | 2% | |
| Aqueles que assassinaram alguém /cometeram violência | | | | | | 30% ¹¹⁴ | | 2% | |
| Os países estrangeiros que apoiaram o regime | | | | | | | | 2% | |
| Os rebeldes | | | | | | 56% ¹¹⁵ | | | |
| Quem forneceu as armas | | | | | | 21% ¹¹⁶ | | | |

Tabela 10 – Nível II da Metodologia de Rohne (2013) - Quem deve ser julgado?

¹¹³ Fonte: (Pham, Phuong; Vinck, 2010; Pham, Phuong; Vinck *et al.*, 2007; Pham, Phuong; Vinck, Patrick; Wierda, Marieke; Stover, Eric; Giovanni, 2005; Smith, L. Alison A.; Meli, 2012; Vinck, Patrick; Pham, N. Phuong; Baldo, Suliman; Shigekane, 2008)

¹¹⁴ Dados relativos apenas à Serra Leoa

¹¹⁵ *Idem*

¹¹⁶ *Ibidem*

I. No que respeita aos dados sobre o Uganda, existiram alterações nas percepções desde o relatório de 2005. Nesta altura, 37% considerava que os líderes do LRA deviam ser responsabilizados e 76% indicaram a UPDF, atendendo a que esta foi considerada a causadora de muitas mortes durante a guerra civil ¹¹⁷. Em 2007 este número desceu para os 18%, num período de conversações de paz, mas ainda assim, os inquiridos consideraram que a UPDF deveria ser responsabilizada (35% considerou que deviam ser postos na prisão e levados a julgamento, 17% que deviam ser punidos e 30% que deveriam ser perdoados). Durante os três períodos dos inquéritos, os inquiridos consideraram que tanto o LRA como os líderes deveriam ser punidos, atendendo ao papel que tiveram na violência do conflito. Em 2010, a população inquirida quis responsabilizar o governo pelo conflito (64%) o que pode ser explicado pela enorme vaga de população deslocada para campos de refugiados por causa do conflito ¹¹⁸.

Os dados relativos à RDC foram recolhidos apenas em 2008 ¹¹⁹ e concluem que a população queria ver responsabilizados líderes (tanto os da milícia (56%), como os do Ruanda (36%) e do Uganda (23%)). Relativamente às autoridades ruandesas, o problema surge após o Genocídio de 1994, em que minorias tutsi congoleesas foram alvo de crimes perpetrados por refugiados Hútu, e tanto o Ruanda como Uganda foram aliados de Laurent Kabila na tomada do poder em 1996-97. A dada altura as forças destes países foram estabelecendo regiões de poder na RDC, entrando ambos em conflito por causa das disputas de poder e exploração dos recursos naturais, numa guerra que durou de 1998 a 2000. Durante este período, tanto a polícia como a MONUC tiveram intervenções que a população considera que devem ser responsabilizadas. Apesar das taxas de resposta serem reduzidas (2% relativamente à MONUC), são indícios da prática de crimes de uma força de pacificação da ONU, apesar do seu importante papel na manutenção e construção da paz no território. A sua intervenção foi substituída pela MONUSCO

¹¹⁷ De acordo com o OHCHR (2011), a UPDF levou a cabo no país inúmeras mortes ilegais, execuções, e agressões, violações e homicídios de membros do LRA que tinham sido raptados. No relatório de 2011, os entrevistados acusam tanto a UPDF como o LRA de destruírem tudo o que tinham

¹¹⁸ De acordo com o relatório do Representante do Secretário-geral para as pessoas deslocadas Francis M. Deng (2004). Fonte: <http://www.refworld.org/pdfid/409100110.pdf> [consultado em 2/5/2016]

¹¹⁹ Em 2014 o julgamento dos principais envolvidos já decorria no TPI

e, no relatório de 2014 ¹²⁰ 58% considerava que o papel desta força era negativo quanto à sua capacidade de garantir a segurança no território.

Na Serra Leoa, além da responsabilização dos que cometeram diretamente os crimes (30%), mais de metade dos inquiridos (56%) considera que os países estrangeiros envolvidos devem ser responsabilizados e 21% que quem forneceu as armas também deve ser julgado. Relativamente a quem tem a maior responsabilidade nos crimes, 62% respondeu que eram os comandantes.

No mesmo inquérito foram analisadas percepções relativas à população da Libéria. Estas demonstraram resultados diferentes, mas com alterações marginais: em que 43% responderam que a responsabilização devia incidir naqueles que cometeram violência e 66% sobre os que forneceram as armas e o financiamento, por considerarem que por este motivo a guerra era permanente.

Por fim, os inquiridos do Camboja consideram que os líderes dos KV deveriam ser responsabilizados. Apesar de já ter falecido, 24% considerou que, especificamente Pol Pot deveria ser responsabilizado, atendendo a que era líder de um regime comunista de partido único e principal responsável pelas políticas implementadas. O regime, na generalidade também deveria ser responsabilizado (20% dos inquiridos). 11% dos inquiridos considerou que os líderes detidos devem ser responsabilizados, o que poderá indiciar a necessidade da população inquirida ver condenada os líderes já presos. Uma reduzida taxa (2%) considera a responsabilização para quem efetivamente praticou os crimes.

¹²⁰ A questão relativa à responsabilização não foi aplicada no relatório de 2014

5.5.2 Formas de responsabilização dos agressores ¹²¹

| | Uganda | | | RDC | | Serra Leoa | Camboja | | Ruanda |
|--|--------|------|------|------|------|---------------|---------|------|--------|
| Formas de responsabilização | 2010 | 2007 | 2005 | 2014 | 2008 | 2012 | 2011 | 2009 | 2002 |
| Perdoá-los / Amnistias | 23% | 43% | 22% | 8% | 7% | 2% | | | |
| Prendê-los e levá-los a julgamento | 15% | 22% | 66% | 38% | 34% | 43% | 31% | 49% | 94% |
| Reconciliação / reintegração na comunidade | 7% | 3% | | | 5% | | | | |
| Puni-los | | | | 60% | 69% | | | 23% | |
| Matá-los | | | | | 20% | | | 12% | |

Tabela 11 - Nível I da Metodologia de Rohne (2013) Formas de responsabilização

I. A opinião da população quanto ao que deve ser feito aos agressores pode ser um indicador importante para a tomada de decisões de caráter político. Kiza, Rathgeber e Rohne (2006) referem que, apesar da pena de prisão ser uma tipologia de castigo muito utilizada, existem mais sanções que podem ser aplicadas aos perpetradores. No que respeita à pena mais dura, a morte, os dados revelam que na RDC (2008) 20% dos inquiridos e no Camboja (2008) 12% consideram que esta é a melhor pena a ser aplicada. De uma maneira geral, todos os países consideram que os agressores devem ser punidos e deve ser aplicada uma pena, mas poucos respondem afirmativamente à reconciliação e reintegração destes na comunidade. Valores semelhantes têm as amnistias, com exceção do Uganda em 2007, altura em que estava a ser discutido o processo de paz com o LRA.

¹²¹ Fonte: (Pham, Phuong; Vinck, 2010; Pham, Phuong; Vinck *et al.*, 2007; Pham, Phuong; Vinck, Patrick; Wierda, Marieke; Stover, Eric; Giovanni, 2005; Pham *et al.*, 2011, 2009; Smith, L. Alison A.; Meli, 2012; Stover e Weinstein, 2004; Vinck, Patrick; Pham, N. Phuong; Baldo, Suliman; Shigekane, 2008; Vinck, 2014)

5.5.3 Reparações ¹²²

| | TPI | | | TPI | | TESL | CETC | | TPIR |
|---|--------|------|------|------|------|------------|---------|------|--------|
| | Uganda | | | RDC | | Serra Leoa | Camboja | | Ruanda |
| Tipos de Reparações | 2010 | 2007 | 2005 | 2014 | 2008 | 2012 | 2011 | 2009 | 2002 |
| Gado / Agricultura | 74% | 8% | | | 11% | | 31% | 1% | |
| Compensações financeiras | 66% | 52% | | | 40% | 31% | 25% | | |
| Habitação | 44% | | | | 28% | 35% | | 5% | |
| Comida | 38% | 9% | | | 28% | | | | |
| Artigos para a casa | 4% | | | | | | | | |
| Receber apoio para educação (sua ou dos filhos) | 38% | 7% | | | 17% | 31% | | | |
| Pedido de desculpas | 11% | 4% | | | 15% | 22% | 3% | | |
| Reconciliação | 10% | 3% | | | | | | | |
| Justiça | 1% | 2% | | | 19% | 42% | 31% | 4% | |
| Receber cuidados médicos | 2% | | | | 25% | 30% | | | |
| Receber apoio psicológico | 22% | | | | | | | | |
| Serviços Sociais | | | | | | | 33% | 20% | |
| Infraestruturas | | | | | | | | 15% | |
| Memoriais | | | | | | | 47% | 10% | |
| Dia de Comemoração / feriado | | | | | | | | 5% | |
| Cerimónias públicas | | | | | | | 34% | | |
| Programas de desenvolvimento económico | | | | | | | | 12% | |
| Nada | 1% | | | | 3% | | 4% | | |

Tabela 12 - Nível II da Metodologia de Rohne (2013)– Reparações

I. No nível II da metodologia de Rohne, relativo às reparações, é analisada a forma que os inquiridos consideram como mais adequada à compensação pelo sofrimento infligindo pelos perpetradores.

No que respeita às reparações relativas à sobrevivência das vítimas, os meios de subsistência, como o gado e a agricultura ou a comida são representativos do estado de pobreza das populações (no Uganda em 2010, 74% dos inquiridos considerou que o gado e agricultura deviam ser formas de reparar os prejuízos

¹²² Fonte: (Pham, Phuong; Vinck, 2010; Pham, Phuong; Vinck et al., 2007; Pham et al., 2011, 2009; Vinck, Patrick; Pham, N. Phuong; Baldo, Suliman; Shigekane, 2008)

causados às vítimas, atendendo a que a deslocação forçada da população fez que com os seus meios de subsistência deixassem de existir). A habitação é também uma das formas de reparação consideradas pelos inquiridos (44% dos inquiridos no Uganda em 2010, 26% em 2008 na RDC e 35% em 2012 na Serra Leoa), sobretudo nas regiões com elevados fluxos de deslocação durante os conflitos.

As compensações financeiras são também uma prioridade nas escolhas de reparação dos prejuízos com uma taxa significativa dos inquiridos a responder que o dinheiro é importante como reparação.

Relativamente aos cuidados médicos, serviços sociais, apoio psicológico e criação de infraestruturas, os dados revelam que os inquiridos ou não os recebem, ou não são suficientes, por exemplo na RDC (em que 25% dos inquiridos em 2008 considerou que os cuidados médicos deveriam ser uma forma de reparação), no Camboja em 2011, 33% dos inquiridos referiu os serviços sociais e em 2010, no Uganda 22% pedia apoio psicológico como reparação.

A justiça como forma de reparação revela taxas mais expressivas na Serra Leoa e no Camboja, (Serra Leoa 42%, Camboja em 2011, 31%). Atendendo a que, na altura e que os inquéritos foram realizados, os julgamentos já se encontravam a decorrer e alguns casos já tinham terminado. É possível que o sucesso e o reconhecimento da legitimidade dos tribunais influencie estas respostas, atendendo a que a realização de uma justiça que os satisfaça pode levar a que a considerem como uma forma de reparação. Por outro lado, os inquéritos não especificam que forma de justiça é esta, podendo tratar-se da necessidade de julgar as violações de direitos humanos a que foram sujeitos, mas também a reforma do sistema de justiça.

Receber educação, vista amplamente como forma de melhorar o futuro e a superação da pobreza, é considerada por 38% inquiridos do Uganda em 2010 como uma forma adequada de reparação, no RDC esta taxa é de 17% e na Serra Leoa de 31%.

Por fim, as reparações que estão diretamente ligadas às emoções como o pedido de desculpas, a reconciliação os memoriais e as comemorações revelam que os inquiridos dão importância a estas formas de reparação. No que respeita a um pedido de desculpas, 11% dos inquiridos do Uganda (2010), 15% dos inquiridos na RDC (2008) e 22% na Serra Leoa ao considerar que valorizam esta forma de

reparação, revelam que a necessidade de cura emocional é de facto, um fator a ter em conta nas formas de reparação.

5.5.4 Conclusões da análise do II nível – Proposta

I. Os fenómenos de violência coletiva como os que apresentamos revelam que existe uma preponderância em julgar os principais responsáveis pela prática dos crimes. Os níveis hierárquicos mais altos, responsáveis pela criação, organização e perpetração dos crimes e violência são apontados pela população como as principais entidades a responsabilizar. Este facto revela que a criação dos tribunais internacionais é corretamente orientada quanto aos destinatários dos julgamentos, não obstante as escolhas políticas sobre qual dos lados deve ser efetivamente julgado.

II. No que concerne às formas de responsabilização, nas regiões analisadas é de comum opinião que os responsáveis sejam julgados, o que significa que o julgamento tem uma função importante para as populações. Os valores relativos à possibilidade de amnistias sugeridos pela população inquirida do Uganda, não obstante o enquadramento que fizemos quanto ao período de conversações de Paz, podem ser um indicador da necessidade de levar a cabo um novo projeto de comissão de verdade, mesmo após o falhanço das tentativas anteriores¹²³. Neste sentido, a comunidade internacional tem pressionado o governo do Uganda a criar uma nova comissão de verdade¹²⁴ como tentativa de criar condições de Paz e reconciliação, mas até ao momento os esforços governamentais neste sentido não têm sido claros, existindo sim, um esforço de criar um programa de reparações para o país.

III. Por último, a questão das reparações é reveladora das condições socioeconómicas de cada país, atendendo a que as medidas sugeridas pela população espelham as necessidades imediatas dos sobreviventes. Se por um lado

¹²³ Comissões anteriores:

Comissão de inquérito de 1974 sobre os desaparecimentos ocorridos antes do período de governação de Idi Amin; Comissão de Inquérito sobre Violações de Direitos humanos de 1986 instituída pelo Presidente Museveni;

¹²⁴ Fonte: <https://www.ictj.org/sites/default/files/ICTJ-Briefing-Uganda-Confronting-Past-2012-English.pdf> [consultado em 5/4/2016]

são mencionadas como formas de reparação as de carácter material, as imateriais são também referidas como importantes. Tratando-se de um dos principais pilares da justiça de transição, o direito à reparação analisado de uma perspectiva orientada para as vítimas, permite orientar as decisões políticas quanto às necessidades específicas da população, mas também definir claramente quem devem ser os destinatários das reparações. Atendendo ao escopo das reparações, a análise empírica representa um instrumento fundamental na concretização dos seus princípios, nomeadamente os referidos por de Greiff (2008) e Sarkin (2014) e que examinámos na revisão bibliográfica.

5.6 III NÍVEL – PROPOSTA

I. O último nível da metodologia de Rohne aponta algumas das direções do processo complexo que é a responsabilização. Este nível, adaptado no nosso modelo porque não existem dados relativos aos destinatários de ações a tomar, permite apenas conclusões parciais quanto à necessidade e a melhor forma de materialização da justiça que vá ao encontro das expectativas da população.

5.6.1 Objetivos do julgamento dos perpetradores ¹²⁵

| | TPI | | | TPI | | TESL | CETC | | TPIR |
|---|--------|------|------|------|------|------------|---------|------|--------|
| | Uganda | | | RDC | | Serra Leoa | Camboja | | Ruanda |
| Objetivos dos julgamentos/criação dos tribunais | 2010 | 2007 | 2005 | 2014 | 2008 | 2012 | 2011 | 2009 | 2002 |
| Acusar os perpetradores | | | | | | 53% | | | |
| Estabelecer o primado da lei | | | | | | 7% | | | |
| Trazer justiça | | | | | | 30% | | | |
| Trazer paz | | | | | | 23% | | | |
| O que é a justiça? | | | | | | | | | |
| Estabelecer a verdade | | | | 53% | 51% | 73% | | | |
| Aplicar a Lei | | | | 51% | 49% | 63% | | | |
| Ser justo | | | | 39% | 48% | 61% | | | |
| Castigar os culpados | | | | 28% | 21% | | | | |
| Julgar os culpados | | | | 15% | 14% | | | | |

Tabela 13 - Nível III da Metodologia de (Rohne, 2013) Objetivo do julgamento dos perpetradores/ Criação dos tribunais

¹²⁵ Fonte: Smith, L. Alison A.; Meli, 2012; Vinck, Patrick; Pham, N. Phuong; Baldo, Suliman; Shigekane, 2008; Vinck (2014)

I. A tabela *supra* reflete a opção que tomámos quanto aos pressupostos do III nível da Metodologia de Rohne, em que reunimos os dados relativos às respostas dos dois países para os quais conseguimos adaptar a posição adotada. Assim, nos dados relativos à Serra Leoa constatámos que os objetivos do tribunal estão positivamente definidos pela população, mas com um contributo reduzido para restabelecer o primado da lei (7%). No que respeita ao conceito de justiça, naturalmente amplo e com múltiplos significados, na RDC metade dos inquiridos afirma nos dois anos de análise que significa aplicar a Lei. Dado importante deste inquérito, é que uma grande parte dos inquiridos nos dois países dá uma grande importância ao estabelecimento da verdade sobre o que aconteceu, e na RDC os valores são bastante maiores do que quando associada a justiça à punição dos culpados.

A ausência de dados relativos às restantes regiões demonstra lacunas na análise e não permite a generalização de opiniões quanto à importância do julgamento dos perpetradores. Ainda assim, nas regiões analisadas a acusação e julgamento dos responsáveis pelos crimes tem importância revela a importância destes como contributo para a paz e o restabelecimento da justiça. Por outro lado, o conceito de justiça está ligado à necessidade do conhecimento da verdade, de aplicar a lei e de ser justo pode sugerir uma mudança de paradigma na escolha dos mecanismos adequados para estas sociedades em transição, nomeadamente a aplicação de processos de comissões de verdade que contribuam para o preenchimento das necessidades de justiça reveladas pela população.

5.7 TRIBUNAIS

5.7.1 Avaliar as perceções sobre os tribunais internacionais

I. A análise relativa às perceções sobre os internacionais foi dividida em cinco critérios de resposta: o conhecimento do tribunal (em que os inquiridos responderam se conheciam os tribunais, qual o nível de conhecimento do tribunal e onde estão localizadas as suas instalações); o impacto do tribunal (em que se procurou apurar que tipo de impacto desta instituição na sociedade); o contributo do tribunal (onde se analisaram as respostas sobre que contributo poderá trazer o tribunal em matéria de justiça, paz e os direitos da população); a independência

(onde foram examinadas as percepções quanto à independência dos tribunais nas sessões de julgamento) e a equidade percecionada pelo desempenho do tribunal e dos seus juízes.

5.7.2 O conhecimento dos tribunais ¹²⁶

| | | TPI | | | TPI | | TESL | CETC | | TPIR |
|--------------------------|--|--------|------|------|------|------|------------|---------|------|--------|
| | | Uganda | | | RDC | | Serra Leoa | Camboja | | Ruanda |
| | | 2010 | 2007 | 2005 | 2014 | 2008 | 2012 | 2011 | 2009 | 2002 |
| Conhecimento do tribunal | Ouvir falar do Tribunal (TPI, TPISL) (% sim) | 59% | 60% | 27% | 52% | 27% | 93% | 88% | 61% | |
| | Conhecimento do Tribunal | | | | | | | | | |
| | Bom | 6% | | | | 9% | | 25% | 15% | |
| | Médio | 26% | | | | | | 50% | 46% | |
| | Médio Baixo | | | | | | | | | |
| | Muito Mau/Nenhum | 23% | | | | | | 25% | 39% | |
| | Onde estão localizadas as instalações do Tribunal? | | | | | | | | | |
| | TPI - Haia, Holanda | 56% | | | | | | | | |
| | Europa | 6% | | | | | | | | |
| | Estados Unidos | 25% | | | | | | | | |
| | Natureza do Tribunal | | | | | | | | | |
| | Identificou a natureza do tribunal | | | | | | | 67% | 53% | |

Tabela 14 - Resultados sobre o conhecimento dos tribunais

I. A aceitação de qualquer mecanismos de justiça de transição implica que a população o conheça, mas também que o considere legítimo e imparcial (Pham, Phuong; *et al.*, 2005).

As taxas relativas à questão «Ouvir falar do tribunal» existem em todos os países, com exceção do Ruanda onde a questão não foi colocada neste termo exato, mas existem respostas quanto ao funcionamento do tribunal com taxas expressivas,

¹²⁶ Fonte: (Pham, Phuong; Vinck, 2010; Pham, Phuong; Vinck *et al.*, 2007; Pham, Phuong; Vinck, Patrick; Wierda, Marieke; Stover, Eric; Giovanni, 2005; Pham *et al.*, 2011, 2009; Smith, L. Alison A.; Meli, 2012; Vinck, Patrick; Pham, N. Phuong; Baldo, Suliman; Shigekane, 2008; Vinck, 2014)

pelo que, apesar do número não ser apresentado na tabela, será analisado noutro capítulo quanto a características de funcionamento.

De uma maneira geral, uma significativa taxa de inquiridos conhece o tribunal internacional que julga ou julgará os agressores. No que respeita à Serra Leoa, a taxa é excecionalmente maior, em relação aos outros países, atendendo a que o tribunal tinha, à altura do inquérito, mais de doze anos de funcionamento e muitas condenações. Relativamente ao Camboja, Uganda e RDC, uma vez que foram utilizados relatórios com vários intervalos de tempo, é possível concluir que o conhecimento dos tribunais foi aumentando bastante. No caso do Camboja, a taxa de inquiridos aumentou bastante no relatório de 2010 porque existiu um esforço de divulgação do tribunal junto da população (em 2009, 50% dos inquiridos que não viveu durante o regime do KV e 34% dos que viveram, não tinham nenhum conhecimento sobre o tribunal). A divulgação foi sendo feita progressivamente, através dos *media*, em 2011, 34% dos inquiridos que ouviam falar frequentemente do tribunal, ouviam-no através da rádio (73%, quando em 2009 este número era de 80%) e da televisão (72%, que em 2008 representava 44%), mas também através de uma variável que não consta dos inquéritos¹²⁷ que são as campanhas educativas junto das escolas¹²⁸. Todos estes esforços contribuíram para que a população inquirida tivesse, quanto ao conhecimento do tribunal valores que situam acima dos 50% do tipo médio/bom e mais de metade dos inquiridos identificou nos dois anos em estudo, a natureza mista do tribunal.

Nos restantes países, Uganda e RDC, o conhecimento bom é muito baixo e os relatórios não falam da influência ou impacto da realização de programas de sensibilização sobre os tribunais, sabendo-se apenas pelas características demográficas que a população tem elevados níveis de iliteracia e baixa escolaridade¹²⁹. Ainda assim, 56% dos inquiridos no Uganda em 2010 sabia que o TPI está

¹²⁷ A idade mínima dos inquiridos é de 18 anos.

¹²⁸ Com a inclusão de matérias relacionadas o período histórico da ditadura dos KV nos programas escolares do ensino básico e secundário, através de programas de educação levados até à população do interior pelas ONG e ações de formação para públicos detentores de graus académicos mais elevados.

Por exemplo: <http://www.humanityinaction.org/knowledgebase/353-khmer-rouge-genocide-education-for-future-female-leaders-of-cambodia> [consultado em 25/4/2016]

¹²⁹ Na RDC em 2008, 22% dos inquiridos nunca tinham frequentado a escola e 19% tinham alguma instrução primária. No Uganda, no relatório de 2010, apenas 53% sabiam ler e escrever (abaixo da média nacional de 67%), 35% não tinham qualquer educação escolar e 40% tinha instrução primária mínima.

localizado na Holanda, 6% sabia que estava na Europa e 25% considerava que o tribunal estava instalado nos Estados Unidos.

5.7.3 O impacto do tribunal ¹³⁰

| | TPI | | | TPI | | TESL | CETC | | TPIR |
|------------------------------------|--------|------|------|------|------|------------|---------|------|--------|
| | Uganda | | | RDC | | Serra Leoa | Camboja | | Ruanda |
| Impacto do Tribunal | 2010 | 2007 | 2005 | 2014 | 2008 | 2012 | 2010 | 2008 | 2002 |
| Tem impacto (negativo ou positivo) | 36% | | | | | | | 79% | |
| Tem impacto positivo | | | | | | | 76% | 68% | |
| Tem impacto negativo | | | | | | | 9% | 11% | |

Tabela 15 - Resultados sobre o impacto dos tribunais internacionais na população inquirida

O impacto do tribunal na população inquirida é um dado bastante ausente nos inquéritos escolhidos. No Camboja, este valor foi analisado nos dois anos do projeto e é claro o aumento do impacto positivo do tribunal (que passou de 68% em 2008 para 76% em 2010). O aumento deste tipo de impacto poderá estar relacionado com a primeira condenação resultante do caso 001. Relativamente aos que consideraram que o impacto é negativo (9% em 2010), a taxa está diretamente ligada ao trabalho do tribunal no julgamento do caso 001 em que, cerca de 24% deste grupo de inquiridos considerou que o tribunal fez com que as vítimas se lembrassem demais sobre o passado, outros consideraram que a sentença aplicada neste caso foi insuficiente (15%) e que o tribunal não trará justiça para as vítimas (15%).

Em relação aos dados de 2010 sobre o Uganda, 36% consideraram que o tribunal teve impacto, sem especificar se o impacto foi positivo ou negativo.

¹³⁰ al., 2011, 2009)

5.7.4 O contributo do tribunal ¹³¹

| | TPI | | | TPI | | TESL | CETC | | TPIR |
|---|--------|------|------|------|------|------------|---------|------|--------|
| | Uganda | | | RDC | | Serra Leoa | Camboja | | Ruanda |
| Contributo do tribunal | 2010 | 2007 | 2005 | 2014 | 2008 | 2012 | 2010 | 2008 | 2002 |
| Contribui para trazer justiça | | | | | | 82% | | | |
| Chamou à atenção para o conflito | 7% | | | | | | 9% | 11% | |
| Pode contribuir para alcançar a paz no país | | 61% | 91% | | | 78% | | | |
| Teve impacto positivo nos atores do primado da lei (polícia, exército, sistema judiciário nacional) | | | | | | 67% | | | |
| Pode contribuir para reconstruir a confiança no país | | | | | | | 82% | 71% | |
| Trará justiça para os abusos cometidos no passado | | 65% | 89% | | | 84% | 76% | 74% | |
| Contribui para um maior respeito pelos Direitos Humanos e para o primado da lei | | | | | | 82% | | | |
| Ajudou a resolver a situação do país? | | | | | | | | | |
| Sim | 43% | | | | | | | | |
| Não teve efeito | 40% | | | | | | | | |
| Complicou | 10% | | | | | | | | |

Tabela 16 - Tabela de resultados para o Contributo do Tribunal

I. De uma maneira geral, nos países analisados, os efeitos do tribunal são bastante positivos e uma elevada percentagem de inquiridos deposita esperança no seu desempenho para que seja feita Justiça (65% em 2007 no Uganda, 84% na Serra Leoa e 76% no Camboja em 2011), considerando que o tribunal teve um efeito positivo nos principais atores judiciais do país. Nos países de conflito latente, o tribunal foi visto como um meio de trazer a paz ao país (no Uganda, em

¹³¹ (Pham, Phuong; Vinck, 2010; Pham, Phuong; Vinck *et al.*, 2007; Pham, Phuong; Vinck, Patrick; Wierda, Marieke; Stover, Eric; Giovanni, 2005; Pham *et al.*, 2011, 2009)

2005, 91% dos inquiridos tinha esta opinião, que em 2007 foi reduzida para 61%; na Serra Leoa, a opinião é de 78%).

5.7.5 A independência do Tribunal ¹³²

| | TPI | | | TPI | | TESL | CETC | | TPIR |
|---|--------|------|------|------|------|------------|---------|------|--------|
| | Uganda | | | RDC | | Serra Leoa | Camboja | | Ruanda |
| Independência | 2010 | 2007 | 2005 | 2014 | 2008 | 2012 | 2011 | 2009 | 2002 |
| O tribunal é independente do governo | | 69% | | | | | | | |
| O tribunal é neutro | | 68% | | | | | 75% | 67% | |
| Os juízes são independentes /serão independentes nas decisões | | | | | | | 79% | 67% | |
| O tribunal é sujeito à corrupção | | | | | | | 14% | | |

Tabela 17 - Resultados relativos à independência do tribunal

I. No que concerne à opinião dos inquiridos sobre a independência do tribunal estão disponíveis dados relativos aos Uganda e ao Camboja, que comparou algumas das variáveis nos dois relatórios selecionados.

No Uganda, os dados relativos a 2007 revelam que os inquiridos consideram que o tribunal é independente do governo (67%) e que é neutro (68%). No que respeita ao Camboja, as perceções positivas relativamente à neutralidade e independência do tribunal aumentaram devido ao contributo da primeira sentença do caso 001. Pham *et al.*, (2011) consideraram que as perceções negativas estão ligadas às perceções que os inquiridos têm do governo, por considerarem que o tribunal lhe está associado (31%) e porque os juízes estão a trabalhar para o governo (23%).

¹³² Fonte: (Pham, Phuong; Vinck *et al.*, 2007; Pham *et al.*, 2011, 2009)

5.7.6 A Equidade nos julgamentos ¹³³

| | TPI | | | TPI | | TESL | CETC | | TPIR |
|---|--------|------|------|------|------|------------|---------|------|--------|
| | Uganda | | | RDC | | Serra Leoa | Camboja | | Ruanda |
| Equidade | 2010 | 2007 | 2005 | 2014 | 2008 | 1999 | 2011 | 2009 | 2002 |
| O julgamento (s) foi (foram) conduzido (s) de forma justa | | | | | | | 69% | | |
| O tribunal respeita todos os grupos étnicos | | | | | | | | | 38% |
| O Tribunal está a fazer o suficiente pelas vítimas | | | | | | | 64% | | |
| Sentiu-se desapontado com a sentença/sentenças | | | | | | | 10% | | |

Tabela 18 - Resultados sobre a equidade nos julgamentos

I. No que respeita à equidade, quer no tratamento das vítimas e agressores no tribunal, quer nas sentenças, a população inquirida no Ruanda, considera que o TPIR respeitou todos os grupos étnicos numa taxa de 38%. Tratando-se de uma taxa baixa, face ao pretendido com um instrumento de justiça internacional, este número não deve ser descontextualizado da realidade quanto à criação deste tribunal. Com efeito, a criação do TPIR pela ONU não foi bem aceite pela população ruandesa por várias razões, entre elas, por julgar apenas perpetradores da etnia Hútu, quando no decorrer do conflito existiram crimes praticados pela etnia Tutsi e pelas forças de pacificação. O inquérito conduzido por Logman; Pham, e Weinstein, (2004) revela outros dados de grande relevância sobre aspeto, ao dividir por etnias a respostas às perguntas e ao nivelá-las com uma escala que inicia em «concordo muito» até «não estou informado». Assim, relativamente ao tratamento por etnias, 3.3% dos inquiridos hútu discorda totalmente que o tribunal seja justo, por oposição a 10.8% de inquiridos tutsi e, 33.5% dos inquiridos hútu não sabe o suficiente para responder e a taxa é igualmente alta para inquiridos tutsis (21.6%). Estes dados relativos à falta de informação revelam a falta de sensibilização das pessoas para a existência do tribunal (motivadas também por questões políticas) mas que contribuem para a falta de reconhecimento da legitimidade do tribunal.

¹³³ Fonte: (Pham *et al.*, 2011; Stover e Weinstein, 2004)

Os dados relativos ao Camboja foram recolhidos após o julgamento do «Duch» e, de uma maneira geral, mais de metade dos inquiridos considera que o tribunal é justo (69%) e que está a fazer o suficiente pelas vítimas (64%) e 10% sentiu-se desapontado com a sentença aplicada no caso.

5.7.7 Conclusões sobre a análise das perceções sobre os tribunais

I. A análise realizada demonstra que mais de metade dos inquiridos (com exceção do Uganda no inquérito de 2005) já ouviu falar dos tribunais. Dos dados é possível concluir que o conhecimento tem sido gradual com a ajuda dos principais meios de comunicação do país. Ainda assim existe uma grande parte da população que nunca ouviu falar do tribunal, o que sugere a necessidade de mais esforços de divulgação da existência e do trabalho destas instituições. Quanto ao grau de conhecimento do tribunal, é notório o seu crescimento ao longo dos anos de exercício deste (sobretudo quando a percentagem de inquiridos que conhece mal decresce e o conhecimento bom e médio aumenta). O conhecimento dos tribunais constitui um desafio aos atores envolvidos no processo (Governos, organizações internacionais, entidades privadas) atendendo a que só através dele poderá existir uma verdadeira compreensão quanto ao trabalho destas instituições, objetivo que pode ser atingido com políticas de educação da população e com o essencial contributo dos *media* para disseminar a informação para que chegue a todos dos cidadãos.

II. O contributo do tribunal é examinado neste trabalho de forma limitada, o que impede a generalização dos resultados obtidos na análise dos dados disponíveis. Ainda assim, o modelo de tribunal híbrido do Camboja, acompanhado de todas as medidas adicionais que têm procurado divulgar o seu trabalho permite concluir que o tribunal não só tem impacto, como este é positivo e esta perceção tem aumentado com o decorrer dos anos.

No decorrer de uma reunião da Assembleia Geral da ONU em 2014 dedicada à Justiça Internacional ¹³⁴, o representante dos Estados Unidos afirmou que «o contributo dos tribunais internacionais não pode ser subestimado dadas as

¹³⁴ Fonte: <http://www.un.org/press/en/2014/ga11569.doc.htm> [consultado em 5/5/2016]

imensuráveis contribuições para o desenvolvimento do direito internacional no que respeita à responsabilização pela prática do Genocídio, por considerar que a violação constitui um Crime contra a Humanidade, bem como ajudou a compilar informação sobre a forma de investigar e julgar crimes de guerra e contra a humanidade». A análise dos dados empíricos relativos ao contributo respeitam a tribunais diferentes, nomeadamente o TPI (no Uganda) ao TESL (Serra Leoa) e as CETC (Camboja) e revelam dados positivos no que concerne à justiça, à paz, ao restabelecimento da confiança e o respeito pelos Direitos humanos. Estas perceções são, de facto, da maior importância para o cumprimento do objetivo de garantir que as violações que levaram à constituição dos tribunais não se repitam no futuro e que os contributos agora trazidos se tornem permanentes.

III. No que respeita aos valores de independência e equidade, a sua consagração deriva de vários instrumentos internacionais. A garantia do estrito respeito por estes valores contribui para legitimar um tribunal, que a princípio desperta a desconfiança e a falta de reconhecimento por parte da população. Se a equidade diz respeito sobretudo à igualdade de tratamento entre vítimas e agressores, mas também entre etnias, a existência e perceção de condutas justas, desprovidas de suspeitas de corrupção e independente do governo permite que as vítimas encarem esta forma de justiça, como uma alternativa credível e confiável.

6 NOTAS FINAIS

6.1 QUE PERSPETIVAS PARA A JUSTIÇA PENAL INTERNACIONAL?

Apresentados os resultados da investigação, importa agora traçar algumas conclusões sobre o que se discutiu. Atendendo a que os resultados quantitativos apresentam um balanço dos resultados e o respetivo enquadramento com os valores da justiça de transição e da justiça penal internacional. As notas finais que se seguem procuram uma reflexão sobre os principais aspetos que considerámos relevantes e que, constituem alguns dos desafios atuais para as sociedades em transição.

6.2 A IMPORTÂNCIA DOS DADOS EMPÍRICOS NA CRIAÇÃO DE MECANISMOS DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

A primeira destas conclusões, tendo em conta a avaliação das percepções dos sobreviventes, é a necessidade de imprimir realismo às decisões tomadas quanto à responsabilização. Com efeito, a ausência de estudos prévios de opinião junto das populações traduz-se na tomada de soluções que muitas vezes se afastam das verdadeiras necessidades locais e daquilo que estas esperam da intervenção internacional nos problemas locais. Se por um lado, os sobreviventes depositam expectativas de resolução que mudem as duas vidas em definitivo, os dados disponíveis apontam para uma ambiguidade perante o que era esperado e o que foi efetivamente concretizado.

A necessidade de estudos empíricos prévios e de acompanhamento torna-se assim fundamental para que se analise o caminho a tomar, com vista a resultados positivos, quer na reconciliação, quer na transição para um regime democrático que restabeleça o equilíbrio que foi afetado pelos conflitos e pela prática dos crimes. Ainda que seja um trabalho de grande complexidade, assiste-se a um esforço da comunidade internacional (com especial relevância para as academias) para que o contributo dos sobreviventes traga maiores perspectivas de sucesso a processos caracterizados por assimetrias, valores e características culturais que se afastam dos padrões ocidentais tradicionais.

A utilização de estudos empíricos é então um contributo da maior importância, que não deve ser descurado na implementação de qualquer projeto que procure a transição destas sociedades.

6.3 A OPÇÃO POR TRIBUNAIS INTERNACIONAIS

As decisões políticas têm condicionado todos os processos de julgamento de violações de direitos humanos na criação dos tribunais e dos respetivos estatutos, que espelham a manifesta influência política na necessidade e forma de processo e escolha das fações perpetradoras. O objetivo de criação do TPI, como forma de superação das principais críticas apontadas aos julgamentos internacionais, ficou aquém do desejado, atendendo a que a vontade política está presente logo na assinatura do Tratado de Roma, que deixa de fora as principais potências mundiais,

que recusam submeter-se à jurisdição de um tribunal e de um tratado que vincula todas as suas condutas futuras. Por outro lado, o TPI está dependente da boa vontade dos Estados, independentemente da autonomia estatutária que detém, atendendo a que não tem poderes de investigação independentes, ou seja a execução de sanções está sempre dependente da vontade dos estados a quem o procurador recorre, por exemplo para executar um mandado de detenção. Esta dependência agrava-se com o facto de a omissão da prática de atos requeridos pelo TPI não tem qualquer consequência (veja-se o recente caso do Uganda, em que em mais uma tomada de posse do presidente Museveni estava presente Omar al-Bashir, antigo presidente do Sudão e sob o qual impende um mandado de captura internacional emitido pelo TPI) ¹³⁵.

A legitimidade dos tribunais, enquanto fator de aceitação por partes dos sobreviventes, constitui uma característica fundamental para a efetividade da justiça penal internacional. Os resultados apresentados demonstram que a população reconhece o trabalho dos tribunais internacionais, mas simultaneamente afasta a ideia de que o exercício do poder jurisdicional deva ser feito longe dos locais onde ocorreram os crimes. Tratando-se de um conceito-pilar de uma sociedade que carece de um sistema de justiça eficaz, qualquer das sociedades que analisámos tem necessidades de desenvolvimento destas instituições e a deslocalização não só compromete toda a construção de um novo sistema, como também provoca a destabilização da sociedade por falta de crença no desenvolvimento do país quanto aos valores de justiça. Apesar destas críticas, os tribunais podem desempenhar um papel importante, que é reconhecido pela população na defesa de um processo justo quer para as vítimas, quer para os agressores, mas também nas garantias de equidade e de tratamento independentemente das divisões étnicas que são muitas vezes causa dos conflitos, trazendo um contributo para a paz social.

O contexto socioeconómico das sociedades onde são implementados os mecanismos de justiça de transição constitui um elemento fundamental quer na estratégia de definição destes, quer no seu sucesso. A criação de um tribunal para julgar perpetradores, no seio de uma sociedade fragilizada, com acentuadas carências de variada ordem e onde os cidadãos são vítimas de uma grande violência, pode não ter os resultados almejados pela defesa de valores

¹³⁵ Fonte: <http://www.observer.ug/news-headlines/44222-sixth-term-museveni-lashes-at-icc-vows-to-fight-corruption> [consultado em 1/6/2016]

internacionais. O estabelecimento da estabilidade económica, a criação de condições sociais e de infraestruturas, a promoção da reconciliação e da cura e o desenvolvimento das comunidades é uma prioridade sobre a responsabilização, ainda que a criminalização deva existir, no tempo e lugar adequados a cada contexto regional. A população reconhece a necessidade de criminalização e revela interesse em participar das atividades do tribunal. Em todos os casos analisados, todavia, alguns dos modelos de justiça restaurativa parecem não preencher as necessidades da população. Importa referir a este aspeto a particularidade que cada região apresenta e os níveis de conhecimento da população relativamente aos mecanismos de justiça. A tomada de decisão quanto ao tipo de transição a seguir deve ter em conta o conflito, as necessidades das vítimas e o impacto social e político das consequências dos mecanismos.

A construção do legado dos tribunais é outro dos fatores com grande relevância na justiça penal internacional. O julgamento e condenação dos agressores pode resultar em contributivos positivos, momentaneamente e num dado período histórico da sociedade, mas o legado de um tribunal pode contribuir para perpetuar os resultados positivos, ajudar a construir instituições nacionais e educar as gerações futuras sobre a prática de violações de Direitos humanos. O papel do tribunal, enquanto dinamizador e formador da prática jurídica, tem um importante contributo no desenvolvimento da aplicação da justiça e na disseminação de valores positivos para as sociedades, que pode ir muito além da concretização dos julgamentos, mesmo que não esteja localizado no país, prestando assistência às regiões com capacidade técnica e recursos que não existem no país. No que respeita à educação das gerações futuras, a construção de um legado do tribunal através de programas direcionados às gerações mais jovens tem um carácter preventivo, quando complementadas com outros mecanismos da justiça de transição de carácter restaurativo, como os programas educativos, as celebrações, a criação de feriados nacionais e uma reforma educativa que contemple a realidade histórica das agressões do passado, mas que permite a reflexão para o futuro.

6.4 AS EXPECTATIVAS DOS SOBREVIVENTES

A doutrina atribui aos sobreviventes o papel de dinamizadores de um processo de mudança. Estes são também os principais destinatários de qualquer

programa de transição aplicado no país. Partindo da aceitação desta premissa, importa gerir as expectativas dos sobreviventes quanto aos mecanismos que lhes são apresentados como soluções para a reconciliação. A ausência da participação das vítimas enquanto partes civis e sem o direito a quaisquer tipos de reparações nos tribunais *ad hoc* permitiram compreender a importância destas condições na evolução social das regiões. Com efeito, foi visível a preocupação em punir os culpados, mas o tratamento e recuperação das vítimas não foi uma preocupação da comunidade internacional. Ainda que esta falha tenha sido superada em modelos posteriores, como o TPI e as CETC, que consagram expressamente a participação das vítimas, a prática tem revelado problemas na realização das suas expectativas, nomeadamente a exigência de uma investigação e julgamento num espaço de tempo aceitável, a capacidade de execução de sentenças por parte dos tribunais e a promessa de reparações que, ou não são concretizadas ou ficam aquém do esperado pelas vítimas.

Este último aspeto é transversal a qualquer tipo de mecanismo de justiça de transição, pois um projeto, independentemente da sua natureza e intenções, que seja amplamente divulgado com objetivos que posteriormente não são cumpridos, faz com que as vítimas reconheçam falhas e incumprimentos que provocam sentimentos de desilusão, falta de crença nas atividades desenvolvidas e processos de reconciliação e cura incompletos. Assim, importa criar as expectativas aos sobreviventes, de maneira a que possam ser cumpridas de forma eficaz e sem causar sentimentos ilusórios. Os atuais instrumentos de *soft law* sobre, por exemplo, reparações elencam princípios importantes que importam observar na criação de programas e demonstram a necessidade de estratégias e procedimentos devem ser tomados, para que estas reparações tenham o efeito esperado sem desiludir a população.

Além disto, a reconciliação da população com o agressor (porque o agressor pode ser o vizinho do lado, a criança- soldado que voltou a casa ou o amigo de infância) implica um trabalho que envolve não só o governo, como também as ONG, as organizações internacionais e todos os países, numa lógica defendida por Jeremy Sarkin e que este designa de «Responsability to Protect»¹³⁶. No âmbito do pilar da Responsabilidade de Reconstruir, Sarkin defende este papel

¹³⁶ (Sarkin, 1990)

interventivo dos Estados na reconstrução, na redução da violência e no acesso aos direitos económicos.

Os processos de reconstrução e de *peacebuilding*, terão de passar, obrigatoriamente, por intervenções que conduzam à redução das diferenças étnicas, e das heterogeneidades levantadas por estas cisões nas instituições públicas (porque determinada etnia lidera uma determinada instituição, ou porque são atribuídos privilégios pela mesma razão).

Por outro lado, impõe-se que seja repensado o paradigma do castigo na sua abordagem tradicional, levando a que sejam implementados mecanismos de justiça que possam ir além da justiça retributiva tradicional.

O conjunto de todos os aspetos evitar novas cisões, conflitos e a recorrência de processos de vitimização, promovendo a reintegração de vítimas e agressores na sociedade.

O processo de gestão das necessidades dos sobreviventes pode auxiliar a atenuar as marcas da vitimização e permitir que a sua expectativa de justiça leve ao incremento de denúncias e permita que as vítimas falem sobre o que aconteceu, proporcionando-lhes o restabelecimento do controlo sobre as suas vidas e do sentimento de reivindicação que a punição dos agressores pode trazer.

6.5 O CUMPRIMENTO DE OBJETIVOS DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

6.5.1 A verdade

A importância da verdade é manifestada simultaneamente pelas vítimas e pela necessidade de trazer ao conhecimento o que de facto aconteceu. Ainda que o conceito de verdade seja muito abrangente, atendendo a que as vítimas e os sobreviventes podem procurar diferentes tipos de verdade (sobre o que aconteceu às suas famílias e bens, o porquê de lhes terem sido negados direitos ou a ausência do seu reconhecimento) esta desempenha um papel fundamental no processo de recuperação individual e social. No que respeita às vítimas, saber o que o que causou o seu sofrimento (direto ou indireto) promove a cura e a vontade de pensar o seu futuro enquanto cidadãos que podem contribuir para a manutenção da paz nas suas regiões.

A procura da verdade não exige o recurso à criminalização, até porque esta pode ter um efeito nefasto porque os responsáveis se remetem ao silêncio.

Existe então, a necessidade de prosseguir a verdade, com recurso a estratégias que permitam saber o que, de facto, aconteceu e nas quais, os governos e organizações internacionais detêm papéis preponderantes, decorrentes do reconhecimento do direito à verdade previsto no direito internacional ¹³⁷.

6.5.2 A justiça

O papel da justiça nas sociedades em transição ocupa um lugar fundamental, não só na justiça que as vítimas procuram obter para os crimes a que foram sujeitos, mas também na própria sociedade, como mecanismo de afastamento do sentimento de impunidade que, normalmente, impera nos contextos de pós-guerra. É importante que resulte destas conclusões, a ideia de que a justiça retributiva trás contributos positivos, mas não é o único caminho para a sua promoção. Com efeito, a justiça não é feita apenas nas decisões tomadas pelos tribunais, mas também nos principais atores por ela responsáveis, nomeadamente os atores judiciais e governamentais, em áreas que vão além da justiça penal, como a justiça social e a justiça administrativa, criando condições que efetivem e promovam a equidade e a igualdade.

6.5.3 As garantias de não repetição

A justiça penal internacional, além da tarefa de investigar e julgar os responsáveis pela prática de crimes contra a humanidade, tem uma função primordial de contribuir para que os crimes e a violência não se repitam.

As garantias de não repetição podem assumir manifestações diversas, através de reformas institucionais resultantes dos julgamentos, na responsabilização dos Estados pela sujeição a tratados internacionais que imponham obrigações *erga omnes*, mas também através da concessão e aplicação de reparações com um efeito a distância eficaz e que contribua para o desenvolvimento do país.

¹³⁷ (Naqvi, 2006)

Importa referir que as garantias de não repetição podem resultar da necessidade de combinar métodos de justiça retributiva e de justiça restaurativa, atendendo a que tradicional antonímia dos conceitos pode resultar em disparidades, injustiças e não contribuir, nem para a prosperidade nem para a reconciliação. Esta combinação de mecanismos pode contribuir com melhores resultados que vão ao encontro das necessidades reais da população, numa perspectiva holística, e que garantem que o país, social e politicamente consiga evitar a nova ocorrência e a recorrência de abusos contra os direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA

- AKHAVAN, Payam - Are International Criminal Tribunals a Disincentive to Peace?: Reconciling Judicial Romanticism with Political Realism. **Human Rights Quarterly**. . ISSN 1085-794X. 31:3 (2009) 624–654.
- ALFORD, Roger P. - The Proliferation of International Courts and Tribunals: International Adjudication in Ascendancy. **Proceedings of the Annual Meeting (American Society of International Law)**. 94:May (2000) 160–165.
- ALMEIDA RIBEIRO, MANUEL; PEREIRA COUTINHO, Francisco - **Jurisprudência Resumida do Tribunal Internacional de Justiça**. Lisboa : D. Quixote, 2016. ISBN 9789722059824.
- AMSTUTZ, Mark R. - **The Healing of Nations: The Promise and Limits of Political Forgiveness**. New York : Rowman & Littlefield, 2005. ISBN 0742535819.
- ANDRIEU, Kora - Transitional Justice: A New Discipline in Human Rights. **Online Encyclopedia of Mass Violence**. January (2010).
- BACKER, David - Cross-National Comparative Analysis. Em MERWE, HUGO VAN DER; BAXTER, VICTORIA; CHAPMAN, AUDREY R. (Ed.) - **Assessing the Impact of Transitional Justice: challenges for empirical research**. Washington D.C : United States Institute for Peace Press, 2009. p. 29–90.
- BARRIA, LILIAN A.; ROPER, Steven D. - How Effective are International Criminal Tribunals? An analysis of the ICTY and the ICTR. **The International Journal of Human Rights**. 9:3 (2005) 349–368.
- BASSIOUNI, Mc - International Crimes: « Jus Cogens » and « Obligatio Erga Omnes ». **Law and Contemporary Problems**. . ISSN 00239186. 59:4 (1996) 63–74. doi: 10.2307/1192190.
- BERMAN, Eric; SAMS, Katie E. - **Peacekeeping in Africa: Capabilities and Culpabilities, Page 355**. [S.l.] : United Nations Publications UNIDIR, 2000. ISBN 9290451335.
- BOVEN, The VAN - **Study concerning the right to restitution, compensation and rehabilitation for victims of gross violations of human rights and fundamental freedoms** [Em linha] [Consult. 11 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.refworld.org/docid/3b00f4400.html>>.
- BOVEN, The VAN - Designing Bespoke Transitional Justice : A Pluralist Process Approach. 32:1 (2010) 1–72.

- CRANE, David M. - **White Man's Justice: Applying International Justice after Regional Third World Conflicts.** **Cardozo Law Review.** 27:4 (2006) 1683–1688.
- DAMAŠKA, Mirjan - **What Is the Point of International Criminal Justice?** **Yale Law School Legal Scholarship Repository Faculty.** Paper 1573 (2008) 329–365.
- Declaração Universal dos Direitos do Homem. [Em linha] (48- [Consult. 20 set. 2015]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html>>.
- Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. [Em linha] (98- [Consult. 1 fev. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/tpi-estatuto-roma.html>>.
- FATTAH, Ezzat A. - **Understanding criminal victimization: an introduction to theoretical victimology.** ISBN 0139295976.
- GBERIE, Lansana - **A Dirty War in West Africa: The RUF and the Destruction of Sierra Leone.** ISBN 1850657424.
- GBERIE, Lansana - **Revisiting Sierra Leone's 'Rebel' War: Reflections on the Evidence from the TRC and the SCSL on the Origins of the RUF.** **The Journal of Sierra Leone Studies.** . ISSN 1098-6596. 53:1 (2012) 160. doi: 10.1017/CBO9781107415324.004.
- GREEN, Llezlie L. - **Sexual Violence and Genocide Against Tutsi Women** [Em linha], atual. 2011. [Consult. 15 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://academic.udayton.edu/race/06hrights/georegions/africa/Rwanda01.htm>>.
- GREEN, Matthew - **The Wizard Of The Nile.** [S.l.] : Granta Publications, 2012. ISBN 1846274818.
- GREIFF, Pablo De - **The Handbook of Reparations.** New York : Oxford University Press, 2008. ISBN 0199545707.
- HAMBER, Brandon - **Repairing the Irreparable: Dealing with double-binds of making reparations for crimes of the past** [Em linha] [Consult. 11 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.incore.ulst.ac.uk/research/projects/thepast/repair.html>>.
- HANSEN, Leshia - **Mental Health Trauma among Cambodians and Cambodian Refugees after the Pol Pot Regime Conflict :A Literature Review** [Em linha]. Washington : [s.n.] [Consult. 12 dez. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.gwu.edu/~igis/assets/docs/working_papers/igis_ciga_igi>

s14_ciga02.pdf>.

Hard Cases: Bringing Human Rights Violators to Justice Abroad - A Guide to Universal Jurisdiction - . Versoix, Switzerland : International Council on Human Rights Policy, 1999. ISBN 2940259011.

HATZFELD, Jean - **Machete Season- The Killers in Rwanda Speak**. New York : Farrar, Straus and Giroux, 2003. ISBN 9780374280826.

HEISS, Herbert - **War and Peace in the Democratic Republic of the Congo** [Em linha], atual. 2000. [Consult. 16 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.unc.edu/depts/diplomat/AD_Issues/amdipl_16/weiss/weiss_congo4.html>.

HOUAISS, ANTÔNIO, VILLAR, MAURO DE SALLES; MELLO FRANCO, Francisco Manoel De - **Grande Dicionário Houaiss da Língua Portugal - Volume V**. Maia : Círculo de Leitores, 2015

HRW Condemns Recruitment of Child Soldiers in Congo | Human Rights Watch - [Em linha], atual. 1998. [Consult. 16 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.hrw.org/news/1998/08/10/hrw-condemns-recruitment-child-soldiers-congo>>.

HUGO VAN DER MERWE, VICTORIA BAXTER, Audrey R.Chapman - **Assessing the Impact of Transitional Justice: Challenges for Empirical Research**. Washington D.C : US Institute of Peace Press, 2009. ISBN 1601270364.
ICTJ - **What is Transitional Justice?** [Em linha], atual. 2008. [Consult. 5 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.ictj.org/about/transitional-justice>>.

JANG, Se Young - **The Causes of the Sierra Leone Civil War: Underlying Grievances and the Role of the Revolutionary United Front** [Em linha], atual. 2012. [Consult. 14 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.e-ir.info/2012/10/25/the-causes-of-the-sierra-leone-civil-war-underlying-grievances-and-the-role-of-the-revolutionary-united-front/>>.

JONG, DE KAZ; MULHAM, MAUREEN; KAM, Van Der Saskia - **Assessing Trauma in Sierra Leone: Psychosocial Questionnaire: Freetown Survey Outcomes** [Em linha] [Consult. 2 abr. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.doctorswithoutborders.org/news-stories/special-report/assessing-trauma-sierra-leone>>.

KANT, Immanuel - **Metaphysical Elements of Justice: Part I of The**

Metaphysics of Morals, Part 1. [S.l.] : Hackett Publishing, 1999. ISBN 0872204189.

KARGBO, Michael S. - **British Foreign Policy and the Conflict in Sierra Leone, 1991-2001.** [S.l.] : Peter Lang, 2006. ISBN 3039103326.

KELLER, Lucy - UNTAC in Cambodia - from Occupation, Civil War and Genocide to Peace. **Max Planck Yearbook of United Nations Law Online.** . ISSN 1875-7413. 9:2005) 127–178. doi: 10.1163/138946305775160456.

KIZA, Ernesto; RATHGEBER, Corene; ROHNE, Holger-C. - **Victims of war: an empirical study on war-victimization and victim's attitudes towards addressing atrocities.** Hamburguer ed. ISBN 9783936096736.

KRITZ, Neil - Policy implications of empirical research on transitional justice. Em MERWE, HUGO VAN DER; BAXTER, VICTORIA; CHAPMAN, AUDREY R. (Ed.) - **Assessing the Impact of Transitional Justice: challenges for empirical research.** Washington D.C : United States Institute for Peace Press, 2009. p. 13–21. **Leave None to Tell the Story: Genocide in Rwanda** - [Em linha], atual. 1999.

[Consult. 15 jan. 2016]. Disponível em
WWW:<URL:<https://www.hrw.org/reports/1999/rwanda/>>.

LOGMAN, TIMOTHY; PHAM, PHUONG; WEINSTEIN, M. Harvey - Connecting justice to human experience: attitudes toward accountability and reconciliation in Rwanda. Em STOVER, ERIC; WEINSTEIN, HARVEY M. (Ed.) - **My Neighbor, My Enemy Justice and Community in the Aftermath of Mass Atrocity.** [S.l.] : Cambridge University Press, 2004. p. 206–225.

MARGARRELL, Lisa - **Reparations in Theory and Practice** Reparative Justice Series. [Em linha] [Consult. 2 mai. 2015]. Disponível em
WWW:<URL:<http://ictj.org/sites/default/files/ICTJ-Global-Reparations-Practice-2007-English.pdf>>.

MELVERN, Linda - **Conspiracy to Murder: The Rwandan Genocide.** [S.l.] : Verso, 2006. ISBN 1844675424.

MERWE, Van Der Hugo - Delivering Justice during Transition: Research Challenges. Em MERWE, HUGO VAN DER; BAXTER, VICTORIA; CHAPMAN, AUDREY R. (Ed.) - **Assessing the Impact of Transitional Justice: challenges for empirical research.** Washington D.C : United States Institute for Peace Press, 2009. p. 115–142.

MOLLICA, Richard F. - **Healing Invisible Wounds: Paths to Hope and**

Recovery in a Violent World. [S.l.] : Vanderbilt University Press, 2008. ISBN 0826516424.

MUSTAPHA, MARDA; BANGURA, Joseph - **Sierra Leone Beyond the Lome Peace Accord.** New York : Palgrave Macmillan, 2010. ISBN 023011153X.

MUTIBWA, Phares Mukasa - **Uganda Since Independence: A Story of Unfulfilled Hopes.** [S.l.] : Africa World Press, 1992. ISBN 0865433577.

NAQVI, Yasmin - The right to the truth in international law: fact or fiction?

International Review of the Red Cross. . ISSN 1816-3831. 88:862 (2006) 245. doi: 10.1017/S1816383106000518.

OHCHR & UHRC - ' **The Dust Has Not Yet Settled«Victims» views on remedy and reparation in the greater North Uganda.** Kampala : [s.n.]

OROZCO, Iván Abad - La posguerra colombiana: divagaciones sobre la venganza, la justicia y la reconciliación. **Análisis Político.** . ISSN 01214705. 46:May (2002) 78–99.

PATRICK, M.Stewart - **The Internationalist » Lessons of the Rwandan Genocide** [Em linha], atual. 2014. [Consult. 15 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://blogs.cfr.org/patrick/2014/04/07/lessons-of-the-rwandan-genocide/>>.

Performance and Perception: the impact of the Extraordinary Chambers in the Courts of Cambodia - . New York : Open Society Justice initiative, 2016

PHAM, PHUONG; VINCK, Patrick *et al.* - **When the war ends - A population-based Survey on attitudes about Peace, Justice and Social Reconstruction in Northern Uganda** [Em linha]. Berkeley : [s.n.] [Consult. 25 abr. 2015]. Disponível em WWW:<URL:papers2://publication/uuid/1C1B2618-864C-4128-9DF2-A951180C760F>.

PHAM, PHUONG; VINCK, Patrick - **Transitioning To Peace - A population-based survey on attitudes about social reconstruction and justice in Northern Uganda** [Em linha]. Berkeley : [s.n.] [Consult. 25 abr. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.peacebuildingdata.org/sites/m/pdf/Uganda_2010_Transitioning_to_Peace.pdf>.

PHAM, PHUONG; VINCK, PATRICK; WIERDA, MARIEKE; STOVER, ERIC; GIOVANNI, Di Adrian - **Forgotten Voices- A population- based survey of the attitudes about peace and justice in Norther Uganda** [Em linha]. Berkeley : [s.n.] [Consult. 20 abr. 2016]. Disponível em

WWW:<URL:http://www.peacebuildingdata.org/sites/m/pdf/Uganda_2005_Forgotten_Voices.pdf>.

PHAM, Phuong *et al.* - **After the First Trial: A population-based survey on knowledge and perception of justice and the Extraordinary Chambers in the Courts of Cambodia** [Em linha]. Berkeley : [s.n.] [Consult. 1 abr. 2016].

Disponível em

WWW:<URL:https://www.law.berkeley.edu/files/HRC/Publications_After-the-First-Trial_06-2011.pdf>.

PHAM, Phuong Ngoc *et al.* - **So We Will Never Forget: A Population-Based Survey on Attitudes about Social Reconstruction and the Extraordinary Chambers in the Courts of Cambodia** [Em linha] [Consult. 22 fev. 2016].

Disponível em WWW:<URL:<http://papers.ssrn.com/abstract=1447662>>.

POSNER, Eric A.; YOO, John C. - Judicial independence in international tribunals. **California Law Review**. . ISSN 00081221. 93:1 (2005) 1–74. doi: 10.2307/3481389.

RASHID, Ismail - The Lome peace negotiations. **Accord**. 9 (2000) 26–33.

RENO, William - Political Networks in a Failing State The Roots and Future of Violent Conflict in Sierra Leone. **International Politics and Society**. 2:2003).

ROBINS, Simon - **Families of the Missing: A Test for Contemporary Approaches to Transitional Justice** [Em linha]. [S.l.] : Routledge, 2013 [Consult. 28 mai. 2016]. Disponível em

WWW:<URL:<https://books.google.com/books?id=sjYLK2WoXzAC&pgis=1>>. ISBN 1134097026.

ROHNE, HOLGER-C.; ARSOVSKA, JANA; AERTSEN, Ivo - Challenging restorative justice- state-based conflict, mass victimisation and the changing nature of warfare. Em AERTSEN, IVO; ARSOVSKA, JANE; ROHNE, HOLGER-C; VALIÑAS, MARTA; VANSPAUWEN, KRIS (Ed.) - **Restoring Justice after Large-scale Violent Conflicts**. New York : Routledge, 2008

ROHNE, Holger-C. - Conceptualizing Punitiveness from a Victims' Perspective-- Findings in the Context of the Al-Aqsa Intifada. Em KURY, HELMUT;

FERDINAND, THEODORE N. (Ed.) - **International Perspectives on Punitivity**. [S.l.] : Brockmeyer Verlag, 2008. ISBN 3819606939. p. 161–186.

ROHNE, Holger-C. - Challenging restorative justice - state- based conflict, mass victimisation and the changing nature of warfare. Em AERTSEN, IVO;

ARSOVSKA, JANA; ROHNE, HOLGER-C ; VALIÑAS, MARTA;

VANSPAUWEN, KRIS (Ed.) - **Restoring Justice after Large-scale Violent Conflicts**. [S.l.] : Routledge, 2013. ISBN 1134006233. p. 3–45.

ROHT-ARRIAZA, Naomi - Punishment, Redress and Pardon: Theoretical and Psychological Approaches. Em ROHT-ARRIAZA, NAOMI (Ed.) - **Impunity and Human Rights in International Law and Practice** [Em linha]. New York : Oxford University Press, 1995 [Consult. 28 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://books.google.com/books?id=2VthnXJtFMC&pgis=1>>. ISBN 0195359712. p. 416.

SAMSET, Ingrid - Conflict of interests or interests in conflict? diamonds & war in the DRC. **Review of African Political Economy**. . ISSN 0305-6244. 29:93–94 (2002) 463–480. doi: 10.1080/03056240208704633.

SARKIN, J. - Enhancing the Legitimacy, Status, and Role of the International Criminal Court Globally by Using Transitional Justice and Restorative Justice Strategies. **Interdisciplinary Journal of Human Rights Law**. 6:2012) 83–102.

SARKIN, Jeremy - Is the Responsibility to Protect an Accepted Norm of International Law in the post-Libya Era ? How its Third Pillar Ought to be Applied. 1:0 (1990) 564–565.

SARKIN, Jeremy - Providing reparations in Uganda - Substantive recommendations for implementing reparations in the aftermath of the conflicts over the last few decades. **African Human Rights Law Journal**. 12:2014) 526–552.

Set of principles for the protection and promotion of human rights through action to combat impunity. [Em linha]. E/CN.4/2005/102/Add.1 (05- [Consult. 20 out. 2015]. Disponível em WWW:<URL:<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G05/109/00/PDF/G0510900.pdf?OpenElement>>.

SHAH, Anup - **The Democratic Republic of Congo** [Em linha], atual. 2010.

[Consult. 15 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.globalissues.org/article/87/the-democratic-republic-of-congo>>.

SINEMA, Kyrsten - **Who Must Die in Rwanda's Genocide?: The State of Exception Realized**. [S.l.] : Lexington Books, 2015. ISBN 1498518656.

SMILLIE, IAN; GBERIE, LANSANA; HAZLETON, Ralph - **The Heart of the Matter: Diamonds & Human Security** [Em linha]. Ottawa, Canadá : [s.n.]

[Consult. 20 set. 2015]. Disponível em

WWW:<URL:http://www.pacweb.org/Documents/diamonds_KP/heart_of_the_matter-full-2000-01-eng.pdf>.

SMITH, L. ALISON A.; MELI, Sara - **Impact and Legacy Survey for the Special Court for Sierra Leone** [Em linha] [Consult. 3 abr. 2016]. Disponível em

WWW:<URL:http://www.rscsl.org/Documents/NPWJ_SCSLImpactLegacyReport_04OCT12.pdf>.

SPECIAL COURT FOR SIERRA LEONE - **Eleventh and Final Report of The President of The Special Court for Sierra Leone** [Em linha]. Freetown, Sierra

Leone : [s.n.] [Consult. 28 fev. 2016]. Disponível em

WWW:<URL:<http://www.rscsl.org/Documents/AnRpt11.pdf>>.

Statute for the Special Court for Sierra Leone. [Em linha]. Resolution 1315 (00- [Consult. 25 ago. 2015]. Disponível em

WWW:<URL:https://www.issafrica.org/anicj/uploads/SCSL_Statute.pdf>.

Statute of the International Tribunal for Rwanda. [Em linha]. Resolution 955 (94- [Consult. 25 set. 2015]. Disponível em

WWW:<URL:<https://www.icrc.org/casebook/doc/case-study/united-nations-statute-ictr-case-study.htm>>.

STAUB, Ervin - **The Roots of Evil: The Origins of Genocide and Other Group Violence**. [S.l.] : Cambridge University Press, 1989. ISBN 0521422140.

STOVER, Eric; WEINSTEIN, Harvey M. - **My Neighbor, My Enemy: Justice and Community in the Aftermath of Mass Atrocity**. [S.l.] : Cambridge University Press, 2004. ISBN 0521542642.

TEITEL, Ruti G. - **Transitional Justice**. New York : Oxford University Press, 2002. ISBN 0195151267.

The Law on the Establishment of the Extraordinary Chambers. [Em linha]. The Law on the Establishment of the Extraordinary Chambers (04- [Consult. 16 out. 2016]. Disponível em

WWW:<URL:http://www.eccc.gov.kh/sites/default/files/legal-documents/KR_Law_as_amended_27_Oct_2004_Eng.pdf>.

THURSTONE, L. L. - Attitudes can be measured. **The American Journal of Sociology**. XXXIII:4 (1928) 529–554.

TURNER, Thomas - **The Congo Wars: Conflict, Myth and Reality**. [S.l.] : Zed Books, 2007. ISBN 1842776894.

United Nations Guidance Note of the Secretary General - United Nations Approach to Transitional Justice. [Em linha] (10- [Consult. 25 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:https://www.un.org/ruleoflaw/files/TJ_Guidance_Note_March_2010_FINAL.pdf>.

UPRIMNY, R.; SAFFON, MP - **Transitional justice, restorative justice and reconciliation: Some insights from the Colombian case** [Em linha] Disponível em WWW:<URL:http://www.global.wisc.edu/reconciliation/library/papers_open/saffon.pdf>.

VARTANIAN, Thomas P. - **Secondary Data Analysis**. New York : Oxford University Press, 2010. ISBN 0199780676.

VASILIEV, Sergey - **International Criminal Trials: A Normative Theory** [Em linha]. [S.l.] : University of Amsterdam, 2014 Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/11245/1.417051>>.

VINCK, PATRICK; PHAM, N. PHUONG; BALDO, SULIMAN; SHIGEKANE, Rachel - **Living with fear - A population-based survey on attitudes about peace, justice, and social reconstruction in Eastern Democratic Republic of Congo**
VINCK, PATRICK; PHAM, N. Phuong - Consulting Survivors: Evidence from Cambodia, Northern Uganda, and Other Countries Affected by Mass Violence. Em STERN, J. STEVE; STRAUS SCOTT (Ed.) - **The Human Rights Paradox: Universality and Its Discontents**. [S.l.] : University of Wisconsin Press, 2014. ISBN 0299299732. p. 266.

VINCK, Patrick; Pham Phuong - **Searching for Lasting Peace - Population-based survey on perceptions and attitudes about peace, security and justice in Eastern Democratic Republic of the Congo** [Em linha]. Cambridge, Massachusetts : [s.n.] Disponível em WWW:<URL:http://www.peacebuildingdata.org/sites/m/pdf/DRC2014_Searching_for_Lasting_Peace.pdf>.

What Kabila is Hiding: Civilian Killings and Impunity in Congo - [Em linha], atual. 1997. [Consult. 16 jan. 2016]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.hrw.org/report/1997/10/01/what-kabila-hiding/civilian-killings-and-impunity-congo>>.

WILLIAMS, Christopher - Explaining the Great War in Africa: How Conflict in the Congo Became a Continental Crisis. **The Fletcher Forum of World Affairs**.

37:2 (2013) 81–100.

YACOB, Haile-Mariam - Quest for Justice and Reconciliation: The International Criminal Tribunal for Rwanda and the Ethiopian High Court, The. **Hastings International and Comparative Law Review**. 22:1998).

ZEHR, HOWARD; GOHAR, Ali - **The little book of Restorative Justice** [Em linha]. Pennsylvania, USA : UNICEF, 2003 [Consult. 2 mai. 2016]. Disponível em WWW:<URL:www.unicef.org/tdad/littlebookrjpakaf.pdf>.

Anexos

Anexo 1 - Tabela da Metodologia de casos analisados

| País | Continent e | Tipo de Tribu nal | Período da prática dos crimes | Ano criação do tribunal/ Decisão de iniciar investigaç ão | Origem dos crimes | Nº de casos julgado s | Acusad os | Crimes Julgados | Estimativ a de vítimas mortais | Ano dos inquérit os | Nº de pessoas inquirid as |
|---------------|----------------|----------------------------|-------------------------------------|---|--------------------------|---|---|---|---|----------------------------------|------------------------------------|
| R.D. Congo | África | TPI | 2002-2003 | 2004 | Guerra civil | 6 | Líderes rebeldes | Recrutamento de crianças-soldado; crimes de guerra; violação; crimes contra a humanidade; deslocação forçada de pessoas; escravidão | 60.000 | 2008; 2014 ¹³⁸ | 2620/ 5166 |
| Camboj a | Ásia | Híbrid o | 1975-1979 | 1997 | Regime ditatoria l | 1 (o caso 002 está em julgame nto; os casos 003 e 004 estão sob investig ação) | Líderes do Khmer Vermelh o | Crimes contra a humanidade; crimes de guerra | 300.000 | 2009; 2011 ¹³⁹ | 1000/10 00 |
| Ruanda | África | <i>Ad hoc</i> | Abril-Julho 1994 | 1994 | Conflito étnico | 85 | Vários (de etnia hútu) | Genocídio; crimes contra a humanidade; crimes de guerra; violações em massa; o papel da comunicação social no incitamento ao genocídio; a violação em massa como forma de genocídio | 800.000 | 2002 ¹⁴⁰ | 2091 |
| Serra Leoa | África | Híbrid o | 1991-2002 | 2002 | Guerra civil | 14 | Vários, incluind o combate ntes da RUF | Recrutamento de crianças-soldado; crimes de guerra; violação; crimes contra a humanidade; deslocação forçada de pessoas; escravidão | 6000 | 1999 ¹⁴¹ / 2012 | 248/ 2841 |
| Uganda | África | TPI | 2002-2004 | 2004 | Guerra civil | 5 | Líderes do LRA | Os julgamentos ainda decorrem sob a acusação de crimes contra a humanidade, recrutamento de crianças-soldado, deslocação forçada de pessoas, violações em massa, rapto, escravidão, casamentos forçados | 100.000 | 2005/20 072010 ¹⁴² | 2585/28 75/2498 |

¹³⁸ (Vinck, Patrick; Pham, N. Phuong; Baldo, Suliman; Shigekane, 2008; Vinck, 2014)

¹³⁹ (Pham *et al.*, 2011, 2009)

¹⁴⁰ (Logman, Timothy; Pham, Phuong; Weinstein, 2004)

¹⁴¹ (Jong, de Kaz; Mulham, Maureen; Kam, 1999; Smith, L. Alison A.; Meli, 2012)

¹⁴² (Pham, Phuong; Vinck, 2010; Pham, Phuong; Vinck *et al.*, 2007; Pham, Phuong; Vinck, Patrick; Wierda, Marieke; Stover, Eric; Giovanni, 2005)

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1 - Modelo dos três pilares da vitimização de Kiza, Rathgeber e Rohne (2006) | 22 |
| Tabela 2 - Tabela Resumo do método aplicado à categoria de percepções sobre os tribunais | 27 |
| Tabela 3 - Exposição à violência - Resultados das causas objetivas de vitimização – Vitimização de Tipo I..... | 61 |
| Tabela 4 - Exposição à violência - Resultados das causas objetivas de vitimização – Vitimização de Tipo II..... | 62 |
| Tabela 5 - Exposição à violência - Resultados das causas objetivas de vitimização – Vitimização de Tipo III | 63 |
| Tabela 6 - Prioridades individuais dos sobreviventes | 65 |
| Tabela 7 - Nível I da Metodologia de Rohne (2013) - Responsabilização dos agressores | 67 |
| Tabela 8 - Nível I da Metodologia de Rohne (2013)- A Responsabilidade pelo julgamento dos agressores..... | 69 |
| Tabela 9 - Nível I da Metodologia de Rohne (2013)- Envolvimento de nacionais na responsabilização..... | 70 |
| Tabela 10 – Nível II da Metodologia de Rohne (2013) - Quem deve ser julgado? | 74 |
| Tabela 11 - Nível I da Metodologia de Rohne (2013) Formas de responsabilização | 77 |
| Tabela 12 - Nível II da Metodologia de Rohne (2013)– Reparações..... | 78 |
| Tabela 13 - Nível III da Metodologia de (Rohne, 2013) Objetivo do julgamento dos perpetradores/ Criação dos tribunais | 81 |
| Tabela 14 - Resultados sobre o conhecimento dos tribunais..... | 83 |
| Tabela 15 - Resultados sobre o impacto dos tribunais internacionais na população inquirida..... | 85 |
| Tabela 16 - Tabela de resultados para o Contributo do Tribunal | 86 |
| Tabela 17 Resultados relativos à independência do tribunal..... | 87 |
| Tabela 18 - Resultados sobre a equidade nos julgamentos | 88 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Modelo Teórico de Análise das Percepções de Justiça dos Sobreviventes | 20 |
| Figura 2- Modelo de três níveis de Holger Rohne sobre a conceptualização da justiça restaurativa (apud (Rohne, 2013))..... | 26 |

ÍNDICE

| | | |
|-------|---|----|
| 1 | Introdução..... | 1 |
| 1.1 | Objetivo..... | 1 |
| 1.2 | Os desafios da investigação..... | 2 |
| 1.3 | A organização do trabalho..... | 3 |
| 2 | Discussão teórica e doutrinária em torno da Justiça e das percepções de Justiça | 5 |
| 2.1 | Justiça retributiva e Justiça restaurativa | 5 |
| 2.2 | Justiça de transição..... | 7 |
| 2.3 | O sentimento e a percepção de Justiça | 9 |
| 2.4 | Os tribunais internacionais como solução para a prática de Crimes contra a Humanidade | 10 |
| 2.5 | O lugar das reparações | 12 |
| 2.6 | Avaliar o impacto da justiça de transição..... | 15 |
| 3 | Metodologia de trabalho – A construção de um modelo de avaliação das percepções de justiça..... | 16 |
| 3.1 | Explicação de conceitos | 17 |
| 3.1.1 | Sobreviventes e vítimas: a delimitação dos conceitos utilizados na investigação | 17 |
| 3.2 | Modelo teórico de conceptualização das percepções de justiça..... | 20 |
| 3.2.1 | A construção do modelo teórico..... | 20 |
| 3.2.2 | Categoria de exposição à violência | 20 |
| 3.2.3 | Categoria das prioridades individuais | 22 |
| 3.2.4 | Categoria da responsabilização | 23 |
| 3.2.5 | Categoria das percepções sobre os tribunais | 26 |
| 3.3 | As fragilidades do modelo e a proposta de superação | 27 |
| 3.4 | A escolha das regiões e a comparação de realidades | 28 |
| 3.4.1 | As fontes escolhidas: os dados empíricos dos relatórios dos projetos de investigação..... | 29 |
| 3.4.2 | O Tribunal Penal Internacional para o Ruanda | 30 |
| 3.4.3 | O Tribunal Penal Internacional – O Caso da República Democrática do Congo..... | 30 |
| 3.4.4 | O Tribunal Penal Internacional – O Caso do Uganda | 31 |
| 3.4.5 | Os Tribunais híbridos - O Tribunal Especial para a Serra Leoa..... | 32 |
| 3.4.6 | Os tribunais híbridos – As Câmaras Extraordinárias do Tribunal do Camboja | 33 |

| | | |
|-------|---|----|
| 4 | O contexto histórico subjacente a criação dos tribunais..... | 34 |
| 4.1 | Os Tribunais Híbridos | 34 |
| 4.1.1 | O Camboja e as CETC | 34 |
| 4.1.2 | O Tribunal Especial para a Serra Leoa..... | 40 |
| 4.1.3 | O Tribunal Penal Internacional para o Ruanda | 46 |
| 4.1.4 | O Tribunal Penal Internacional | 51 |
| 4.1.5 | O Caso da República Democrática do Congo (RDC) | 52 |
| 4.1.6 | O caso do Uganda..... | 56 |
| 5 | Análise dos resultados | 60 |
| 5.1 | A exposição à violência – Metodologia dos três pilares de vitimização de Kiza, Rathgeber e Rohne (2006) adaptada..... | 60 |
| 5.1.1 | A vitimização direta | 60 |
| 5.1.2 | A vitimização direta – A deslocação de pessoas | 62 |
| 5.1.3 | A vitimização Indireta | 63 |
| 5.2 | Conclusões da análise da vitimização resultante da exposição à violência ... | 64 |
| 5.3 | Análise das prioridades individuais | 65 |
| 5.4 | Responsabilização – Modelo dos três níveis de Rohne (adaptado) | 67 |
| 5.4.1 | I nível – Procedimento..... | 67 |
| 5.4.2 | Quem deve julgar? | 68 |
| 5.4.3 | Participação de nacionais nos julgamentos | 70 |
| 5.4.4 | Conclusões da análise do I nível | 71 |
| 5.5 | II nível – Resultados..... | 73 |
| 5.5.1 | Quem deve ser julgado? | 74 |
| 5.5.2 | Formas de responsabilização dos agressores | 77 |
| 5.5.3 | Reparações | 78 |
| 5.5.4 | Conclusões da análise do II nível – Proposta | 80 |
| 5.6 | III nível – Proposta..... | 81 |
| 5.6.1 | Objetivos do julgamento dos perpetradores | 81 |
| 5.7 | Tribunais..... | 82 |
| 5.7.1 | Avaliar as perceções sobre os tribunais internacionais | 82 |
| 5.7.2 | O conhecimento dos tribunais | 83 |
| 5.7.3 | O impacto do tribunal | 85 |
| 5.7.4 | O contributo do tribunal | 86 |
| 5.7.5 | A independência do Tribunal | 87 |
| 5.7.6 | A Equidade nos julgamentos | 88 |

| | | |
|-------|--|----|
| 5.7.7 | Conclusões sobre a análise das perceções sobre os tribunais | 89 |
| 6 | Notas Finais | 90 |
| 6.1 | Que perspectivas para a Justiça Penal Internacional? | 90 |
| 6.2 | A importância dos dados empíricos na criação de mecanismos de justiça de transição..... | 91 |
| 6.3 | A opção por tribunais internacionais..... | 91 |
| 6.4 | As expectativas dos sobreviventes | 93 |
| 6.5 | O cumprimento de objetivos da justiça de transição..... | 95 |
| 6.5.1 | A verdade..... | 95 |
| 6.5.2 | A justiça..... | 96 |
| 6.5.3 | As garantias de não repetição | 96 |
| | Bibliografia..... | 99 |